



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 92

III Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de abril de 2019

Presidente: *Deputado Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Manuel Pereira e Deputado Jorge Jorge*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada das Sras. e Srs. Deputados, passou-se para o [Debate de Urgência sobre "Turismo e Acessibilidades"](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Alonso Miguel (*CDS-PP*), participaram no debate os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), António Pedroso (*PSD*), André Rodrigues (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), Marco Costa (*PSD*), Mário Tomé (*PS*), Carlos Ferreira (*PSD*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), Tiago Branco (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*). Participaram no debate também a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) e a Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Foi proferido um protesto pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*) e um contraprotesto pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguidamente, deu-se continuidade à [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 27/XI – “Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2010/A, de 25 de maio, que regulamenta a elaboração e disponibilização de relatórios e informação pública sobre o estado do ambiente, regula o apoio às organizações não governamentais de ambiente e altera a composição do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável”](#).

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), João Vasco Costa (*PS*) e António Lima (*BE*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Prosseguiu-se os trabalhos com o [Projeto de Resolução N.º 108/XI – “Abertura de sala de pequena cirurgia nos Centros de Saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a apresentação pelo Sr. Deputado Luís Maurício (*PSD*), intervieram no debate os Srs. Deputados Dionísio Maia (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Jorge Paiva (*CDS-PP*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), José San-Bento (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*). Interveio também no debate o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Rui Luís*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Luís Maurício (*PSD*) e Dionísio Maia (*PS*).

Por fim, foi debatida e votada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 36/XI – “Décima terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro e 6/2019/A, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do](#)

acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”.

Feita a apresentação pelo Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*), participaram no debate os Srs. Deputados João Paulo Corvelo (*PCP*), Carlos Silva (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Bruno Belo (*PSD*), Artur Lima (*CDS-PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Peço que ocupem os vossos lugares para podermos fazer a chamada.

Secretário: Bom dia.

Deputados presentes à chamada:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Emanuel Rego Silva

Dionísio Medeiros Faria e Maia

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Manuel Gregório de Ávila
Lubélio de Fraga Mendonça
Manuel Alberto da Silva Pereira
Manuel José da Silva Ramos
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto
Mário José Diniz Tomé
Marta Ávila Matos
Marta Cristina Moniz do Couto
Mónica Gomes Oliveira Rocha
Ricardo Bettencourt Ramalho
Sónia Cristina Franco Nicolau
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho
António Manuel Silva Almeida
António Oldemiro das Neves Pedroso
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Carlos Manuel da Silveira Ferreira
Catarina Goulart Chamacame Furtado
César Leandro Costa Toste
Elisa Lima Sousa
Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge

Luís Carlos Correia Garcia
Luís Maurício Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Marco José Freitas da Costa
Mónica Reis Simões Seidi
Sabrina Marília Coutinho Furtado

Partido Popular (CDS/PP)

Alonso Teixeira Miguel
Jorge Miguel Azevedo Paiva

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima
Paulo José Maio Sousa Mendes

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 46 Sras. e Srs. Deputados. Significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao ponto dois da agenda: Debate de Urgência sobre "Turismo e Acessibilidades", apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Regem esta matéria os artigos 185 e 186 do Regimento, e os tempos são os seguintes.

O interpelante, o PS e o Governo Regional dispõe de 32 minutos, o PSD 24 minutos, o Bloco de Esquerda 12 minutos e as representações parlamentares do PCP e PPM 10 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A eficiência no sistema de transportes e a disponibilidade e qualidade das acessibilidades são fatores imprescindíveis para garantir a coesão social, a mobilidade e a qualidade de vida dos Açorianos, dando contributos fundamentais para o desenvolvimento económico dos Açores, nomeadamente ao nível do turismo.

Estes são aspetos importantes para qualquer Região, mas que ganham particular relevância tendo em conta as características específicas da nossa Região, nomeadamente a nossa natureza arquipelágica e a dispersão geográfica das nossas ilhas, que caracterizam a nossa condição ultraperiférica.

Para o CDS, a disponibilidade, a estabilidade e a previsibilidade dos transportes aéreos são aspetos determinantes para garantir o desenvolvimento económico e social das diversas ilhas e para o crescimento do Turismo na Região.

Numa altura em que se aposta fortemente no Turismo como um dos motores para o desenvolvimento da Região, e tendo em conta uma nova realidade com a liberalização dos transportes aéreos nos Açores, de uma forma geral, os resultados obtidos não têm correspondido às expectativas, razão pela qual o CDS-PP decidiu apresentar hoje este Debate de Urgência.

Naturalmente, reconhecemos uma melhoria substancial dos números do Turismo nos Açores nos últimos anos.

E até ficaríamos satisfeitos com as manchetes de jornais que dão conta de valores recorde no Turismo em relação aos últimos 18 anos, o que lamentamos

é que esses resultados não se estejam a verificar de uma forma transversal e proporcional em todas as ilhas dos Açores.

O CDS está preocupado com as acessibilidades e com o Turismo nas ilhas do Grupo Central, tendo em conta os resultados verificados na Ilha Terceira, que, como é lógico, serve também de plataforma de captação de turistas para as restantes ilhas do Grupo Central.

Preocupa-nos que a Ilha Terceira tenha sido a ilha que menos cresceu no último verão IATA em termos de passageiros desembarcados e que o aeroporto da Terceira tenha sido o único na Região a registar quebras nos meses de junho e julho de 2018, relativamente a 2017, com menos 1155 passageiros em junho e menos 502 passageiros em julho.

Na sequência da publicação destes dados pelo Serviço Regional de Estatística dos Açores, o CDS apresentou um requerimento ao Governo Regional, questionando as razões pelas quais estas quebras se tinham verificado.

Em resposta, o Governo Regional, apesar de reconhecer as quebras, preferiu fintar as questões e desvalorizar o significado e a relevância destes dados, apresentando outros indicadores turísticos mais “agradáveis”.

Preocupa-nos também que entre janeiro e setembro de 2018 tenha havido uma estagnação das dormidas na hotelaria tradicional da Ilha Terceira e que tenham havido quebras significativas nas ilhas Graciosa (-2,4%) e São Jorge (-8,1%) e que, nesse período, se tenham concentrado 69% do total das dormidas apenas numa ilha do arquipélago, em São Miguel.

Os resultados são ainda piores em relação a outubro de 2018, com a Terceira a registar uma quebra de quase 10% nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros.

Preocupa-nos ainda a análise dos números de dormidas registadas em janeiro de 2019 nos Açores. Poderia ser entusiasmante ler que o “turismo nos Açores aumentou em janeiro de 2019 17%”. O problema é que apenas se verificou

crescimento em quatro das nove ilhas. Mesmo tendo em conta as dormidas em todos as tipologias de alojamento, a Terceira registou uma quebra de 20%, São Jorge de 17,5% e Graciosa de 6,6%.

E se tivermos em conta apenas o alojamento na hotelaria tradicional, o crescimento da Região em janeiro de 2019 é já apenas de 4,2% e apenas uma ilha regista crescimento, São Miguel, com um aumento de 20,6%.

As restantes oito ilhas do arquipélago registam quebras acentuadas, na maioria dos casos na ordem dos dois dígitos. A Terceira registou uma diminuição de 23,3%, sendo que nas restantes ilhas do Grupo Central as quebras foram de 28,9% em São Jorge, de 9,1% no Pico, de 7,9% na Graciosa e de 0,7% no Faial. Sempre defendemos que o modelo da locomotiva não funciona. Não basta apenas uma ilha desenvolver-se para garantir o desenvolvimento das restantes.

A situação nos próximos meses será dramática e terá um reflexo muito negativo em termos económicos para as ilhas do Grupo Central. Os empresários das unidades hoteleiras da Ilha Terceira, por exemplo, já confirmaram que estão a registar uma quebra no número de reservas para o período da Páscoa.

Exige-se, assim, uma atuação firme e soluções concretas por parte do Governo Regional, até porque a época baixa continua a ser uma preocupação e uma ameaça constantes para os empresários do setor.

No entender do CDS-PP, a ligação aérea Madrid-Terceira, suspensa em outubro de 2018, deveria ter sido retomada já em janeiro, à imagem do que aconteceu no ano transato, em vez de ser retomada apenas em outubro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na realidade, a Terceira foi a ilha que mais passageiros perdeu em janeiro deste ano, com uma variação negativa de 1,2%.

Como é evidente, o mercado espanhol tem grande importância para o Turismo da Terceira e a ausência desta ligação esteve na origem das quebras registadas no número de dormidas da ilha, durante a época baixa, sendo responsável

nomeadamente pela quebra de 20% verificada no mês de janeiro de 2019, agravando uma tendência que já se vinha a acentuar desde o Verão.

Esta situação já de si delicada é ainda agravada com a decisão da Atlânticoline em manter, em 2019, a suspensão da Linha Lilás, que faz a ligação marítima entre Angra do Heroísmo e a Calheta.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este é, portanto, um cenário muito pouco animador para a Ilha Terceira e para as restantes ilhas do Grupo Central, que se traduzirá em menos ligações aéreas, menos passageiros desembarcados, menos ligações marítimas inter-ilhas, menos dormidas e, logo, numa redução dos proveitos.

É, por isso, fundamental não baixar os braços e encontrar rapidamente soluções para uma melhoria das perspetivas futuras para o setor turístico da Ilha Terceira. No entender do CDS, é urgente que se estabeleçam novas rotas diretas e que se captem novos fluxos turísticos para a Ilha Terceira, nomeadamente a partir de mercados apelativos como, por exemplo, os mercados do Canadá e a Alemanha, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Não era para o Grupo Central?

O Orador: ... tal como tem sido reivindicado pelo próprio tecido empresarial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É fundamental que a SATA redefina a sua estratégia e que, de uma vez por todas, se foque em servir os Açorianos em primeiro lugar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É escandaloso que a SATA apenas realize três ligações semanais entre Lisboa e a Terceira no Inverno, sendo um destes um voo circular, pelo Pico, quando assegura quatro ligações semanais para a Horta e duas ligações diárias para Ponta Delgada. Tudo isto acontece ao mesmo tempo que se continua a apostar em rotas deficitárias e em ligações pouco relevantes para os Açorianos, como por exemplo para Cabo Verde.

É inadmissível a disparidade verificada entre os voos previstos para São Miguel e para a Terceira para o corrente ano. Segundo os dados recentemente noticiados, a Ilha de São Miguel irá receber voos de 21 origens diferentes (10 países), enquanto a Terceira apenas receberá ligações de sete locais distintos (apenas três países).

No final do período entre outubro de 2018 e outubro de 2019, São Miguel terá contado com 2.518 ligações ao exterior, enquanto que a Terceira terá acolhido apenas 613 ligações, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E isso é mau?

O Orador: ... ou seja, menos de um quarto (24,3%) das ligações previstas para São Miguel, o que, como é obvio, é altamente desproporcional.

No que diz respeito às ligações ao mercado dos Estados Unidos, é também inconcebível que a SATA assegure a passagem de oito para 10 voos semanais para Ponta Delgada na época alta, para além das sete ligações semanais de Nova Iorque, operadas pela Delta Airlines, enquanto que para a Terceira sejam mantidos os mesmos dois voos.

A situação é ainda mais inaceitável, quando se tem em conta todas as ligações à América do Norte, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... já que aí São Miguel totaliza 25 ligações semanais, enquanto que a Terceira recebe apenas quatro ligações, duas de Boston, uma de Toronto e uma de Oakland, sendo que esta última nem cobre toda a época alta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito mau!

O Orador: É, portanto, urgente estabelecer uma nova política de acessibilidades que potencie o Turismo das ilhas do Grupo Central dos Açores, pelo que queremos saber quais as medidas que o Governo Regional tenciona implementar para corrigir estes desequilíbrios e as lacunas anteriormente

expostas e que motivaram a apresentação deste Debate de Urgência por parte do Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores.

Como sempre, mantemos uma postura, para além de crítica e rigorosa, também construtiva e responsável. Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do CDS dará entrada de um Projeto de Resolução neste Parlamento, para que seja nomeado o Delegado de Turismo da Ilha Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Esperemos que este possa ser um contributo decisivo para uma melhoria substancial na gestão do setor turístico da Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem então agora a palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há um ano, sensivelmente, cá estávamos, a debater precisamente o mesmo assunto: acessibilidade.

É, sem dúvida, um tema aliciante, sempre atual, sempre apetecível.

Aliciante porque, por mais que se faça, há sempre mais a fazer.

Sempre atual porque as necessidades de mobilidade inter-ilhas e destas para o exterior, seja no que diz respeito ao transporte de passageiros, seja no que diz respeito ao transporte de carga, são constantes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Concordo!

A Oradora: Sempre apetecível porque, por melhores resultados que se apresentem, há quem não resista à tentação de pintar tudo de negro, de cobrir tudo de nuvens carregadas, de falar em cenários dantescos.

Deputado Carlos Silva (PS): Bem lembrado!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: É assim. Há muitos anos que é assim e, parece-me, que sempre será assim.

A nós, Governo dos Açores, cabe-nos trabalhar, nas mais variadas vertentes dos transportes, para que seja possível melhorar, evoluir, ir ao encontro daquelas que são as nossas aspirações, as aspirações dos Açorianos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas temos a apresentar resultados claramente positivos. É impossível dizer o contrário.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas do Governo:

Realizámos a maior reforma de sempre na mobilidade proporcionada pelo transporte aéreo, com um modelo onde as novas obrigações de serviço público nas *gateways* da Horta, Pico e Santa Maria, conjugadas com a liberalização do acesso às *gateways* da Terceira e Ponta Delgada, tudo complementado com a política de auxílio social à mobilidade, que se traduziu no subsídio social de mobilidade aos passageiros residentes e estudantes.

Deputado Bruno Belo (PSD): Graças a Passos Coelho! Passos Coelho foi o melhor Governo para os Açores!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Com o Governo de Passos Coelho! Ele impôs a liberalização.

A Oradora: A tudo isto juntou-se a política de encaminhamento de passageiros para as ilhas sem *gateway*.

Para além disto, fizemos a maior redução de sempre no preço das passagens inter-ilhas: uma redução média de 20%, estabelecendo um preço máximo de bilhete de 120 euros e preços intermédios entre 90, 100 e 60 euros.

Sabem as Sras. e Srs. Deputados que, a partir daí, muito mudou na nossa Região, na nossa economia e no seu desenvolvimento.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem! 29 de abril de 2015!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

A Oradora: No ano passado, nos aeroportos açorianos desembarcaram 1,6 milhões de passageiros, ou seja, mais 711 mil passageiros do que os desembarcados em 2014, o que corresponde a um aumento de 78% em quatro anos.

O número de passageiros desembarcados nos voos territoriais passou de 336 mil em 2014, para 745 mil passageiros em 2018, ou seja, mais 122%, portanto, mais do dobro dos passageiros desembarcados em 2014, ano que antecedeu a entrada do novo modelo.

Este ano, a tendência de crescimento dos passageiros desembarcados mantém-se: em janeiro e fevereiro desembarcaram mais cerca de 9.600 passageiros do que nos mesmos meses de 2018.

Tudo isto reflete-se no setor do turismo e na nossa economia.

Lembro que, no mercado de trabalho, os números indicam que, em 2018, houve uma evolução favorável, em relação a 2014, com a taxa de emprego a passar de 57% para 64,1%, e a taxa de desemprego a baixar de 16,3% para 8,6%.

Disse-o aqui no ano passado e posso repeti-lo, referindo-me, desta vez, aos resultados mais recentes: nunca, nunca se viajou tando de e para os Açores, nem nunca se viajou tanto inter-ilhas.

Mais do que nos satisfazerem, estes resultados dão-nos força para continuar a trabalhar. Porque queremos mais. Queremos mais e melhor para os Açores.

É por isso que a SATA neste verão IATA, entretanto iniciado, incrementa a oferta da SATA Air Açores e da SATA - Azores Airlines.

Este verão serão disponibilizados 692 mil lugares na operação inter-ilhas e 820 mil lugares na operação de e para fora da Região.

Assim, a Azores Airlines vai realizar 42 voos semanais provenientes dos EUA e Canadá, a que acrescem mais 18 voos semanais da Europa, de Cabo Verde e das Canárias, com passagem, ou tendo como destino final, Ponta Delgada e as Lajes.

Nas ligações domésticas, serão realizadas mais quatro ligações semanais, oferecendo mais 30 mil lugares.

Também na operação inter-ilhas existirá um reforço de ligações, sendo possível oferecer mais 40 mil lugares do que em igual período do ano passado.

Esta oferta resulta da otimização dos planos de exploração do Grupo SATA, tendo por objetivo a melhoria dos seus resultados e a estabilização da conectividade em rede e da qualidade do serviço.

Ainda no setor do transporte aéreo, o Governo dos Açores tem vindo a investir nos aeroportos e aeródromos regionais, designadamente em obras de conservação, manutenção, ampliação e aquisição de equipamentos.

De 2015 até 2018, esta ação envolveu a execução de investimentos na ordem dos 4,1 milhões de euros, estando atualmente em curso investimentos de cerca de 6,5 milhões de euros e estando também por iniciar investimentos já aprovados na ordem dos 10 milhões de euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, meus colegas do Governo:

No transporte marítimo de passageiros, temos também vindo a evoluir de forma consistente.

O número de passageiros transportados na operação sazonal da Atlânticoline passou de 66 578 em 2013 para 70 577 em 2018, ou seja, um acréscimo de 6%.

Na operação regular, em 2013, ou seja, antes dos novos ferries, foram transportados 396 936 passageiros, sendo que em 2018 o número se situou nos 489 mil, tendo assim um aumento de 23%.

É certo que no ano passado, devido ao infortúnio do navio “Mestre Simão”, a operação ficou condicionada, o que se repercutiu nos seus resultados.

Com efeito, o número total de passageiros transportados em 2018 foi inferior ao número de passageiros transportados em 2017.

Saliente-se que 2017 foi o ano em que mais passageiros foram transportados por via marítima: cerca de 586 mil passageiros.

Mas, perante as adversidades, não baixamos os braços. Não nos resignamos.

Por isso, foi de imediato iniciado o processo para substituição do “Mestre Simão” por outro navio idêntico, embora um pouco maior e com mais capacidade de transporte de viaturas, algumas que podem ir até 5,5 toneladas.

O novo navio, atualmente em construção, deverá entrar em funcionamento no último trimestre deste ano.

Para muito breve está previsto o lançamento do navio à água, a que se seguirá o aprestamento final, provas de mar e respetivas certificações e posterior entrega do navio na Horta.

Estou certa que, com a entrada em operação deste novo navio, ainda este ano, não só será possível voltar aos números de passageiros e viaturas transportadas enquanto a Região dispôs dos dois ferries semelhantes, como também será possível aumentar esses números e ainda incrementar a qualidade do serviço prestado.

Para a regularidade, fiabilidade e segurança da operação marítima, assumem ainda importância fundamental as infraestruturas portuárias.

O nosso Governo tem vindo, por isso, a investir e continuará a fazê-lo, nos portos da Região, quer ao nível das infraestruturas físicas, quer ao nível dos equipamentos necessários para a sua boa operação.

Assim, só nesta legislatura já foram investidos mais de 35,8 milhões de euros, sendo que, atualmente, estão em curso investimentos de mais de 25,4 milhões de euros.

Nos próximos tempos serão ainda lançadas obras que representam um investimento de mais de 90 milhões de euros.

São os exemplos a obra do reperfilamento do Cais -10 e a beneficiação do pavimento do terrapleno do Porto de Ponta Delgada e das redes nele integradas; a construção da rampa para navios *ro-ro* e ferry e obras complementares de abrigo do Porto de Pipas, a segunda fase da requalificação do Porto Comercial da Horta.

Acresce ainda o investimento que está a ser programado em equipamentos portuários para todas as ilhas, investimento que rondará os 10 milhões de euros, de onde se destaca, desde logo, a aquisição de uma nova grua portuária para o Porto da Praia da Vitória, num valor de investimento de cerca de 3,4 milhões de euros.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açorianos sabem que podem contar com este Governo.

Sabem que este Governo esteve, está e continuará a estar empenhado no desenvolvimento das nove ilhas dos Açores. De cada uma das nove ilhas dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Teremos sempre presente que só não erra quem não faz, só não sofre contrariedades quem se aquieta e prefere a inércia e a crítica à ação.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): É o desespero!

A Oradora: Mas tal não nos inibe de continuar o nosso trabalho.

Um trabalho responsável e contínuo, porque os Açores merecem sempre mais e melhor.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Pode talvez afirmar-se que a maior parte das pessoas deste país ao ouvirem hoje pronunciar a palavra Açores, aquilo em que logo pensam é no turismo. Sim, Açores é turismo! São as belas paisagens, o sol, as fajãs, o clima ameno e, por associação de ideias, as apetecidas férias que oferece e proporciona aos que para isso têm o dinheiro suficiente. Mas os Açores não são só isso. Está mesmo muito longe de ser apenas isso.

Para as populações deste arquipélago e para todos os que aqui trabalham, seja no próprio sector do turismo, seja nas indústrias, nos campos, no mar, nos serviços ou noutras atividades, os Açores não são apenas, nem são sobretudo, só um local de férias. Para os açorianos, os Açores são acima de tudo a sua casa, o seu trabalho, a sua terra.

E se é certo que para a economia da Região e até do país, o turismo tem aqui uma importância de primeiro plano, não é menos certo que outras atividades que já existiam antes do turismo e continuarão a existir porque são indispensáveis ao equilíbrio económico da Região (até ao próprio turismo) têm

de merecer dos açorianos e dos poderes públicos toda a atenção que o seu desenvolvimento exige.

Se é justo que se dê ao turismo os apoios necessários de acordo com as condições naturais privilegiadas do arquipélago e com os interesses do país e da Região, já não nos parece justo que toda a vida económico-social dos Açores seja condicionada pelo turismo que são sobretudo quatro meses no ano, enquanto que as pescas, a indústria conserveira e a agricultura, por exemplo, se têm debatido e continuam a debater com sérios problemas que se avolumam de ano para ano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O PCP considera que o turismo é um complemento positivo para a diversificação da economia regional, no entanto, a maior parte dos benefícios desta atividade não reverte para o conjunto da sociedade açoriana, sendo absorvidos por grandes grupos económicos e pelo capital financeiro.

O crescimento do turismo, também tem revelado algumas insuficiências e carências da Região, por exemplo em termos de mão-de-obra qualificada e de oferta turística e hoteleira adequada e de qualidade, o que coloca a necessidade de reavaliação dos planos de ordenamento do sector.

O PCP volta a alertar que o sector do turismo não é, nem nunca poderá ser, de forma sustentável, substituto dos sectores produtivos. O seu peso relativo na economia regional demonstra-o, pois trata-se de um sector em que a procura é incerta e do qual não é sensato ficar dependente.

Defendemos que o desenvolvimento dos Açores passa pela modernização do sector produtivo e transformador e a sua ampliação e diversificação, tendo em conta a necessidade de aumentar e diversificar a produção regional e assim reduzir a crónica dependência externa, pelo aproveitamento do potencial endógeno de cada uma das nossas ilhas e promover a sua complementaridade

no contexto regional, pela melhoria dos salários e da qualidade do trabalho, condições essenciais no combate à pobreza e exclusão social bem como à emigração.

O turismo não está, no essencial, a contribuir para a criação de emprego de qualidade, estável, qualificado e com direitos.

Deputado André Bradford (PS): A não ser o chinês!

O Orador: Pelo contrário multiplicam-se as mais variadas formas de precariedade, baixos salários e regimes laborais exploratórios, fazendo com que os benefícios do crescimento deste sector não revertam, na medida em que podiam e deviam, para o benefício direto dos açorianos e da própria economia regional.

Lamentavelmente neste sector a precariedade e a pura ilegalidade são uma constante sobretudo no que diz respeito a horas extraordinárias intermináveis e ao trabalho consecutivo durante semanas sem folgas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O crescimento desregulado do sector do turismo comporta riscos relevantes no especto da dependência de fatores externos, para lá do controle da Região, bem como do crescimento das assimetrias e desequilíbrios regionais, aumento da pressão ambiental sobre zonas sensíveis, como orlas costeiras e áreas marítimas, degradação não apenas dos ecossistemas mas dos próprios produtos turísticos cada vez mais massificados, podendo no futuro, caso não exista o necessário esforço de regulamentação das atividades, pôr em causa as nossas características distintivas de destino de excelência.

O PCP reafirma que o desenvolvimento deste sector nos Açores só será sustentável apostando nos fatores que tornam o nosso arquipélago único e que nos diferenciam enquanto destino turístico, valorizando o nosso património ambiental e cultural e contribuindo para a sua proteção.

Importa que o crescimento do sector contribua para a criação de emprego de qualidade, com direitos e beneficie as várias ilhas de maneira equitativa, mantendo elevados níveis de qualidade e exigência em termos da sua sustentabilidade ambiental.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Basta um olhar mais atento quer no tipo de promoção turística da Região quer no modelo escolhido de aposta em apenas duas das cinco *gateways* existentes como portas de entrada e saída dos fluxos turísticos, para facilmente percebermos, que o propalado desenvolvimento harmónico dos Açores continua a servir de bandeira da propaganda, mas que de facto, quanto a desenvolvimento harmónico, há caso e casos e alguns açorianos continuam sendo bem mais “harmónicos” que outros.

Aspetto que não é de somenos importância e que importa refletir seriamente é sobre que tipo de turismo se pretende para a Região, se a aposta em nichos de mercado específicos se uma massificação desordenada com a retenção de determinados tipo de turismo apenas nalguns centros e a distribuição de fluxos de turismo sobretudo nas designadas ilhas mais pequenas.

As dificuldades, restrições e mesmo impedimentos com que os açorianos das designadas ilhas mais pequenas foram brindados neste último verão IATA nas suas deslocações inter-ilhas, muitas vezes por necessidades de saúde, obrigam a uma reflexão muito séria sobre os efeitos da atual política de desenvolvimento do turismo para a generalidade da população. Não prevemos que este ano exista melhorias, bem pelo contrário.

Não deixaremos aqui que passe em claro que muitos açorianos que por motivos de saúde fizeram deslocações inter-ilhas no passado verão e foram forçados, devido a indisponibilidade de lugares na SATA Air Açores, a prolongar as suas

estadias vários dias fora das suas ilhas também contribuíram, mas à força, para as estatísticas com que o Governo e o PS tanto se orgulham em demonstrar.

A política de desenvolvimento do turismo nos Açores assenta sobretudo na venda do destino Açores a preços de saldo utilizando sobretudo as companhias *low cost* ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não percebe nada disso!

O Orador: ... e a SATA para indiretamente as subsidiar, mesmo que isso ponha em risco o futuro desta empresa pública regional. Quanto aos demais incentivos bem pode o Governo dizer o que lhe apetecer, mas chegará o dia em que contas feitas, do deve e do haver, ficaremos a saber se o crescimento do fluxo turístico que estas potencialmente carrearam para a Região, resultou de facto nalgum benefício financeiro ou se fomos nós que andámos todos a pagar para que os acionistas das mesmas ficassem mais ricos e os turistas nos visitassem. Que mais não seja senão a História, ela será implacável nesse julgamento.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O aumento do turismo que se tem verificado na Região nos últimos anos foi um resultado claro do novo modelo de transporte aéreo implementado entre os Açores e o Continente. Os números têm sido positivos, o que abona a favor dos empresários do turismo e da economia da Região.

No entanto, há um grande trabalho a ser feito para garantir que nenhuma ilha seja deixada para trás.

O alojamento tradicional em 2018 teve um aumento residual de apenas 1% na ocupação de camas, mas em contrapartida o alojamento local tem aumentado

significativamente na Região, atingindo os 7% em 2018, à semelhança do que tem acontecido a nível nacional.

Curioso como uma tipologia não subsidiada pelo Governo, como é o alojamento local, consegue em três anos atingir 12 461 camas, valor idêntico aos grandes hotéis subsidiados.

Deputado Francisco César (PS): Não é curioso! Nós deixámos de subsidiar porque estava a correr bem!

O Orador: Mais curioso, é que percebendo a procura que o alojamento local tem nos dias de hoje, o Governo prepara regulamentação para cortar as pernas aos alojamentos locais, nomeadamente no POTRAA. Uma tipologia de alojamento não subsidiada que revitalizou um número considerável de casas degradadas e abandonadas, tanto no meio urbano como rural. Um tipo de negócio, por vezes familiar, que cria postos de trabalho que envolve 1713 titulares e muitas vezes serve como complemento nos rendimentos das famílias. Se a legislação futura concretizar demasiadas exigências a esta tipologia, poderá acabar de vez com estes rendimentos extras às famílias açorianas.

O alojamento local é, sem dúvida, a par do turismo em espaço rural (os parques de *glamping*), uma das tipologias que mais se enquadra no destino de natureza e que personaliza experiências e vivências únicas para oferecer a todos os turistas que nos visitam.

As estatísticas também demonstraram que em 2018 a ocupação “cama” na hotelaria tradicional só consegue ultrapassar os 80% na Ilha de São Miguel nos meses de julho e agosto, enquanto as outras ilhas ficam muito aquém deste número. No caso de São Jorge, em específico, a taxa de ocupação de camas em julho e agosto de 2018 foi de 33% e 37,5%, respetivamente.

Continua-se a subsidiar a construção de hostels, nada contra, mas é esse tipo de turistas que mais interessa aos Açores? Alojamento *low cost* e em concorrência direta com as Pousadas da Juventude que em quase todas as ilhas existem?

Deputado Francisco César (PS): Mentalidades!

O Orador: Vá-se lá entender essa política de turismo.

Sras. e Srs. Deputados, o turismo é uma indústria que estará sempre diretamente relacionada com os transportes. Numa Região arquipelágica não existe turismo sem transportes, e por esta razão, e bem, durante muitos anos transportes e turismos fizeram parte da mesma tutela.

Nesta legislatura divorciaram-se. Não nos parece ter sido uma mais-valia.

Os Açores necessitam de uma operação de voos inter-ilhas capaz de fazer uma distribuição eficaz e equitativa dos turistas pelas diversas ilhas sem, no entanto, deixar de servir cabalmente os açorianos.

Nos transportes marítimos, o desaparecimento do navio “Mestre Simão” e a suspensão da Linha Lilás trouxe graves constrangimentos ao Grupo Central, além das frequentes alterações e cancelamentos de horários, em especial incidência na alternância incerta entre São Roque e Madalena.

A Delta aumentou os voos internacionais de Nova Iorque para Ponta Delgada este ano e mais uma vez a SATA não consegue acordo *interline* com esta companhia de forma a que os clientes possam chegar a qualquer ilha dos Açores com as mesmas condições que chegam a São Miguel.

A TAP Air Portugal veio anunciar um aumento de vários voos para Terceira e Ponta Delgada neste verão IATA e a SATA continua a não disponibilizar números de lugares capazes de satisfazer a procura, dando como justificação as médias da estatística e dizendo que ainda têm margem mais do que suficiente para dar resposta à procura.

Virá certamente tarde e a más horas, a jeito de remendo, à semelhança do que fez em 2018, anunciar disponibilidade e uns míseros lugares quando os turistas que procuravam os Açores já desistiram e foram para outros destinos.

A maioria dos turistas não consegue sair de São Miguel por falta de disponibilidade/lugares na SATA Air Açores. Todas as outras ilhas com

gateways se queixam que os lugares disponibilizados não são suficientes para satisfazer a oferta de alojamento nas respetivas ilhas, como é o caso do Grupo Central em que os turistas poderiam ser distribuídos por via marítima, mas se não chegam ao Pico, Faial e Terceira em número razoável, dificilmente transbordarão para as ilhas de São Jorge e Graciosa.

Se os turistas não conseguem lugares, também os locais são afetados. São inúmeros os doentes, especialmente das ilhas sem hospital, e vamos voltar a falar de São Jorge, que necessitam de se deslocar a consultas de especialidade, consultas oncológicas ou a urgências, e que não conseguem lugar disponível em tempo útil, ou mesmo conseguindo viagem de ida têm de ficar períodos longos à espera de regressar à sua ilha.

São casos frequentes que acontecem por todas as ilhas sem hospital e que são inadmissíveis. Tem que haver uma solução, é um caso de justiça social.

Sras. e Srs. Deputados, há carência de mão de obra especializada no setor por todas as ilhas da Região. As formações que se iniciaram este ano, e bem, têm tido pouca participação de formandos em algumas ilhas e ficam muito aquém do desejado e necessário. Não podemos esquecer que a sazonalidade é grande e só timidamente vai reduzindo. Só não apresenta piores resultados porque os grupos dos “Meus Açores, Meus Amores” vão somando estatísticas positivas por todas as ilhas.

Há muito trabalho para ser feito, mas os privados já fizeram grande parte do que era da sua conta. O Governo, que deveria ser uma locomotiva na promoção e dinamização deste setor, parece que ainda está na estação de comboios a decidir a composição das carruagens que mais lhe convém.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com enorme satisfação que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se apresenta aqui hoje num debate de urgência que incide sobre dois temas de extrema importância para a nossa Região.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Este debate, na nossa ótica, deverá permitir por um lado analisar aquilo que foi feito, as políticas concretizadas e os seus resultados, e por outro lado deverá permitir transmitir o que ainda queremos fazer para melhorar as nossas acessibilidades e garantir a sustentabilidade e a qualificação do nosso turismo.

Falamos de dois setores que ano após ano têm atingido os melhores resultados de sempre.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Falamos de dois setores muito escrutinados e debatidos nesta Assembleia, que importa analisar e verificar a sua evolução para que depois possamos projetar o seu futuro.

Falamos também de setores que muito facilmente a oposição, alguma mais responsável, outra menos (muito menos), altera o seu posicionamento consoante ventos e marés em busca do descontentamento e eleitoralismo fácil.

A título de exemplo. De um dia para o outro, a frota da SATA Air Açores passa de ociosa para insuficiente, com alguns a defender o recurso a ACHMIS.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Para alguns, a SATA Air Açores era fundamental manter-se na esfera pública, onde passado alguns dias já é um instrumento dispensável para o futuro da nossa Região, da nossa mobilidade interna e da nossa coesão territorial.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Para alguns, a SATA às segundas, quartas e sextas tem de apresentar lucro, deve ter uma operação eficiente, onde não deve existir ingerências do acionista, mas noutros dias (às terças e às quintas) são exatamente os mesmos que propõe mais voos, mais despesas, solicitam ao Governo que faça ingerências, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: ... prometendo tudo a todos num claro exercício de aproveitamento político.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: No setor dos transportes, que assume um papel preponderante no desenvolvimento económico e social de uma Região arquipelágica como a nossa, o trabalho tem sido meritório e com resultados à vista de todos.

O Governo dos Açores e o Partido Socialista realizou na última legislatura a maior reforma de sempre do modelo de acessibilidade de e para a Região, com uma especial atenção para os residentes e para os estudantes.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Garantimos a implementação de uma boa solução que conjuga rotas liberalizadas com obrigações de serviço público. Tornamos o mercado mais atrativo, diminuámos o custo da acessibilidade com reflexos diretos sobre a

mobilidade e a acessibilidade dos açorianos, impulsionando um incremento notável e bem visível da atividade turística na Região Autónoma dos Açores.

Deputada Sónia Nicolau e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Os resultados são evidentes. Nunca tivemos tantos voos, tantas ligações de e para a Região, nunca tivemos tantos voos inter-ilhas, nunca tivemos tantas pessoas a desembarcar em todas as nossas ilhas dos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Obviamente que estes números tiveram reflexos inequívocos na dormidas e nos proveitos totais no turismo em todas as ilhas, seja em época baixa ou em época alta, com reflexo também no emprego e no desenvolvimento económico de cada uma das nossas ilhas.

No número de passageiros desembarcados na Região, registamos um crescimento que ronda os 90% entre 2012 e 2018 (90%!), ...

Deputado Francisco César (PS): Quanto?!

Deputado Luís Maurício (PSD): Volta Passos Coelho que está perdoado! 29 de abril de 2015, dia memorável! Dia inesquecível para os Açores!

O Orador: ... o que representou um crescimento de 765 mil passageiros, atingindo em 2018 o número recorde de 1,6 milhões de passageiros desembarcados.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No total de passageiros desembarcados nos voos inter-ilhas, destaque para um crescimento médio de 62% entre 2012 e 2018, o que representou um crescimento de 260 mil passageiros, atingindo os 648 mil passageiros desembarcados em 2018.

Para o PS, a SATA continua a ser fundamental e estruturante para o desenvolvimento dos Açores. É um importantíssimo instrumento de coesão regional e territorial que tem de continuar ano após ano a dar resposta ao

incremento da procura, adequando e evoluindo a oferta de forma sustentada, garantindo a mobilidade dos açorianos.

O PS sempre defendeu e continuará a defender que se realize de forma contínua a necessária monitorização, avaliação e adequação da oferta à procura, garantindo a todas as ilhas uma mobilidade e acessibilidade adequada, quer do ponto de vista dos residentes, quer do ponto de vista do turismo, permitindo o seu desenvolvimento económico, potenciando as particularidades e especificidades de cada uma das nossas ilhas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: No transporte marítimo de passageiros e viaturas na Região, destaque para os bons resultados conseguidos na operação regular do triângulo, incrementada e melhorada após a aquisição de dois novos navios, garantindo um serviço de maior regularidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De Calheta a Angra é um espetáculo!

O Orador: ... qualidade e conforto que adicionou o transporte de viaturas.

Ao nível dos passageiros desembarcados nos portos da Região, assistimos a um crescimento médio de 22%, mais 101 mil passageiros desembarcados, atingindo os cerca de 559 mil passageiros em 2018.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No turismo, temos trilhado projetos e ações que visam consolidar o trabalho efetuado e concretizado nos últimos anos também com resultados visíveis a todos. Só não os vê quem não quer.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quando cheguei a esta Assembleia, o tema de debate era: “O que fazer e como fazer para o turismo dos Açores crescer?”.

Felizmente, isso mudou. Agora estamos num tempo de reclamar que a ilha do lado cresce mais do que a minha, ...

Deputado André Bradford e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... e aquilo que queremos é que todas cresçam, que todas tenham oportunidade de crescer, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... de criar valor e rendimento a todos os açorianos, e os resultados demonstram isso mesmo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é que é falar!

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Entre 2012 e 2018, o setor do turismo cresceu 131% ao nível de hóspedes; cresceu 138% ao nível das dormidas; e cresceu 125% ao nível dos proveitos totais aqui só na hotelaria tradicional.

Crescimentos avultados para o período temporal em questão quando comparado com outras regiões e com outros setores económicos.

Os bons resultados atingidos, fruto de muito trabalho e dedicação de todos os intervenientes, entidades públicas, entidades privadas, os nosso empresários, permitiu superar muitos desafios no passado. Devem ser motivo de orgulho, de confiança e de motivação para que possamos superar os desafios com que ainda estamos confrontados.

O Partido Socialista e o Governo dos Açores, numa atitude inconformista e de exigência de querer mais e melhor para o setor do turismo, pretende continuar a implementar as estratégias definidas em conjunto com os açorianos, e estas estão definidas no Plano Estratégico e Marketing do Turismo dos Açores.

Deste modo, assistimos à definição de um conjunto de estratégias que permitem a qualificação e desenvolvimento sustentável do setor do turismo, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento da atividade turística como instrumento de dinamização da economia regional em todas as suas ilhas.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Para a concretização deste objetivo principal, o Governo tem realizado um conjunto de ações que permitem alavancar a notoriedade dos Açores, posicionar os Açores como destino exclusivo de natureza, melhorar a competitividade do destino e aumentar os fluxos turísticos.

O desenvolvimento do turismo e o seu crescimento só será bom se efetivamente for bom para os açorianos, se criar riqueza, se criar postos de trabalho qualificados e corretamente remunerados.

As questões da sustentabilidade do território é uma das outras preocupações do Partido Socialista, uma vez que os recursos naturais dos Açores são o principal argumento de captação de fluxos turísticos, sendo fundamental a manutenção da qualidade ambiental e evitar a massificação do destino.

Os planos de ordenamento do território em geral e os planos de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores em especial, devem garantir por um lado a manutenção da qualidade ambiental dos Açores, e por outro definir limites que garantam que não atingimos níveis de pressão indesejáveis mas que permitam que todas as ilhas têm uma possibilidade de explorar o seu potencial turístico.

O PS considera essencial, e apesar dos bons resultados (motivo de orgulho e satisfação), continuar a desenvolver sistemas de transportes cada vez mais eficientes, que possibilitem a circulação de pessoas e bens, contribuindo para a coesão social, económica e territorial da Região, permitindo o desenvolvimento, em particular, do turismo em toda as nossas ilhas.

Tanto nos transportes como no turismo muito foi feito, muito foi investido no desenvolvimento de infraestruturas e meios adequados para o desenvolvimento de cada um destes setores.

Deputado Bruno Belo (PSD): E muito foi gasto!

O Orador: O caminho percorrido não foi realizado sem percalços, mas o trabalho desenvolvido e os resultados conseguidos reforçam a nossa motivação

e vontade de fazer mais e melhor, de continuar a promover reformas que permitam melhorar continuamente a qualidade de vida dos açorianos e o nosso desenvolvimento económico.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

A semana passada eu tive a oportunidade, e julgo que muitos dos Sras. e Srs. Deputados e também membros do Governo devem ter tido a oportunidade, de ler um artigo de opinião do professor Maduro Dias. Um artigo de opinião muito interessante porque versava sobre o futuro do turismo e o futuro do turismo a partir daquilo que se faz atualmente, e o professor Maduro Dias chamava a atenção para uma confusão que se começa a fazer quando se pretende avaliar os sucessos aos insucessos do setor do turismo.

E dizia o professor Maduro Dias que há cada vez mais a tendência de confundir, neste setor, aqueles que são indicadores daqueles que são objetivos, e confundem-se de forma muito preocupante.

Quando o número de dormidas, foi o professor Maduro Dias que deu este exemplo, é confundido com o objetivo, que não é mais do que um indicador, algo de mal se passa no turismo e algo de mal se passa naquele que será o futuro deste setor na Região.

Deputado Carlos Silva (PS): Então diga lá qual a sua opinião, Sr. Deputado!

O Orador: E estas confusões não se limitam unicamente ao número de dormidas, mas também no que diz respeito até mesmo aos transportes. Quando se faz a confusão de que turismo é igual a transportes, podemos estar aqui a fazer uma confusão que poderá ter efeitos perniciosos, tanto para o futuro do turismo como para o futuro da mobilidade de todos nós.

Quando confundimos o sucesso do turismo e objetivos no setor do turismo com aqueles que são indicadores, como o número de voos e de rotas, se calhar estamos a fazer confusões que não devam ser feitas.

Deputado Carlos Silva (PS): Então está explicado!

O Orador: E basta ver que este novo modelo de transporte aéreo a partir da Terceira e de São Miguel, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É de uma lucidez extraordinária!

O Orador: ... tal e qual como foi estabelecido em consonância com um modelo liberalizado de transportes aéreos, chegamos aqui a um cenário em que necessariamente existem interesses e necessidades conflitantes entre aqueles que são os interesses e necessidades dos residentes e aqueles que são os interesses e necessidades dos turistas. Basta ver que atualmente quem se queira deslocar de Terceira e de São Miguel para o Continente e que seja residente nestas ilhas, tem que adiantar muitas vezes valores que são completamente incomportáveis, apesar de virem a ser sujeitos a reembolso.

Bem, e outra confusão se tem feito de que este dinamismo que temos vindo a assistir no setor do turismo se deve quase totalmente àquela que foi a liberalização dos transportes aéreos na Região, e muito especificamente no que diz respeito à Terceira e São Miguel.

Deputado Mário Tomé (PS): Não é verdade!

O Orador: Mas convém lembrar que mesmo antes deste modelo, tanto para São Miguel como para a Terceira, era possível criarem-se rotas e voos para a América do Norte e para a Europa sem quaisquer constrangimentos.

Os únicos constrangimentos que poderiam haver de alguma forma e que tem a ver com aquela que é a necessidade de responder a obrigações de serviço público à altura, seria rotas entre os Açores e o Continente.

Portanto, não se percebe. Se o turismo depende assim tanto dos transportes e dos transportes aéreos porque é que antes desta dita liberalização não se estabeleciam um maior número de rotas e por essa via também se incrementava o setor do turismo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Era mais caro!

O Orador: Seria interessante, por exemplo, perceber se atuais companhias *low cost*, neste caso até se reduz a uma única companhia aérea *low cost*, neste momento está a transportar mais residentes se mais turistas.

Isso seria interessante porquê? Porque permitira avaliar até que ponto é que estas companhias aéreas *low cost* fizeram uma grande uma grande diferença pelo setor do turismo.

Chegámos à parte em que muitas vezes se acusou, e se continua a acusar, de que o Governo Regional subsidia este setor (o setor do turismo) e particularmente as companhias aéreas e as companhias aéreas *low cost*. É verdade que o Governo Regional tem desmentido que haja pelo menos apoios diretos a estas companhias aéreas, havendo eventualmente apoios indiretos através da promoção turística da Região, mas na realidade existem outras formas de subsidiação.

Ainda há relativamente pouco tempo tivemos notícia de uma campanha promocional participada pela Região e que possibilitou a disponibilização de pacotes promocionais para a Ilha Terceira a partir de 149 euros. Ora, isto incluía voo, alojamento com pequeno almoço e aluguer de automóvel por quatro dias. Ora, isto dá uma média de 37,25 euros por dia.

A Sra. Secretária do Turismo confirmou, de facto, esta participação, mas não avançou com o montante investido. Já agora, gostaríamos de saber qual o

montante investido neste pacote promocional, assim como em outras campanhas que também abrangiam outras ilhas que não a Terceira.

Claro que perante a pacotes promocionais desta natureza e com estas preços, qual o retorno económico para a Região de tal participação?

E como estamos a falar de um preço que é associado a um determinado destino, neste caso o destino 'Açores' e em particular algumas das suas ilhas, e aqui dou o exemplo da Terceira, mas poderia dar exemplos, por exemplo, para São Miguel, de pacotes promocionais com preços muito semelhantes a este, convém salientar que este é um preço que é atribuído a este destino. Ora, que impacto é que terão estes valores na imagem do destino turístico 'Açores' e das suas várias ilhas?

São estas políticas de apoio público ao setor que são completamente incongruentes com a precariedade a que estão vetados os trabalhadores deste setor, até porque é a Região, somos todos nós, que participamos, que subsidiamos o setor do turismo e numa determinada etapa este esforço deveria ter sido feito, e foi feito. Aliás, a própria companhia aérea de todos nós, a SATA, fez este esforço quando o setor do turismo perigava em cair numa situação de crise profundo após a crise de 2008, esse foi um investimento que deveria ter sido feito.

Agora, não se compreende, e como disse o Sr. Deputado André Rodrigues, estamos perante um setor que está em crescimento consolidado, porque é que continuamos não só a aplicar este tipo de subsidiação como também a fechar os olhos a toda a precariedade que se vive no setor, e quando digo aqui precariedade é da forma como os trabalhadores são tratados.

Ora, o Partido Socialista, e o Governo Regional, lamenta-se, mas quando é para se chegar à frente, nada faz. Não aumenta o salário mínimo e continua a adubar estas empresas com estes apoios diretos e indiretos.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é amanhã! Amanhã a gente debate!

O Orador: Ainda neste último orçamento da Região, o Partido Socialista apresentou como uma espécie de solução-milagre para combater a precariedade no setor não só do turismo, mas de todos os setores de atividade económica da Região, a criação de um tal certificado de responsabilidade laboral como se fosse uma grande medida para combater esta situação.

Pergunta que se coloca: a quantas empresas do setor do turismo foi até agora atribuído este certificado?

E por agora fico-me.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Começo esta intervenção por fazer referência ao tom intolerante do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, intolerante à crítica, intolerante ao diálogo democrático.

Aqui no parlamento todos nós defendemos os interesses dos Açores e das diversas ilhas. Todo nós estamos preocupados em conseguir os melhores resultados para as nossas populações e para as nossas ilhas. Mas a intervenção do Sr. Deputado, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é inaceitável ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Uma excelente intervenção!

O Orador: ... porque demonstra uma intolerância à crítica, demonstra uma intolerância ao debate democrático absolutamente inaceitável.

Eu considero que este tipo de discurso, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Não considera nada! O senhor não pensa nada!

O Orador: ...de intervenção, é um tipo de discurso que tem como preocupação intimidar a oposição, tentar intimidar quem pensa de forma diferente. Aliás, é recorrente da vossa parte e é um comportamento que se repete com cada vez maior assiduidade.

Devo também dizer o seguinte. Em relação ao tema que aqui estamos a discutir,

...

Deputado Francisco Coelho (PS): Agora é que vai ser mais difícil!

O Orador: ... é evidente que existe um enorme ligação entre as acessibilidades e o crescimento e as oportunidades de crescimento turístico que são criados para as diversas ilhas. Mas em relação a este processo, se é um processo em que estamos a registar crescimentos, e isso é factual, ninguém pode discordar em relação ao crescimento que se tem vindo a registar e que é um crescimento fundamental em termos de diversificação da economia dos Açores e do crescimento no setor que tem de facto uma projeção e uma capacidade muito grande, que é o turismo, de onde partimos de valores muitos baixos, a verdade também é que estamos a cometer erros e há áreas em que é possível melhorar, nomeadamente permitindo que outras ilhas tenham um crescimento significativo, que todos tenham as mesmas oportunidades.

Eu vou dar alguns exemplos de que isso nem sempre é assim e que há críticas justas a fazer a este modelo e que há melhorias que devem ser implementadas. Por exemplo, eu não compreendo, já foi aqui afluído, não me recordo qual foi a bancada que referenciou isso, mas mesmo ontem recebi um telefonema do Corvo de um passageiro que tem uma consulta bastante importante em Lisboa na área oncológica e que está há uma semana em lista de espera e não conseguiu viajar porque ficou em lista de espera da SATA.

Eu próprio testemunhei, e o Sr. Deputado Artur Lima também testemunhou quando estive no Corvo, a situação de outros doentes que também estavam há

uma semana em lista de espera e que não embarcaram porque não lhes foi disponibilizado nenhum lugar.

Ora, isto é uma situação aceitável?

Deputado José Ávila (PS): Estamos nas férias da Páscoa!

O Orador: Eu acho que não é! Isto é uma situação que deve aqui ser denunciada? Deve.

Esta é uma situação que deve ser melhorada? Deve ser melhorada!

Portanto, em relação à deslocação de doentes. Esta deslocação de doentes, que são colocados na lista de espera e durante uma semana não conseguem ter um lugar para se poderem deslocar para os tratamentos que são necessários e muitas vezes urgentes, é algo que é inaceitável! E, portanto, nesta matéria existem melhorias efetivas a realizar! É uma crítica justa ou não?

Eu e outros deputados temos que calar esta crítica que se faz aqui no Parlamento porque senão somos enxovalhados por parte do discurso do Partido Socialista? Não podemos! Eu faço aquilo que é a minha obrigação, que é denunciar este tipo de situações e exigir que existam melhorias, ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem! É porque não tem nada a dizer sobre o que foi dito!

O Orador: ... e não admito ser aqui enxovalhado por discursos agressivos porque acham que eu não posso servir a população e não posso denunciar situações que existem. Isto é intolerável! Esta situação é intolerável e tem que ser resolvida!

Deputado André Bradford (PS): A intervenção não era para si! Era para todos os grupos parlamentares! O senhor é uma representação!

O Orador: Outra questão, outro exemplo concreto. Eu não consigo perceber porque é que a Ilha do Corvo é a única ilha que continua sem ligações aéreas ao fim de semana e é disponibilizado mais um voo e passamos a ter voos quarta, quinta e sexta e depois temos um apagão de 48 horas em que não há ligações

para a Ilha do Corvo, não lhe dando as mesmas oportunidades de desenvolvimento que às outras ilhas. Isto é justo? Eu não acho que seja justo! Eu não acho que tenha qualquer tipo de justiça!

Eu acho que é uma situação que tem que ser resolvida e eu estou aqui a denunciá-la porque considero que este apagão de 48 horas em que deixa as ligações do Corvo desequilibradas e que não nos permite também aceder a um conjunto de turistas que se querem, obviamente, deslocar à ilha durante este período do fim de semana, nós não o podemos fazer e todos os outros na Região o podem fazer! E acham isso justo? Eu não acho justo!

Eu acho que tenho a obrigação de dizer isto aqui em representação das populações que represento.

Esta é uma segunda crítica que eu tenho aqui obrigação de fazer, mas faço-a não com um sentido destrutivo, mas com um sentido de o problema ser resolvido, de o problema ser ultrapassado e de existirem melhorias significativas nesta matéria.

A minha pretensão é por ventura a mesma que vossas excelências: melhorar o serviço que é prestado às populações.

E, portanto, ninguém pode ser diabolizado por apresentar aqui problemas concretos e áreas de melhoria.

Finalmente, nesta primeira intervenção nesta matéria eu também quero aqui contribuir para que a história, que é tão maltratada na nossa Região e no nosso país, não seja constantemente reescrita e adulterada por vossas excelências. É importante que se diga o seguinte. Se as acessibilidades, durante décadas, não foram melhoradas na nossa Região, foi porque os senhores impediram a liberalização do espaço aéreo. Durante décadas!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): E mais nada!

O Orador: A responsabilidade para que esta situação não tenha melhorado é vossa! Foram os senhores que mantiveram o regime de monopólio.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

O Orador: Os senhores foram responsáveis para que o turismo se tivesse desenvolvido muito mais tarde! Porque não garantiram as acessibilidades, e os senhores foram durante anos um obstáculo à liberalização do espaço aéreo e ao consequente crescimento turístico que esta situação permitia.

Mas já lá vamos. Numa próxima intervenção quero falar sobre a saúde financeira da empresa, que é fundamental para as acessibilidades e para o crescimento do setor turístico.

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor sabe que isso não é verdade!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado José San-Bento pede a palavra para?

Um protesto a?

Tem a palavra, Sr. Deputado, para um protesto.

Dispõe de três minutos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais foram as afirmações?

Deputado Francisco César (PS): Ignorância, intimidação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Deputado José San-Bento apesar de não ter usado o microfone, referiu que queria fazer um protesto às afirmações do Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre a intolerância e postura agressiva da bancada do Partido Socialista.

Deputado Francisco César (PS): E intimidatória!

Presidente: Foi isso que ele disse, apesar de não ter usado o microfone, que deveria ter utilizado, e também me penalizo por não lhe ter chamado à atenção por isso.

Tem a palavra. Três minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento** (PS): Sra. Presidente, é evidente que nós não podemos pactuar, embora o PS faça um esforço, diga-se a bom da verdade, com esse registo sucessivo e recorrente de o PPM procurar criar incidentes para desfigurar e desfocar as intervenções e os temas que nós queremos tratar, e o PS não aceita essas acusações de intolerância e de intimidação.

Sr. Deputado, escolheu muito mal o momento para fazer essas acusações. Ainda a semana o Partido Socialista e o Governo estiveram na praia da Graciosa de uma forma humilde, de uma forma perfeitamente transparente, a esclarecer as populações, a explicar o pé de situação de uma obra, com uma disponibilidade total.

No mesmo dia em Santa Maria, humildade democrática do Governo e do PS, a esclarecer a população sobre preocupações relacionadas com um projeto que tem a ver com o futuro daquela ilha e que nós reportamos como da maior importância para o desenvolvimento dos Açores.

Isto é uma postura de intolerância? Isto é uma postura de quem não aceita a crítica? Não! Isto é uma postura que representa a cultura democrática do Partido Socialista.

Deputado Luís Garcia (PSD): O que os senhores querem fazer é condicionar a oposição, mas isso os senhores não vão conseguir!

Deputado Bruno Belo (PSD): O senhor quando sair da bancada do PS vai trabalhar para as viaturas SIV. Emergência médica do Partido Socialista!

O Orador: Disponibilidade, humildade democrática, diálogo com as populações, preocupação em ouvir as pessoas, lealdade com os nossos concidadãos. É esta a nossa cultura e é isso que vos incomoda.

O senhor vem aqui fazer acusações destas quando o seu partido fez uma coligação com um partido de extrema direita xenófoba.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento.

O Orador: Chega de demagogia, Sr. Deputado. Chega!

Voices dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão para um contraprotesto.

Dispõe de dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Este protesto é completamente desajustado, e a Sra. Presidente não o teria permitido se fosse eu a solicitá-lo porque não foi devidamente justificado.

Deputado José San-Bento (PS): Então não foi?!

O Orador: Portanto, o que eu fiz aqui foi uma crítica à intervenção do Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Não é verdade!

Deputado José San-Bento (PS): Não! O senhor generalizou!

O Orador: Foi uma crítica a uma intervenção caceteira, a uma intervenção desajustada em relação às posições que são apresentadas ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... pelos diversos partidos da oposição.

Dizer que eu venho aqui provocar incidentes quando é o senhor que pede o protesto é um paradoxo que não resiste à análise crítica.

Deputado Francisco César (PS): E o chega?!

O Orador: Diz vossa excelência que estão em diálogo, em democracia. Olhe, hoje temos mais um exemplo de democracia no vosso feudo da Ilha do Corvo em que foi mais uma vez marcada uma assembleia municipal ...

Deputado André Bradford (PS): Oh senhor, a gente não temos culpa!

O Orador: ... de forma a que possa coincidir com a minha presença aqui ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... para que eu não possa exercer a minha capacidade democrática e de fiscalização da atividade daquela assembleia municipal. É uma assembleia municipal governada por vossas excelências!

E, portanto, isso mostra o vosso espírito de diálogo ...

Deputado André Bradford (PS): Porque é que o senhor não está lá?

O Orador: ... e mostra a vossa capacidade de democracia.

É muito melhor debater sempre quando o adversário não está, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E quando o senhor não está em plenário e o senhor não vai?

O Orador: ... quando o adversário não tem a capacidade de apresentar os seus argumentos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Isso é o melhor dos mundos! É quando o adversário é afastado da oportunidade de exercer o seu poder de crítica. Essa é a vossa cultura democrática que nós temos exemplos todos os dias que acontecem na Região.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E quando o senhor não vai porque não quer?

O Orador: Devo dizer também que o meu percurso ao longo destes anos ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... é um percurso de tolerância, ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): E quando o senhor está lá?

O Orador: ... é um percurso de humanismo, é um percurso em que estou preocupado com os mais desfavorecidos, estou preocupado com as injustiças, e mais do que isso! Capaz de fazer sacrifícios pessoais no sentido de conseguir resolver situações de enorme injustiça.

O meu percurso fala por mim, Sr. Deputado, em relação à forma como eu, em todas as circunstâncias, defendo sempre a democracia e estou sempre, sempre!, ao lado dos mais fracos e dos mais desfavorecidos!

Deputado André Bradford (PS): O senhor está ao lado da extrema direita!

Deputado João Paulo Ávila (PS): A demagogia não colhe!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar o debate.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por agradecer a oportunidade de aqui poder falar de um setor tão positivo e tão promissor na Região como é o turismo.

E num contexto, mesmo que alguns procurem revirar, literalmente, as estatísticas à procura de algo menos positivo mesmo que isso seja o crescer menos no verão onde há, naturalmente, menos elasticidade por parte da nossa oferta hoteleira, ou mesmo que isso seja focar um crescimento mais contido da hotelaria tradicional sem olhar ao crescimento dos proveitos desta hotelaria e sem olhar ao crescimento das outras tipologias de alojamento, ou mesmo num contexto onde outros acrescentam um elemento que é quase esquizofrénico de turismo a crescer em massa.

Bem, temos estratégia, temos um plano estratégico de marketing do turismo dos Açores claro, inequívoco, bem percebido por todo o setor privado e que nos coloca, em termos de estratégia, com políticas ambientais e turísticas conciliatórias, que alavanca a notoriedade dos Açores junto dos nossos mercados estratégicos que posiciona a Região como um destino exclusivo de natureza exuberante.

Isto no que diz respeito à procura.

Relativamente à oferta, também temos estratégia. Temos uma revisão de um plano de ordenamento turístico da Região Autónoma dos Açores onde se conjuga de forma clara a importância de valorizarmos a oferta turística com a

preservação dos nossos recursos naturais e os nossos recursos culturais e identitários.

Temos um investimento claro na qualificação, e em termos de qualificação, um destaque muito especial para a qualificação ao nível dos recursos humanos com enfoque determinante no plano previsto para este ano e com ações concretas no terreno elas já, nomeadamente a parecia que temos com a AHRESP em termos de qualificação da restauração; o “Açores recebe bem” que envolve 600 participantes com ações já realizadas em todos os concelhos da Região; a formação por via da Escola de Formação Turístico- Hoteleira, que resultou de um trabalho de levantamento de necessidades de um setor que tem 1200 vagas de formação através de um plano de qualificação e valorização para ativos na área do turismo.

Temos investimento em estruturas físicas. Os pontos de interesse turístico, nomeadamente as zonas sensíveis do nosso património ambiental tiveram ações concretas, revisão de regulamentos de acesso, estabelecimento de capacidades de carga, a par de um maior esforço de controlo e também monitorização, que já existiam; a par de variadíssimas intervenções com destaque para os miradouros mais emblemáticos, levadas a cabo também pela Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas.

Temos números fantásticos, extraordinários que nos devem encher de orgulho e motivação para tudo aquilo que temos para fazer ainda. Em termos de ofertas, a Região cresceu. De 2016, com 15,8 mil camas para 24,3 em 2018.

As dormidas. Quando em 2016 estávamos com 1,9 milhões de dormidas, conseguimos este ano ultrapassar a barreira dos dois milhões e meio de dormidas.

A taxa de sazonalidade, que é um desafio para qualquer destino turístico, tem tido um percurso assinalável na Região. Em quatro anos, conseguimos baixar cinco pontos percentuais.

Receitas a crescer mais do que as dormidas, e aqui estamos a falar apenas da hotelaria tradicional, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso não é verdade!

A Oradora: ... não estamos a ter em conta todos os ganhos que o alojamento local tem trazido para as famílias e é transversal às mesmas, permitindo novas oportunidades de emprego, permitindo que as receitas, o crescimento do setor também seja democratizado, espalhando-se por muitas famílias que hoje vivem desta área.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: Temos empresas dedicadas ao setor turístico a crescer. Quando em 2014 tínhamos 206, hoje temos 424. Duplicaram.

Número de empregados associados ao setor, e aqui apenas em termos de alojamento e restauração. Quando em 2014 tínhamos 4221, fechámos 2017 com mais de seis mil. Estamos a falar de um crescimento significativo que nos leva para um peso na população empregada por conta de outrem de 11%.

Uma nota relativamente às questões da produção, naturalmente imprescindíveis e no que diz respeito às suas responsabilidades. Todos sabemos que a Associação de Turismo dos Açores é a entidade regional mandatada para a concretização da promoção externa da Região, acreditada junto da Confederação de Turismo de Portugal e junto do Turismo de Portugal. Portanto, tem ao seu dispor os meios financeiros, humanos e técnicos para isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa tem feito um grande trabalho!

A Oradora: É público que no final do ano passado, fruto das informações existentes sobre questões de investigação ao nível do Ministério Público e também da ausência de um membro da sua Direção, o seu manual de funcionamento foi sendo, de algum forma, afetado, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas foi afetado porquê? Essa agora não percebi!

A Oradora: ... nomeadamente no que diz respeito ao planeamento das operações. Neste contexto, foram imediatamente iniciadas diligências por parte do Governo dos Açores no sentido de colmatar o atraso no lançamento de procedimentos de promoção associados a fluxos turísticos, como é o caso de Espanha. E para o efeito, foram lançadas, no mercado nacional, campanhas em parceria com operadores portugueses para potenciar estes fluxos turísticos de fevereiro a maio, com especial foco na Ilha Terceira, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Não me diga que foi ver isso no El País de hoje!

A Oradora: ... iniciativa que se traduz atualmente na venda de mais de 1500 dormidas neste mercado.

Esta iniciativa foi acompanhada por uma campanha de divulgação e promoção da Ilha Terceira em emissoras de rádio nacional, nomeadamente a Rádio Comercial e a m80, duas estações com grande amplitude em termos de cota de mercado.

Entretanto, dado o desenrolar desta investigação e também como é público, em finais de fevereiro, por via da demissão de dois elementos da direção, a mesma entra em gestão, e face a esta necessidade imperiosa de se avançar com alguns procedimentos, a Região chama a si, nomeadamente a preparação do concurso para retomar a operação turística de Espanha para a Ilha Terceira, bem como o desenvolvimento de fluxos turísticos indiretos para outras ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oh senhora, devia ter um pouco de humildade!

A Oradora: E agora, relativamente ao mês de janeiro, que é o mês que também serviu de mote à convocatória para este debate. Efetivamente a Ilha Terceira tem uma redução das dormidas no mercado espanhol, como já era sabido que ia acontecer, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E não só!

A Oradora: ... não vejo como pode haver aqui choque nem espanto neste mês, e que se perspetiva que se venha a manter nos próximos meses ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, choque há!

A Oradora: ... até ao início da época alta, sendo já conhecido publicamente que a retoma da operação se encontra perspetivada para o próximo mês de outubro.

Agora, temos de ser minimamente sérios e justos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É isso que lhe falta!

A Oradora: Não podemos olhar apenas para um mês numa ilha, ignorando toda a extraordinária evolução que vem sendo verificada, não sendo demais referir.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Terceira foi a ilha que mais cresceu em dormidas nos últimos anos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A senhora vem contar anedotas para aqui!

A Oradora: No intervalo de 2014 a 2018, a Terceira cresceu duas vezes e meia, 143%. A Terceira é a ilha com menor taxa de sazonalidade de toda a Região, está ao nível do país.

A Terceira regista uma estada média com uma evolução extraordinária, muito por via, naturalmente, das suas operações de ano inteiro. A Terceira é a ilha com maior crescimento na taxa de ocupação e na receita por quarto disponível nos últimos três anos. São factos e, portanto, não os devemos menosprezar.

Deputado André Bradford (PS): Fica satisfeito ou não fica satisfeito?

A Oradora: Relativamente aos argumentos utilizados de desequilíbrios de voos para São Miguel e para a Terceira com base num documento que tem origem na Associação de Turismo dos Açores, importa ter presente que cada ilha efetivamente tem rumos e ritmos de crescimento específicos. Não temos dúvidas que após alguma consolidação em termos de notoriedade em São Miguel, importa termos maior investimento em outras ilhas, sendo a Terceira também uma aposta neste âmbito.

E relativamente a esta alegada disparidade de voos diretos, São Miguel com 21 e Terceira com sete, 33%, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 33%?! A senhora sabe fazer contas!

A Oradora: ... importa ter presente, para já, que nenhum destes dados era desconhecido, são dados públicos; importa ter presente que a Terceira em termos de camas tem precisamente 30% das camas que tem em São Miguel. Portanto, é perfeitamente proporcional à questão dos voos.

Mas também importa ter presente que em termos de investimento, de planos de marketing para incentivo a operações turísticas diretas, em 2018 a Terceira beneficiou de dois terços da verba total investida na Região nesta matéria.

Gostaria ainda de focar que, por reconhecermos que as realidades entre ilhas são muito diferentes e que é necessário introduzir alguns estímulos em determinados momentos em determinadas ilhas, tal como fizemos com a Ilha Terceira, a Secretaria encontra-se a articular neste momento com operadores nacionais a promoção de pacotes que permitam incrementar a procura, quer para a Ilha Graciosa, quer para a Ilha de Santa Maria.

Além das iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas, gostava de focar também algo muito requisitado nesta Casa e que está a acontecer neste momento, que é o *interline* entre a Delta e a Sata Air Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que a senhora nunca quis!

A Oradora: Esta iniciativa permite que toda as outras ilhas também retirem partido da rota da Delta de Nova Iorque para Ponta Delgada e potencia a venda substancial de pacotes de viagens inter-ilhas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso nem sequer é verdade, Sra. Secretária!

Deputado Marco Costa (PSD): Estava mal, mas piorou agora!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O dia 01 de abril foi há nove dias atrás!

A Oradora: No âmbito desta iniciativa, no espaço de aproximadamente 20 dias, venderam-se mais de 100 pacotes São Miguel – Terceira a cerca de 230 turistas que chegam aos Açores vindos da Delta através deste *interline* virtual. A partir deste mês, este pacote fica também disponível para as restantes ilhas. Não posso deixar também de, neste âmbito, referir a importância da notoriedade e do reconhecimento internacional que o destino hoje tem. Variados eventos e encontros são conseguidos ao longo de todo o ano e por várias ilhas. Para além do impacto local, têm também um elevado grau de notoriedade da Região lá fora.

Apenas três exemplos nos últimos três dias para vos dar nota do investimento que tem sido feito nesta matéria.

European Blues Challenge, realizado pela primeira vez em Portugal, nos Açores, trouxe mais de mil pessoas de fora nesta altura do ano;

Equipa de *trail* da Salomon nos Açores partilhou vídeos extraordinários da sua estadia nas ilhas de São Miguel, Pico, Faial e São Jorge.

E terceiro, tivemos esta semana um destaque extraordinário no canal ABC News norte-americano relativamente aos Açores.

E para terminar, não posso deixar de referir algo que ficou presente há um ano e meio num debate nesta Casa, declarações do Sr. Deputado Artur Lima.

Vou citar, dizia assim: “O turismo cresce nos Açores devido ao esforço que os nossos empresários, os trabalhadores do setor e os açorianos fizeram e fazem, apesar do Governo que temos”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E que continuamos a ter!

A Oradora: Pois bem, um ano e meio depois, o número de dormidas do mercado espanhol, na Ilha da Terceira, no mês de janeiro cai, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grandes empresários!

A Oradora: ... chama-se o Governo com urgência à Assembleia para explicar.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Grandes empresários!

A Oradora: Cá estamos e cá estaremos, orgulhosos e muito otimistas, preparando, em parceria com os privados, o caminho auspicioso que o turismo assume na Região.

Um caminho onde queremos colocar o país no mapa da sustentabilidade por via da certificação dos Açores como destino turístico sustentável ainda este ano.

Um caminho onde é notório o impacto extraordinário na vida das pessoas deste setor.

Um caminho que tem criado oportunidades de emprego a tantos açorianos, entre os quais gostaria de realçar os mais jovens, nas ilhas mais pequenas, que se vão fixando por encontrarem mais que oportunidades de emprego: oportunidades de vida.

E há tanta vida aqui.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 11 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade ao debate.

Está inscrita, e dou a palavra, a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou iniciar esta minha intervenção relembrando um documento que curiosamente o Governo e a bancada socialista deixaram de falar nele, o famoso Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira.

E o PREIT curiosamente tem dois eixos que remetem para a temática deste debate: o eixo 02, que fala do turismo, e o eixo 08 numa perspetiva das acessibilidades.

E sobre estes dois eixos, de facto, não poderíamos estar mais de acordo com o que está escrito, mas o que lamentamos aqui é que de facto ainda não estão executados.

O eixo 06 tem como grande objetivo promover uma estratégia integrada na promoção turística da Ilha Terceira. Pergunta, Sra. Secretária: que estratégia é esta? Onde é que esta estratégia está explanada e que resultados consolidados trouxe até agora à Ilha Terceira?

É que quem a ouviu aqui a falar, pensa que de facto está tudo bem, mas Sra. Secretária, não é só a oposição que diz que as coisas não estão bem. É o conselho de ilha da Ilha Terceira, é o Presidente socialista da Câmara de Angra do Heroísmo, é o vereador Tiago Ormonde da Câmara socialista da Praia da Vitória (basta ler intervenções públicas e entrevistas que tem dado neste sentido).

Portanto, Sra. Secretária, está desfasada da realidade. Em época baixa, pois, realmente, os nossos empresários também publicamente já se vieram manifestar porque de facto é um trabalho que durante oito meses do ano parece que ainda não nos traz aos resultados e às expectativas que os empresários da Ilha Terceira tinham e têm. E ainda recentemente ouvimos mesmo chamar a época baixa como o calcanhar de Aquiles ao turismo da Ilha Terceira, e é isso mesmo que acontece.

Os hotéis estão a registar um ligeiro decréscimo no número de reservas para a Páscoa relativamente ao ano passado. De facto, Sra. Secretária, temos mais camas, mas temos menos voos.

O que pensam então os empresários terceirenses desta situação? Que estímulos é que tem feito o Governo Regional para inverter esta tendência, Sra. Secretária?

É que dizer que na época alta há menos elasticidade da capacidade hoteleira... bem, Sra. Secretária, vamos olhar para as taxas de ocupação. O que é que

acontece nos meses de junho e julho relativamente às taxas de ocupação, quer de hotelaria tradicional, quer de outra tipologia de alojamentos?

A nível da hotelaria tradicional, época alta, temos taxas que variam entre os 50 e os 67% de ocupação.

Nas outras tipologias de alojamento temos números que são ainda mais desanimadores que variam entre os 17 e os 47% de ocupação.

Se de facto o destino Terceira está consolidado, se há procura nestes meses, como é que não há taxas superiores, Sra. Secretária?

Será porque, infelizmente, as acessibilidades ao destino deveriam ser ainda melhores? Ou será que há uma estratégia pensada nesta ótica de correlacionar turismo com acessibilidades?

Que estratégia é esta, Sra. Secretária?

Ainda no PREIT está também escrito, no eixo 08, “reforçar a operação da Azores Airlines e da SATA Air Açores na Base das Lajes”. Lamentavelmente, e mais uma vez, tudo o que o Governo Regional tem feito é ir contra aquilo que está escrito no dito documento.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Votaram contra a SATA na Base das Lajes!

A Oradora: Pelo contrário, o que o Governo Regional tem sido capaz de fazer, e diga-se, com imensa maestria, é alimentar bairrismos, é pôr ilhas umas contra as outras ...

Deputada Mónica Rocha (PS): Fomentar bairrismos! Credo!

Deputado Carlos Silva (PS): É o que a senhora está fazendo! Mais bairrista que a senhora é impossível!

A Oradora: ... em vez de canalizar a sua competência para que se alcancem consensos ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: ... de forma que todas as nossas nove ilha da nossa Região tenham, de forma justa, os mesmos benefícios.

A operação Madrid, de facto uma das operações mais rentáveis para a Ilha Terceira, e uma vez que o mercado espanhol, a par com o mercado norte-americano, são os dois mercados com maior número de dormidas na Ilha Terceira, não existiu, no inverno de 2018, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Se fosse para São Miguel não era rentável!

A Oradora: ... por restrições operacionais da SATA relacionadas com alteração da frota. A perda do voo de Madrid significou uma perda de 2500 dormidas só em janeiro. Repito: menos 2500 dormidas só em janeiro. E nos meses seguintes teremos consequências desta quebra, seguramente.

Não lhe pergunto, porque já disse, que a partir de outubro de 2019 teremos novamente a operação Madrid. Pois, cá estaremos nós à espera dos espanhóis, e se tal não se verificar, estaremos seguramente cá para questionar os motivos da não-realização desta operação. Mas também gostaríamos de saber se o Governo Regional tem em vista outro tipo de operações e outro tipo de mercados em perspetiva que voem para a Terceira.

A própria suspensão do voo de Boston durante duas semanas foi, e é, um rude golpe para o turismo da Ilha Terceira, ainda por cima porque de facto o turista norte-americano é um turista que interessa aos empresários terceirenses.

Mais recentemente, o número de voos anunciados para a Terceira provenientes da América do Norte, que é só um dos melhores mercados, este desequilíbrio na distribuição dos voos nós consideramos que o crescimento proporcional das ligações, a partir das Lajes, deveria ser feito de forma mais justa, de forma a solucionar este facto, aproveitando também a centralidade da Ilha Terceira para captação das outras ilhas.

O nosso aeroporto continua a não merecer por parte dos sucessivos governos regionais os devidos investimentos de modo a que possam funcionar como placas giratórias não só de passageiros, mas também de mercadorias e negócios, gerando riqueza e empregos que beneficiem a economia da Ilha Terceira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso já tem história!

Deputado João Vasco Costa (PS): E as outras?

A Oradora: ... e conseqüentemente todas, mas todas, as ilhas da nossa Região. É necessário diversificar a oferta de voos sem esquecer a importância da promoção do destino, a forma como é feita e a forma de atrair mais e mais companhias para a Ilha Terceira. Caso contrário, tememos mesmo que o processo de certificação da pista da Base das Lajes tenha sido apenas uma formalidade sem qualquer consequência positiva para o turismo da Ilha Terceira.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que nós estamos a assistir hoje neste debate é uma verdadeira tentativa de condicionamento da posição dos partidos da oposição ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Outra vez? Isso já foi dito pelo PPM!

O Orador: ... por parte do Governo Regional e por parte do Partido Socialista. Começaria por me referir à intervenção inicial da Sra. Secretária Regional dos Transportes que diz que este é um tema muito atrativo para os partidos da oposição porque há sempre mais a fazer e porque permite pintar cenários dantescos.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Nós consideramos essa afirmação lamentável.

Para o CDS, este é um tema que deve ser trazido com frequência a debate, não porque permite pintar cenários dantescos, mas porque preocupa os açorianos e os empresários porque é fundamental para a mobilidade, porque é fundamental para a coesão, porque é fundamental para o turismo e porque é fundamental para o desenvolvimento da Região; não porque permite pintar cenários dantescos.

E também o Sr. Deputado do Partido Socialista, André Rodrigues, tentou, na sua intervenção, condicionar de alguma forma as nossas intervenções, as posições dos restantes partidos, lançando o fantasma de virar ilhas contra ilhas e açorianos contra açorianos.

Ora, era o que mais faltava ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é à moda de São Jorge!

O Orador: ... nós não poderemos defender as especificidades de cada ilha e os desafios de cada ilha. Era o que mais faltava!

A nós os senhores não nos intimidam, e a nós os senhores não nos condicionam. Há pouco a Sra. Secretária do Turismo dizia que estes números, estas 1500 dormidas para a Terceira e os 100 pacotes São Miguel – Terceira, que eram uma grande novidade e que eram uma mais-valia. De facto, era bom que assim fosse se não tivessem sido registadas quebras. Nós gostaríamos era que estes números tivessem sido alcançados de forma suplementar à manutenção das frequências para a Terceira das dormidas, das estadias na hotelaria tradicional, das estadias em todas as tipologias de estadia.

A Sra. Secretária Regional falava também em 33% nas dormidas em todas as tipologias nos últimos dois anos. E eu pergunto: porquê os últimos dois anos? E porquê todas as tipologias? O que é que aconteceu no último ano?

Deputado Carlos Silva (PS): E nos últimos 4 anos? Por que não 4 anos?

O Orador: E o que é que aconteceu na hotelaria tradicional?

Isto sim é revirar estatísticas e isto sim e isto sim é apresentar aquilo que dá jeito.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O cenário dantesco não é pintado pelo CDS. O cenário dantesco é pintado pelos parceiros sociais e pelos açorianos.

“Dormidas na Terceira estagnadas face às verificadas no ano passado”;
“Terceira foi a ilha que menos cresceu nos passageiros desembarcados”;
“Dormidas na Ilha Terceira caem quase 10% em outubro”; “Terceira foi a ilha que perdeu mais passageiros em janeiro deste ano”; “Hotéis da Terceira registam decréscimos nas dormidas da Páscoa”; ...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é esse jornal? Deve ser o Jornal Insular!

O Orador: ... “Aeroporto das Lajes perde rotas e mantém constrangimentos”.

E, portanto, esta não é uma posição do CDS. Esta é uma posição dos açorianos, dos empresários e dos parceiros sociais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E é também do CDS!

Deputado João Paulo Ávila (PS): E as outras ilhas?

Deputado Carlos Silva (PS): E o Grupo Central?

O Orador: A Sra. Secretária do Turismo diz que não percebe onde é que está o choque com a falta que faz a ligação Madrid-Terceira.

Sra. Secretária, diga isso aos terceirenses, diga isso aos jorgenses, diga isso aos graciosenses, diga isso aos empresários do setor turístico, diga isso à Câmara do Comércio.

A Sra. Secretária não está a criticar o CDS nem a criticar o Sr. Deputado Artur Lima. Está a fazer passar por mentiroso o próprio Presidente da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo.

A Sra. Secretária Regional dos Transportes dizia há pouco que era mais um milhão e 600 mil passageiros e mais 78% em quatro anos. Ótimo! O problema, Sra. Secretária, é quando se desagregam esses dados e que deixa a nu as

fragilidades de algumas ilhas, os resultados pouco satisfatórios de algumas ilhas e péssimos noutras ilhas.

Nós vemos com bons olhos e ficamos muito satisfeitos com alguns resultados bons que têm sido alcançados em algumas ilhas, mas isso não basta. É preciso que esses resultados sejam transversais a todas as ilhas.

Sras. e Srs. Deputados, com a liberalização do espaço aéreo e com a entrada em funcionamento das companhias *low cost*, o que nós esperávamos era que estivéssemos em franco crescimento, não era estar a arranjar medidas para de alguma forma mitigar as quebras.

É claro que todos os esforços são importantes, mas não nos parece que haja, neste sentido e neste caso, motivos para embandeirar em arco.

E é preciso ainda perceber outra coisa: se estes pacotes que falava há pouco não terão impactos na mobilidade dos açorianos inter-ilhas, porque o que nos parece é que por este andar, será depois difícil os açorianos conseguirem sair das suas ilhas e deslocarem-se inter-ilhas. E é preciso assegurar mais ligações inter-ilhas, até porque muitos dos açorianos estão dependentes das ligações inter-ilhas para se deslocar para fora da Região, para se deslocar às suas consultas, para atender a sua saúde, para as suas responsabilidades profissionais e também para se deslocar nas suas merecidas férias.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E em relação aos resultados verificados no setor do turismo na Terceira, como eu referi na minha intervenção inicial, em janeiro de 2019, e mesmo tendo em conta todas as tipologias de alojamento, a Terceira registou uma quebra de 20%; São Jorge 17,5%; Graciosa 6,6%. E, portanto, estes valores de facto são muito importantes.

E os dados referentes às dormidas em hotelaria tradicional também são alarmantes. Apenas em São Miguel se verificou um aumento. Todas as outras ilhas registaram quebras acentuadas e na maioria dos casos em dois dígitos.

O pior disto tudo é que com a ausência da ligação a Madrid e na ausência também de novas rotas para a Terceira, isto irá continuar a refletir-se nos próximos meses de forma muito significativa.

Portanto, nós o que queremos saber é o que é que o Governo Regional tenciona fazer e que medidas é que prevê implementar para inverter este cenário dramático.

E consideramos também que trazer este debate a esta Casa deveria ser um motivo para os deixar satisfeitos de terem mais uma oportunidade de voltar a debater um tema tão importante quanto este, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E explicar!

O Orador: ... e não se sentirem incomodados com as nossas posições e com as nossas preocupações, e com as preocupações dos açorianos.

Também queria ainda, antes de terminar, referir que não nos parece, de facto, nada razoável que a SATA faça três ligações semanais entre Lisboa e a Terceira no inverno apenas. Isto não nos parece que seja, nem de perto nem de longe, suficiente.

Também consideramos injustificável que perante um cenário pouco animador para a Terceira ...

Deputado João Vasco Costa (PS): Porquê?

O Orador: Sr. Deputado, porquê? Que pergunta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Sim, porquê?

O Orador: Porque é pouco, porque não é suficiente!

Também consideramos injustificável perante este cenário, que é muito pouco animador para as ilhas do Grupo Central, e especialmente para a Terceira, tendo em conta estas quebras que foram registadas, a disparidade do número de voos verificada entre Terceira e São Miguel, no que diz respeito ao ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É como as escalas técnicas! Porque é que são preferenciais em Santa Maria? Porque é que é?

O Orador: ... às cheias do exterior.

Não nos parece que seja normal que sejam asseguradas 2518 ligações para São Miguel e apenas 613 ligações para a Ilha Terceira.

Faz algum sentido que se reforcem as ligações entre os Estados Unidos e Ponta Delgada e que não se o faça para a Terceira? Não faz.

Faz algum sentido que estejam asseguradas 25 ligações semanais provenientes da América do Norte para São Miguel, o que é ótimo, diga-se, mas que a Terceira apenas receba quatro ligações? Duas de Boston, uma de Toronto e outra de Oakland, sendo que a de Oakland nem cobre toda a época alta? Não faz.

E, portanto, nós o que queremos saber é como é que se justifica isto, e são estas as questões que gostaríamos de ver esclarecidas.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): E o senhor não é bairrista?

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Não estou a tirar nada a São Miguel. Quero é mais para a Terceira!

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu percebo o incómodo de não conseguirem um acordo *interline* com a Delta. Agora, inventar um acordo *interline* virtual só me faz lembrar outra invenção socialista ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): A isso chama-se inovação!

O Orador: ... que foi o bilhete intermodal do Sr. Secretário Vítor Fraga.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Aquele resolvia-se com um agrafador, este não sei se é com algum clipe. A verdade é que ideias dessas acho deviam registar a patente porque não é todos os dias que sai uma invenção dessas.

Eu acho que lhe fica mal vir cá vender gato por lebre porque essa invenção a que chamam ‘*interline* virtual’ é um mero acordo de um operador turístico ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Chama-se inovação! Tecnologia de inovação!

O Orador: ... e que é muito restritivo a nível de abrangência, é muito limitativo. Enquanto que um *interline* fica disponível em qualquer país, a qualquer operador, a qualquer agente de viagens, a qualquer companhia aérea, este *interline* virtual fica simplesmente reduzido a um operador, que a grande maioria das pessoas nem sabe quem é. Ora vejamos, isto é um bocadinho comparar um grão de areia com a praia inteira, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que é dizer, neste caso optou-se por uma grão de areia quando poderíamos ter uma praia inteira se a SATA conseguisse um *interline* com a Delta Airlines.

É muito pouquinho para a realidade do turismo açoriano e para o que as outras ilhas também precisam, que os turistas americanos que chegam na Delta Airlines sejam distribuídos por todas as ilhas do arquipélago.

Outro assunto que eu gostaria de questionar aqui é a nível de lugares de avião para este verão IATA 2019. A Sra. Secretária dos Transportes quando esteve em São Jorge no Conselho de Governo em janeiro anunciou que iria haver um aumento de cerca de três mil lugares, foi o que ficou na ideia, mas gostava que me confirmasse se realmente o aumento previsto para este verão IATA para São Jorge eram os três mil lugares.

A verdade é que, disponível neste momento no sistema, só estão mais cerca de 18 viagens do Dash-200 além do que existia o ano passado. Fica muito aquém dos possíveis três mil lugares prometidos, que eu não tenho a certeza se foi esse valor que a senhora referiu.

A SATA, neste momento, disponibiliza 5589 lugares para entrada na Ilha de São Jorge. São Jorge oferece um total de 30 752 camas para o mês de julho.

(Aparte inaudível)

30 752 camas que estão disponíveis durante o mês de julho em São Jorge. São 992 camas por dia.

(Apartes de alguns Deputados da bancada do PS)

Deputado Luís Maurício (PSD): Calma!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ouçam, prestem atenção!

O Orador: Tendo como estadia média dos turistas dois dias e meio (2,4), temos capacidade para receber no mês de julho 12 813 turistas. De avião, só podem entrar 5589. É o que está disponível.

Vamos considerar que metade destes turistas vêm de barco.

Deputado José Ávila (PS): Turistas não são passageiros!

O Orador: Mesmo que venham de barco, ainda nos resta 6406 turista para entrar de avião. Continuamos com 5589 lugares disponíveis.

A Sra. Secretária está a dizer que não, que são 10 mil, mas os 10 mil é ida e volta. Portanto, o turista que vem tem que sair. Estamos a contar entrada, cinco mil.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Estou a dizer que não, e o senhor vai perceber porquê!

O Orador: E os residentes? E a deslocação dos doentes? E as equipas de desportos? Vamos considerar que um terço destes 5589 lugares são para os residentes, os doentes, para as equipas de desporto. Só ficam disponíveis para o turismo 3726 lugares.

Temos capacidade para 6406 turistas para entrar de avião. Não conseguem. Vão ficar 2680 camas vazias no mês de julho porque não temos lugar nem forma de os turistas chegarem a São Jorge.

Mas isto até é um cenário que nem é mau de todo, porque se compararmos com julho de 2018, ficaram vazios em São Jorge, 21 180 camas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Ou menos!

O Orador: São Jorge perdeu a oportunidade de faturar 784 719 euros em alojamento, quando faturou somente 517 892 euros.

Francamente acho que São Jorge está a ser claramente prejudicado por esta política de transportes.

Embora o PS vanglorie que tivemos o número de passageiros desembarcados de sempre, a verdade é que também temos o maior número de camas disponíveis de sempre. Os lugares de avião não satisfazem minimamente os empresários que investiram e que estão à espera de obter rentabilidade dos seus negócios e dos seus investimentos.

Gostaria de perguntar à Sra. Secretária também, a nível de miradouros, parques de estacionamento, instalações sanitárias prometidas há dois anos para o Miradouro da Transversal e das Pedras Brancas quando se inicia (quando já deveriam estar prontos), se se vão iniciar, se se vão concretizar ou não.

O Governo mandou encerrar a estrada das Velas para o aeroporto durante este mês de abril das 9h30 às 16h.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): 15 dias!

O Orador: Não pensou nos turistas. Não pensou, nem garantiu, nos empresários que têm rent-a-cars que têm que ir levar as viaturas ao aeroporto. Não pensou nos operadores que já têm contratualizados transferes e voltas à ilha e que irão pagar custos adicionais por fazerem um desvio com o dobro dos quilómetros e por uma estrada que mais parece uma ribeira, que este Governo

nunca se preocupou em asfaltar e que já foi solicitado nesta Casa várias vezes o asfaltamento dessa estrada.

O que é que o Governo vai fazer para compensar todos esses prejuízos causados aos empresários do turismo em São Jorge?

Muito obrigado.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Lembro-me perfeitamente. Foi em fins de 2012 e foi a primeira intervenção que um deputado da oposição fez nesta Casa. Era sobre turismo. Via-se, é bom recordar, a longa noite do “Passismo” da troika, da crise, que também efeitos bem nefastos teve no turismo dos Açores e no esforço infraestrutural que entretanto estrategicamente o Governo tinha prosseguido, e também no sacrifício ...

Deputado António Almeida (PSD): E da abertura do espaço aéreo!

O Orador: ... que a SATA então teve que fazer para de algum modo atenuar exatamente essa crise do turismo.

Dizia esse Sr. Deputado: “É urgente rentabilizar os investimentos já feitos na hotelaria. É urgente parar a hemorragia que está a afundar o tecido empresarial ligado ao turismo”. E terminava com uma promessa: “Tenho esperança que possa voltar o mais breve possível a essa tribuna para me regozijar com os

avanços que os Açores tenham dado na captação de turistas, na rentabilização dos investimentos efetuados e na criação de emprego”.

Esse deputado era, e é, felizmente, o Sr. Deputado António Pedroso, e por isso eu fiquei com a esperança, vã esperança, infundada esperança, de que o Sr. Deputado hoje quando se dirigiu àquela tribuna, embora tardiamente, vinha cumprir aquele dever óbvio de pagador de promessas, não, porque não seria caso para tanto, de joelhos penitentes, mas ainda assim cumprir uma promessa e demonstrar, constatar, o quanto se avançou em termos de turismo, em termos de voos, em termos de acessibilidades, em termos de infraestruturas, em termos de alojamento local.

Mas não. Aliás, eu já devia saber. O PSD nunca cumpre as suas promessas, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Deputado, olhe o que PS prometeu para a Terceira! Sr. Deputado!...

O Orador: ... e o Sr. Deputado António Pedroso foi um verdadeiro Social Democrata.

(Apartes dos Deputados da bancada do PSD)

Mas é pena, Sr. Deputado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: É pena que venha com esse discurso de “Calimero”, e quem o ouve bem afinal já temos turistas a mais e os aviões andam cheios a mais! Temos agora um outro problema. Temos turistas a mais. No fundo, é o que tem passado por aí.

E é bom também que fique claro. O PS tem a certeza, Sras. e Srs. Deputados da oposição, que a realidade e a crueza dos números não intimidam vossas excelências, que vossas excelências lidarão e conviverão muito bem com essa realidade.

Agora, fica sempre, no nosso entender, um pressentimento desagradável. É que, no fundo, no fundo, a ideia que dá, sobretudo por parte dos Srs. Deputados do PSD, é que o sucesso e o boom do turismo nos Açores, como tem a influência do PS, não agrada ao PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas era bom, Sras. e Srs. Deputados, que olhassem mais para os Açores. Não se preocupem com esse mérito, e que é um facto histórico, que o PS e os governos do PS têm nessa matéria, mas alegrem-se sim pelos Açores, e também na Terceira, e também a respeito do PREIT, Sra. Deputada Mónica Seidi, porque também foi ao abrigo do seu espírito que foi anunciado já por este Governo da República a vinda, que se cumpriu, da Ryanair para a Ilha Terceira; porque é absolutamente indesmentível que o número de voos e de passageiros, e de turistas, e de infraestruturas hoteleiras, nunca foi tão alto como aquele que é neste momento.

É evidente que esse crescimento gera novas exigências, novos patamares de exigência, novos problemas, novas questões a que se tem que responder, e a que queremos responder, e a que este Governo vai dando paulatinamente resposta.

Aliás, acerca do aeroporto, não ouvi falar no terminal de cargas agora. Mas porque será? Não gostam que a obra não tenha começado? Gostavam de falar no terminal de cargas quando a obra ainda não tinha começado?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É uma obra que começa com 15 anos de atraso. O senhor devia ter vergonha de falar nisso!

O Orador: As infraestruturas, Sra. Deputada, precisam de obras?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Precisam de manutenção? É porque os Governos do Partido Socialista já fizeram a nova aerogare há alguns anos! Já cumpriram essa promessa há alguns anos! Depois é preciso manter! Mas Sras. e Srs. Deputados, eu sobretudo gostava que nós pudéssemos sair deste debate satisfeitos com aquilo que tem sido uma aposta estratégica dos Governos do Partido Socialista nesta Região, de uma aposta arriscada, de uma aposta que sofreu algumas crises até por fatores externos, como bem se lamentava em 2012 o Sr. Deputado António Pedroso, mas que essa aposta tem resultado, que essa aposta tem vingado, que essa aposta se tem consolidado e que essa aposta é absolutamente essencial para os Açores e para os açorianos e para a nossa economia.

Depois de reconhecermos isso, se calhar o discurso fica mais real, não intimidatório, mas mais de acordo com a realidade e também mais credível. Quem tiver a honestidade intelectual de reconhecer isso, talvez as críticas, porque há sempre, naturalmente, críticas a fazer, que possa fazer a seguir uns reparos, mereçam ser ouvidos de outra maneira, sobretudo por parte dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Marco Costa.

(*) **Deputado Marco Costa (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste debate, o Governo Regional e o PS têm-se concentrado até ao momento em balanço. A preocupação de quem o trouxe cá a esta Assembleia, e de nós todos, acho eu, deveria ser no próximo verão.

E compreendemos perfeitamente o incómodo de abordar as questões no próximo verão, claramente porque os dados da oferta vão só ao encontro da soma do que estava programado para 2018 mais os voos extra, e este é um caso concreto sobre o Pico.

E, portanto, é sinal de que não querem fazer crescer todas as infraestruturas que estão ao dispor do turismo e é o sinal claro de acomodação perante a situação do turismo.

Portanto, esta é a nota.

Ouvimos frases de enorme satisfação, de adequação da oferta à procura. Isso não é o que ouvimos junto dos empresários, isso não é o que pretendemos para o turismo.

Portanto, no caso do Pico, em concreto, a oferta não é de encontro à procura ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ao encontro ou de encontro?

O Orador: ... e esse é um desagrado que temos que deixar aqui.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Secretárias, Sr. Secretário:

Antes de entrar no debate sobre a questão das acessibilidades e do turismo, gostaria de enaltecer o trabalho que é desenvolvido por todas as tripulações da SATA, o seu profissionalismo relativo às condições adversas que temos em

alguns meses do ano e que de forma perentória, especialmente nas ilhas Flores, São Jorge, Pico, Graciosa, fazem esse esforço para colocar os açorianos e quem nos visita.

Como referi numa visita que fizemos recentemente ao aeroporto do Pico, para nós acessibilidades aéreas à Ilha do Pico devem ser encaradas com satisfação mas também com ambição e confiança. E há pouco o colega Marco dizia que durante o debate fez-se o balanço e que não querem fazer crescer o número de voos. E eu, obviamente, antes de desenvolver estas afirmações, tenho que lembrar aqui uma intervenção no dia 19 de março, nesta Comarca, de 2003 pelo então Deputado Hernâni Jorge do Grupo Parlamentar do PS/Açores eleito pelo círculo eleitoral do Pico e cito parte desta intervenção sobre a ampliação do aeroporto do Pico.

«Vem esta intervenção a propósito das recentes declarações do Professor Doutor Mário Fortuna, destacado Social Democrata e responsável pelo Gabinete de Estudos do PSD/Açores, em entrevista a uma rádio no passado dia 28 de fevereiro e retomadas pela imprensa nos dias que lhe seguiram considerando que “não faz sentido a ampliação do aeroporto do Pico pois não é essencial ao Pico ter a sua própria pista, dado que no fundo o que o Pico pretende é ser uma alternativa ao Faial”», e recordou ainda: “Os tempos em que foi Secretário Regional da Economia de num governo Social Democrata, destacando orgulhosamente a ação que então desenvolveu para que estas obras não se fizessem”.

Claro colega, felizmente o Governo do Partido Socialista logo a seguir tomou posse, e com determinação e empenho, contra a vontade de alguns colegas seus, permitiu-nos que hoje nós discutíssemos aqui as ligações do exterior para o Pico e do Pico para o exterior.

Eu acho que sobre este assunto estamos conversados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Voltando a este assunto, não temos nada a esconder e debatemos com a maior transparência. Quando me referi com satisfação é porque de facto ao longo dos últimos anos, e para percebermos onde chegámos até aqui é preciso percebermos o caminho que fizemos, e não há muitos anos nós tínhamos um voo. Nós fomos a ilha que mais cresceu em número de voos. Crescemos, fruto do forte investimento empresarial da Ilha do Pico, dos instrumentos e dos mecanismos que foram colocados ao dispor desses empresários, mas também com muito investimento do Governo Regional dos Açores, e nesta matéria as provas estão à vista, como a melhoria das condições de operacionalidade do aeroporto do Pico, quer com a instalação do *grooving*, quer com a estação meteorológica, quer com o sistema de instalação do AVAC que vai ficar concluído até ao fim do ano.

E nesta matéria, nos últimos cinco anos, tivemos um crescimento no transporte de passageiros na ordem dos 78,7%.

Deputado Carlos Silva (PS): 78! Ó Marco, ouviste?

Deputado Bruno Belo (PSD): Qualquer dia os 100% não chegam!

O Orador: Aumentou-se o número de voos territoriais nos últimos cinco anos em 105,9% e o inter-ilhas em 49,3%.

Ultrapassámos em 2018 a fasquia de mais 140 mil dormidas, em que nos últimos anos o crescimento foi de 121%, e o número de hóspedes cresceu 122%.

Naturalmente, e perante este números temos outra ambição, até o Governo Regional tem outra ambição, e a ambição, de facto, é continuarmos a reforçar as ligações aéreas para o Pico e continuarmos a fazer este investimento.

Portanto, eu penso que o que eu referi diz tudo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Ferreira.

(*) **Deputado Carlos Ferreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O número de passageiros desembarcados de 2014 a 2018 em voos territoriais registou nos Açores um aumento de 122%. No Faial, o aumento foi apenas de 15%, apesar de a evolução global, incluindo os voos inter-ilhas, ter sido na ordem dos 40%.

Há aqui um claro esvaziamento da rota direta Lisboa-Horta com prejuízos para a população e para a economia da ilha, e com prejuízos também para a própria política de reencaminhamentos porque há pessoas que poderiam chegar num voo direto e que estão a ocupar lugares nas rotas inter-ilhas.

Por isso, Sr. Presidente do Governo, o esvaziamento da rota direta Lisboa-Horta tem que ser invertido e isso só se consegue com voos e lugares, com tarifas equilibradas e com a promoção da rota, o que tem que ser claramente identificado pelo Governo Regional.

E esta política de transportes com a diminuição de voos e lugares em julho e agosto de 2018, levou a que a população da Ilha do Faial tenha ficado 21 dias consecutivos, conforme foi assumido pelo próprio Governo, sem possibilidade de marcar viagem para Lisboa entre agosto e setembro de 2018. Este cenário não pode repetir-se porque constitui uma inadmissível restrição à mobilidade,

incluindo dos residentes que têm que se deslocar por razões de saúde para realizar consultas ou exames médicos.

Por isso a questão, Sra. Secretária, é clara. Pergunto-lhe se o Governo Regional está em condições de garantir hoje neste Parlamento que a mobilidade dos faialenses será assegurada em 2019 e que as pessoas, para além de se poderem deslocar, terão também ao nível do tecido empresarial todas as condições para trabalhar, para gerar emprego, riqueza e postos de trabalho na nossa ilha.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Seria de esperar, e vou pegar aqui naquela que foi uma preocupação do proponente deste debate de urgência, a situação do turismo na Ilha Terceira, e, portanto, seria de esperar que nesta ilha, dado que não existe qualquer tipo de condicionalismo para que companhias aéreas possam operar entre esta ilha e o exterior, de acordo com aquela que é a lógica defendida pela direita, o mercado trataria de corresponder àquelas que seriam as necessidades sentidas tanto pela população, pelos residentes, como pelos turistas, seria de esperar que nesse contexto comessem a ser criadas, porque nada impede que isso aconteça, rotas entre a Ilha Terceira e o exterior.

E, portanto, o mercado faria por isso e faria por criar essas rotas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é a direita que diz isso?

O Orador: Ora, mas o problema parece-nos que não está unicamente na criação de rotas porque de acordo com aquela que é a lógica do mercado, as rotas seriam criadas de acordo com as expetativas e necessidades desse mesmo mercado, por isso mesmo não basta ter muitas ligações aéreas, e até mesmo não basta ter capacidade de alojamento. É necessário, e parece-me que essa é uma necessidade particular da Ilha Terceira, ter fatores de atratividade no destino. E aqui refiro-me a dois fatores muito importantes, um que é transversal a todas as ilhas dos Açores, que é a natureza, e um que é muito particular para a Ilha Terceira que é o património histórico.

No caso da Ilha Terceira, há que fazer por promover não só a cidade de Angra de Heroísmo enquanto cidade reconhecida pela UNESCO como património mundial, como também a ilha como local privilegiado para contacto com a história ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é bairrismo!

O Orador: ... não só dos Açores, como também de Portugal.

Eu tive o cuidado de consultar aquela que foi a proposta que teve sob apreciação pública até há bem pouco tempo no portal do Governo Regional, refiro-me àquela que é a anteproposta do POTRAA, e deparei-me que de facto o estatuo de património mundial é assumido como uma potencialidade para a Ilha Terceira, mas na realidade não passa disso mesmo. Ou seja, há uma identificação deste potencial e não há propriamente, digamos, uma estratégia definida, consolidada, estruturada para promover esse mesmo património.

O que gostaríamos de saber é o que é que está a ser feito no sentido de promover o destino turístico “Angra do Heroísmo” enquanto cidade património mundial.

Também sabemos, e o POTRAA tem atenção a isso, que a Ilha Terceira está repleta de um imenso património histórico militar que só em fortificações

congrega 78 das 161 existentes na Região. O que nós gostaríamos de saber é se esse património já foi intervencionado e classificado.

Passando daquele que deverá ser o futuro POTRAA para o atual, no atual POTRAA é identificada a faixa entre Porto Martins e a Baía da Salga como zona com potencialidades turísticas pelas suas condições morfológicas e paisagísticas, o que proporcionou a criação de diversas zonas balneares tidas como as principais âncoras turísticas da zona.

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

Esta é também uma zona com potencial turístico de valor histórico e cultural. Há todo um complexo histórico de assinalável importância nacional, refiro-me à área associada à Batalha da Salga.

Primeira pergunta: Como se encontra a reabilitação da Casa da Salga, que até há bem pouco tempo, e parece-me que continua a permanecer na mesma situação, estava numa situação completamente degradada e gostaria de saber como é que está neste momento a reabilitação da Casa da Salga.

E o que será feito para promover a Batalha da Salga como fonte de dinamização turística e pedagógica, como por exemplo se faz em Aljubarrota quando foi criado o Centro de Interpretação de Aljubarrota?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de relembrar aquilo que disse a Sra. Secretária dos Transportes a 14 de junho nesta Assembleia o ano passado num debate. Disse que, e cito, na discussão de um Projeto de Resolução do PSD, que a SATA Air Açores,

relativamente aos meses de junho a setembro de 2018, “a empresa apresenta uma oferta perfeitamente ajustada à procura”.

Depois, dois meses depois, o Presidente do PS apresenta no congresso do PS uma proposta que, cito: “A criação do reforço das condições para a operação aérea noturna nos aeródromos dos Açores, a par de um eventual reforço sazonal de frota da SATA Air Açores, e de uma reorganização da operação”.

E, portanto, o que aconteceu foi que a Sra. Secretária garantiu que a SATA teria oferta para a procura e depois o Presidente do Partido Socialista acaba por desmentir aquilo que eram as suas garantias.

Portanto, nessa medida, nós temos receio que se volte a repetir a mesma situação. Ou seja, aquela que é a preocupação de empresários para os meses de julho e agosto volte a ser um problema em termos de ligações.

Relativamente àquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre a reposição da verdade da história eu só queria lembrar o seguinte. Aquilo que era o objetivo do Governo Regional no plano operacional 2014/2020 é que a Região atingisse, em 2020, um milhão e 400 mil dormidas. E, portanto, aquilo que era ambição do Partido Socialista e do Governo em 2014, passava por quase metade daquilo que já foi atingido. Isso mostra que o Partido Socialista e o Governo não tinham essa ambição.

É verdade, o turismo cresceu apesar do Governo Regional. Essa é a verdade. Por isso é que há constrangimentos que se mantêm.

Muito obrigado.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD também esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acreditamos que os Açores, enquanto Região arquipelágica, só se desenvolverá de forma harmoniosa com uma boa, eficiente e eficaz rede de transportes aéreos e marítimos.

Infelizmente, continuam as dificuldades em implementar uma política de transportes que seja consentânea com os níveis de desenvolvimento que se pretende alcançar nos Açores. Nas ilhas sem *gateway*, é imprescindível que as ligações marítimas e as ligações aéreas funcionem de forma articulada.

Nas ligações aéreas continuamos a assistir a enormes constrangimentos, como por exemplo, para entrar e sair da Ilha de São Jorge uma pessoa que vai a uma consulta e tem que permanecer fora da sua ilha durante três ou quatro dias por indisponibilidade de lugares, impossibilitando assim o regresso à sua ilha e à sua casa.

No que às ligações marítimas diz respeito, após o infortúnio do navio “Mestre Simão”, o Governo Regional anunciou a suspensão da Linha Lilás, suspensão esta que colocou, e coloca, em causa o trabalho de vários anos, sendo esta, sem dúvida, prejudicial à dinâmica social, económica e turística existente entre Calheta e Angra do Heroísmo, que tem sido difícil de manter e que tem sido uma importante mais-valia, apesar de ainda manca, na consolidação do mercado turístico nas ilhas do Grupo Central, ligando estes dois concelhos onde sempre existiu grande proximidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, de que serviu a rampa *ro-ro* no porto da Calheta se não existir rampa em Angra do Heroísmo?

Para quando a construção da rampa *ro-ro* no porto de Pipas?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Será que quando o novo navio de passageiros chegar à Região vamos continuar sem a Linha Lilás ou esta a funcionar de forma condicionada agora por não termos rampa *ro-ro* em Angra?

Esta situação mais parece o que tem vindo a acontecer no porto da Calheta, por exemplo. Tinha barco, mas não tinha gare marítima. Fizeram a gare marítima e ficaram sem barco. Voltou a ter barco, mas não tinham rampa. Fizeram a rampa, agora não tem barco.

É esta a política de transportes que o Governo quer implementar?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Como defende o Governo Regional a atenuação da sazonalidade quando ainda este ano a estratégia da Atlânticoline volta a ser novamente, no que se refere à Linha Verde, reduzir as viagens a partir do dia 26, limitando consideravelmente esta importante porta de entrada e saída de quem visita a Ilha de São Jorge?

Sra. Secretária, com a chegada do barco em construção que substituirá o “Mestre Simão”, ficará um destes barcos sediado no porto da Velas, tornando assim o modelo de transporte mais eficaz e abrangente no Grupo Central?

No passado mês de janeiro, aquando da visita estatutária do Governo Regional a São Jorge, o Sr. Presidente anunciou que o porto da Velas iria ser promovido em Miami, na Flórida, e na Alemanha, nas principais feiras como porto de escala de navios de cruzeiro. As perguntas que lhe faço sobre este tema é: Esta promoção já foi feita? Quais os resultados esperados, e para quando?

Obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa tem algumas inscrições, que ficarão para a parte da tarde.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que anuncie os tempos restantes.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 10 minutos e 58 segundos, o PS de 10 minutos e 19 segundos, o PSD esgotou o seu tempo, o CDS de 14 minutos e três segundos, o Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo, o PCP de um minuto e 56 segundos, e o PPM de dois minutos e 31 segundos.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Regressamos então às 15 horas.

Eram 13 horas e 01 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Está inscrito o Sr. Deputado Tiago Branco.

(*) **Deputado Tiago Branco (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que a Ilha do Faial, à semelhança da Região Autónoma dos Açores, ao longo dos últimos anos tem conhecido um crescimento acentuado no setor do turismo.

Aliás, se formos comparar com o ano de 2014, o ano que antecede a entrada em vigor do atual modelo de acessibilidades aéreas na Região e concretamente o último ano em que a TAP voou para o Faial ao longo de toda a época, podemos registar, por exemplo, que ao nível dos passageiros desembarcados, foram desembarcados mais de 33 mil passageiros no aeroporto da Horta, ou mais 72 mil dormidas na Ilha do Faial, mais 30 mil hóspedes nos espaços hoteleiros do Faial, os proveitos na hotelaria aumentaram quase dois milhões de euros.

E, portanto, há um crescimento que é sustentado ano após ano e que é concretizado por uma estratégia não só do Governo Regional, mas também dos empresários turísticos da Ilha do Faial.

Naturalmente que esse crescimento trouxe alguns constrangimentos e também houve períodos em que a própria operação da SATA também teve percalços derivados a esse crescimento, mas também saudamos o esforço e o empenho do Governo Regional e da SATA em que a sua própria operação se torne mais fiável e mais previsível, respondendo melhor aos anseios da nossa população.

Mas também há um outro desafio que é importante clarificar do ponto de vista turístico, que é o desafio da sustentabilidade do destino, que é também igualmente partilhada pelos empresários locais. Tem a ver concretamente com a diminuição da sazonalidade do turismo na nossa Região e, no caso concreto, da Ilha do Faial.

A SATA tem, de facto, também dado o seu contributo para alcançar esse objetivo disponibilizando também voos e lugares nos extremos do verão IATA para que também dê o seu contributo para essa diminuição dessa sazonalidade.

Naturalmente que há um caminho ainda a percorrer e há um caminho que deve ser feito em parceria com os empresários locais, com as instituições públicas, com a própria SATA, para que encontremos mais e melhores mecanismos para combater essa mesma sazonalidade e uma promoção deste destino fora da época alta.

Mas também estamos certos, e com a ambição de termos sempre mais e melhores acessibilidades, não vão ser certamente conseguidas nem a defender privatizações maioritárias da Azores Airlines nem minoritárias da SATA Air Açores, até porque os faialenses também têm bem presente quais foram as consequências da privatização da TAP para esta ilha e para outras que não se traduziu em melhores acessibilidades, bem pelo contrário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Já não é privatizada! Os senhores alteraram!

O Orador: Traduziu-se no abandono da TAP da Ilha do Faial.

Acreditamos, bem pelo contrário, que é dotando a SATA dos mecanismos e dos instrumentos necessários para ter um melhor desempenho operacional que vamos continuar a ter mais voos para a Ilha do Faial e melhores acessibilidades aéreas para esta ilha.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias e Srs. Membros do Governo:

Um referência muito breve à intervenção do Sr. Deputado Tiago Branco, porque eu ouvi dizer, e acho que corresponde à verdade, que os senhores tinham revertido a privatização da TAP. O que eu não percebo é que os senhores lá estão há quatro anos e ainda não puseram a TAP a voar para o Faial.

Então que Governo é esse e que influência é que os senhores têm no vosso Governo da República e do camarada Costa? É uma influência muito pequenina, é muito pouquinho.

Portanto, o senhor, antes de dizer uma coisa dessas devia pensar duas vezes. Porque se a TAP não voa para o Faial porque foi privatizada, houve culpas de quem foi julgado pelos açorianos e pelos eleitores, mas houve quem não fosse eleito mas tomou o poder de assalto, e como tomou o poder de assalto, com a ajuda destes cavalheiros que aqui estão, os senhores estão há quatro anos e já deviam ter tido a influência de pôr a TAP a voar para o Faial.

E, portanto, se alguém tem que enfiar aqui o chapéu, Sr. Deputado Tiago Branco, faça força porque é para a bancada do Partido Socialista.

Sr. Deputado Mário Tomé, queria felicitá-lo pela sua intervenção. E queria felicitá-lo porque fez uma intervenção rigorosa, factual, ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é nada bom!

O Orador: ... sem distorcer os números. E também lhe dizer, Sr. Deputado, de que me orgulho, já que está na moda o dizer “eu” eu também vou dizer “eu”, Deputado Artur Lima, orgulho-me de ter proposto, *in illo tempore*, o segundo voo para o Pico que só tinham um voo por semana. Foi uma proposta aqui desta bancada e eu orgulho-me disso.

Também me orgulho, Sr. Deputado, por me ter batido e ter feito uma proposta para o ILS, para melhorar as condições de operacionalidade no aeroporto da Ilha do Pico.

E também me orgulho, sobretudo, de acabar com o voo circular que havia para a Terceira, que infelizmente agora a Sra. Secretária agora retomou, porque insisti para haver combustível para aviação na Ilha do Pico. Foi também aqui uma luta minha para a Ilha do Pico. Consegui essas lutas, naturalmente com a colaboração do Governo do Partido Socialista e da bancada do Partido Socialista, mas orgulho-me disso, Sr. Deputado.

E, portanto, dizer-lhe também que se a Ilha do Pico se desenvolveu, se tem mais voos, se tem mais condições para receber aviões de médio curso, também se deve ao CDS, se tem melhores condições de operacionalidade, também se deve ao CDS.

E isso é preciso lembrar-se, porque há muito picaroto que se esqueceu disso, mas cá estou eu para lhe fazer lembrar. A picarotos e a outros.

Dizer aqui uma coisa que neste debate tem passado. A mim já me chamam bairrista há muitos anos, mas já não ligo a essas vozes, não direi que não chegam ao céu, mas eu acho que é o argumento dos fracos. O argumento dos

fracos é o bairrismo. É uma atitude serôdia, é uma atitude mesquinha que só quem é fraco e não tem argumentos é que a usa, porque se um deputado ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está a falar para dentro do partido!?

O Orador: ... não pode defender a sua ilha, não pode defender os Açores, não pode achar que umas têm mais, outras têm menos, se não pode fazer comparações e se qualquer coisa é bairrismos, é realmente uma atitude mesquinha de quem a profere e classifica e adjectiva quem as toma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Essa é que é a realidade.

Sra. Secretária Regional e Sr. Deputado André Rodrigues também, pela sua intervenção que a mim não me intimidou nada. Aliás, felicito-o pela sua intervenção e, portanto, a nós não nos intimida nada. Nós estamos aqui para o combate político ...

(Aparte inaudível)

Não, não era isso que ele queria dizer. Ele não tem medo de nada.

E, portanto, estamos aqui para o combate político, leal, frontal, sem nenhum problema, esgrimindo argumentos e discordando saudavelmente e sadiamente.

Mas quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que o senhor não tem razão numa coisa. É que frota ociosa, o senhor ligue ao Sr. Eng.º Parreirão que ele explica-lhe o que é. O Sr. Eng.º Parreirão é que sabe o que é uma frota ociosa, ele vai-lhe explicar porque é que é, e a má gestão da SATA, Sr. Deputado, também pode ligar ... “I have three things to say to you, ok? Call ...

(Aparte inaudível do Sr. Deputado José San-Bento)

Essa também já ultrapassou, Sr. Deputado San-Bento.

E, portanto, “no planes, no fly”, não é? Que é o que está a acontecer agora, que mandam dois 320 para a manutenção e andamos a fazer ACHMIS no mês de março. Isso é que é má gestão e não abona em favor da SATA! Porque a “frotinha” da SATA está ao contrário. Já o digo há muito tempo. Ainda bem que o Parreirão não chegou ao fim senão já tinha vendido a SATA toda, nós já não tínhamos aviões. Portanto, frota ociosa é a vossa adjetivação, é a vossa classificação, é socialista, é Parreirão, é SATA.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é uma apreciação técnica, Sr. Deputado.

O Orador: E sobre isso, Sr. Deputado, era isso que lhe queria dizer. Portanto, o senhor enganou-se no alvo, devia ter dirigido o alvo ali para a Sra. Secretária. Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas do Governo:

Apenas algumas notas para algumas referências que foram feitas, nomeadamente na intervenção do PSD e do Bloco de Esquerda, relativamente a alguns números ainda da Ilha Terceira que eu penso que tiveram origem no facto de ou terem já declarações previamente feitas ou de não terem ouvido aquilo que se discutiu aqui antes ou então de não querer mesmo ouvir.

E relativamente à Terceira, volto a focar. É a ilha que tem a menor taxa de sazonalidade das nove ilhas dos Açores. É a ilha que apresenta os maiores crescimentos em termos de dormidas nos últimos anos. É a ilha que duplicou o número de camas de 2014 para 2018, cresceu 143%. Em termos de empresas de animação turística, registam um crescimento neste período de 130%, de 26 para 60 empresas. E, refiro, realço, é a ilha que mais montante de investimento na promoção para suportar fluxos necessários para as rotas tem, que maior

representatividade tem, estamos a falar de dois terços dos valores da promoção nesta área.

E, portanto, podemos escolher o intervalo que quisermos e teremos sempre indicadores muito positivos relativamente à Ilha Terceira. Claro que se olharmos apenas para um mês, e para o passado mês de janeiro com o enquadramento que sabemos, naturalmente que a análise não será essa.

Uma nota sobre a questão do *interline* virtual aqui referido. A nós interessa-nos, acima de tudo, conseguir os resultados a que nos propusemos e este *interline* cumpre esses resultados. Com 20 dias de vendas, conseguimos ter 230 passageiros que chegam a São Miguel e que vão também para a Ilha Terceira.

Como foi referido no início deste mês, este *interline* será estendido a todas as restantes ilhas. Portanto, acreditamos que vamos ter aqui muito bons resultados. Claro que isto é conseguido através de um esforço de uma agência local, mas essa agência local é tão só menos que a representante da Delta Vacations nos Açores. Portanto, tem naturalmente um grande impacto.

Uma outra nota relativamente ao alojamento local. O Governo não pretende acabar com o alojamento local. Inclusivamente o Governo reconhece, e por várias vezes tem referido, a importância que o mesmo teve no crescimento dos últimos anos. Não só porque permitiu responder de forma mais rápida que um hotel tradicional à procura que nós tivemos, permitiu, como todos sabemos, revitalizar centros urbanos com recuperação de imobiliários, e tem também uma grande vantagem que é democratizar os ganhos que todos estamos a ter ...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... em termos de economia nos Açores a mais pessoas. Isso é de facto muito meritório. Claro que aquilo que nos preocupa é que esta oferta tenha naturalmente padrões de qualidade de acordo com a estratégia que o destino tem.

E, portanto, no âmbito das discussões do POTRAA, o que se falou foi da possibilidade de criar, e não substituir este, um outro alojamento local para algumas situações, nomeadamente geografias onde já tenhamos uma percentagem de alojamento local mais preponderante, ter um alojamento local mais.

Mas tudo isto terá que ser feito no âmbito da revisão do regime jurídico dos empreendimentos turísticos, que naturalmente será debatido no seu devido tempo e no lugar próprio que será também esta Casa, naturalmente.

Uma última nota relativamente às questões da envolvência histórica e do desenvolvimento de produtos nesta temática. O POTRAA fez, e muito bem, pelo menos do nosso ponto de vista, um levantamento exaustivo das potencialidades que esta matéria traz consigo, e por isso compete-nos, naturalmente, a nós, Governo Regional, mas também aos privados, implementar e levar a cabo todas as potencialidades aí identificadas.

Uma referência ao Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota. É bastante interessante, não esquecendo que se trata de um centro de interpretação realizado por uma fundação privada. Portanto, é também importante termos isso em consideração. O Governo estará naturalmente presente para desenvolver as parcerias e garantir que o seu papel é efetivamente concretizado nesta estratégia que passa também naturalmente pelo potenciar da nossa cultura, da nossa identidade e da nossa história.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária Regional.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sra. Secretária Ana Cunha, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*):

Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas Membros do Governo:

Muito rapidamente para dar resposta a algumas das questões que nos foram colocadas, sendo certo que peço desculpa se em relação a alguns assuntos me vou repetir porque são questões que já foram colocadas também nesta Sede mas também noutras e sobre as quais já nos pronunciámos.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão. De facto, a situação que relata do doente que não conseguiu sair da Ilha do Corvo eu pedia-lhe que depois, se tiver disponibilidade, que concretizasse mais informação acerca dessa situação sobre a qual eu não tenho informação. A única situação que a SATA me consegue dar acerca desse doente que refere é que o último pedido recebido para transporte de doente da Ilha do Corvo data do dia 21 de março, e o doente em causa viajou no dia 23 de março e não viajou mais cedo também devido a cancelamentos de voos por causa do mau tempo.

Estou disponível, Sr. Deputado, para que me possa concretizar melhor a situação para que lhe possa dar alguma explicação a esse respeito.

O Sr. Deputado Marco Costa perguntou-me sobre os voos do Pico e a esse respeito posso adiantar que no que refere ao inter-ilhas, o aumento dos voos para o Pico representam, em relação ao ano passado, portanto, 2018/2019, um aumento de 11 454 lugares. Os lugares oferecidos em 2018 foram 91 320, em 2019 são 102 774.

Deputado Marco Costa (PSD): Não é verdade!

A Oradora: Em relação ao Sr. Deputado António Pedroso, que fez a mesma questão em relação aos voos de São Jorge e sobre os quais, no seu caso, já teve oportunidade de me ouvir no Conselho de Ilha, para São Jorge há um aumento de lugares de 3414.

Eu confesso que não compreendi as suas contas, os lugares oferecidos pelo inter-ilhas da SATA, em 2018, foram 64 264 no verão, e este ano são 67 676.

64 264 no ano transato e este ano 67 676.

Portanto, não consegui perceber os números a que estava a fazer referência.

Deputado António Pedroso (PSD): Está a falar de ida e volta!

A Oradora: No que se refere ao encerramento temporário da estrada que liga a Ribeira do Almeida ao aeroporto, as razões dessa interrupção que, de facto, rondam cerca de um mês, foram públicas, houve um comunicado que foi veiculado na ilha. A interrupção impôs-se por motivos exclusivos de segurança. Há um desmante de um talude e entendeu-se que, por motivos exclusivos de segurança, teria que ser acondicionado o trânsito durante um determinado período de tempo.

E digo condicionada porque a interrupção durou de segunda a sábado entre as 9h30 e as 16h porque teve-se o cuidado de assegurar que nomeadamente o transporte escolar não era prejudicado e as horas de ponta de maior circulação das pessoas. Tentou-se trazer o menor constrangimento possível para o normal dia-a-dia das pessoas.

Obviamente que teve constrangimentos, e ainda estão a ser sentidos, mas é uma obra que impôs esta interrupção tendo em vista o benefício final. Houve de facto compreensão das pessoas com quem falámos, e aliás, promovemos uma reunião não só com as Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, bombeiros voluntários e uma série de outras entidades, para explicar as razões dessa interrupção. Quer-se concorde com ela, quer não se concorde, sendo por motivos de segurança, não tínhamos outra solução.

O Sr. Deputado perguntou-me em relação ao miradouros. Mais uma vez eu vou-me repetir porque no Conselho de Ilha também tive oportunidade de lhe dizer que os projetos de execução para a requalificação do Miradouro das Pedras Brancas e do Miradouro da Rua de Baixo estavam previstos os procedimentos de contratação iniciarem-se no primeiro semestre de 2019. E o projeto de execução para o Miradouro da Transversal está a ser executado durante este ano de 2019. Se tudo correr bem, também começa a ser executada a sua obra ainda em 2019.

Por último. Sr. Deputado António Vasco Viveiros, eu não percebi se tinha alguma pergunta ou se era uma mera observação. De qualquer maneira, em relação à suposta contradição das minhas declarações de 14 de junho aqui nesta Casa e as declarações do Sr. Presidente do PS, posso-lhe adiantar que o Sr. Presidente do Governo Regional já se disponibilizou para falar com o Sr. Presidente do Partido Socialista para esclarecer essa contradição.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Boa!

A Oradora: Sr. Deputado Jorge Paiva, as suas questões também foram colocadas no Conselho de Ilha. Já manifestei qual era a nossa posição nesta fase quanto à “sediação” de um barco em São Jorge.

E em relação ao Porto de Pipas, também como já foi publicitado, prevê-se o lançamento do concurso para esta empreitada ainda no segundo semestre de 2019.

Muito obrigada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Essas previsões é que têm falhado bastante, Sra. Secretária!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, esta será a minha última intervenção neste debate, tenho apenas cerca de dois minutos, mas devo dizer aqui o seguinte. Em relação à questão da história e da responsabilidade pela enorme evolução do turismo, que está diretamente relacionada com a melhoria das acessibilidades e com o fim do monopólio que vossas excelências instalaram na Região e mantiveram ao longo de décadas, dizer o seguinte. Em 2013, no plano operacional dos Açores, os senhores

tinham uma previsão, e a previsão era de que em 2020 o número de dormidas atingiria entre um milhão e 300 mil e um milhão e 400 mil.

Bom, o número de 2018 revela que afinal são dois milhões e 500 mil, tendo vossas excelências uma queda enorme para a propaganda, como é que os senhores não anteciparam estes resultados?

Deputado João Paulo Ávila (PS): Viva os Açores!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Se o Passos não tivesse imposto a liberalização não tinham chegado a esses valores!

O Orador: Não anteciparam porque não tinham nenhum projeto a este nível! Isto caiu-vos do céu aos trambolhões e não fizeram verdadeiramente nada para que isto pudesse ter sucedido. Muito pelo contrário, tentaram evitar que esta verdadeira revolução em termos de acessibilidades ocorresse.

A melhor imagem que me ocorre para caracterizar a vossa atitude é que os senhores são uma espécie de Sr. Honecker, do lado de lá da Europa de Leste, na República Democrática Alemã, e entretanto o muro caiu e os senhores fizeram tudo para manter o muro, agora dizem que foi por vossa causa que o muro caiu.

Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

O Orador: Não, foi por vossa causa que o muro se manteve ao longo de muito tempo.

Estamos a fazer tudo para aproveitar o enorme potencial que a Região dispõe neste momento? Não, não estamos a fazer tudo. Não estamos a fazer tudo em termos da rede de acessibilidades, não estamos a fazer tudo na área do ambiente, não estamos a fazer tudo na área do ambiente, não estamos a fazer tudo na área da gastronomia, não estamos a fazer tudo na área da saúde, não estamos a fazer tudo na área do artesanato, etc., etc..

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Há um conjunto de áreas que era importante ter uma estratégia clara que potenciasse o crescimento turístico aliado à melhoria das acessibilidades. Pois, nada disso está a ser planificado por vossas excelências.

Aquilo que está a acontecer na Região, está a acontecer na Região apesar de vossas excelências não terem uma estratégia quer em relação às acessibilidades, quer em relação ao crescimento do setor turístico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM esgotou o seu tempo.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de iniciar esta intervenção agradecendo o facto de terem trazido também o caso particular da Ilha de São Jorge,

...

Deputado Marco Costa (PSD): Com 32% da ocupação!

O Orador: ... pelo qual fui eleito, e que também é um dos exemplos que contraria parte daquilo que foi afirmado por alguma oposição nesta Casa, neste debate.

Estamos a falar de uma ilha que nos transportes cresceu 37% no transporte marítimo, no transporte aéreo cresceu 57%, com resultados notáveis ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em que ano?

O Orador: ... do ponto de vista das dormidas e dos proveitos para a Ilha de São Jorge.

Podemos analisar e comprar aquilo que era a receita na hotelaria tradicional na Ilha de São Jorge em 2012, cá em baixo, e o resultado das políticas de transportes e de turismo na Ilha de São Jorge apresentam-se aqui por cima, numa evolução notável, numa valorização notável do turismo da Ilha de São

Jorge, onde cinco meses do ano passaram a faturar mais do que os dois meses da época alta de 2012.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E dessa forma, também fica aqui provado os resultados que a Ilha de São Jorge teve, vou utilizar as palavras do Sr. Deputado Artur Lima, desde que eu estou aqui nesta Casa, desde 2012 a 2018.

Mas é óbvio que não queremos ficar por aqui, queremos mais e melhores resultados também para a Ilha de São Jorge. E é por isso que continuamos a investir nas infraestruturas e também nos meios de transporte. O Sr. Deputado Jorge Paiva referiu, e muito bem, a Ilha de São Jorge está agora dotada de um porto comercial muito bom, com capacidade para melhorar a operacionalidade e a segurança tanto do transporte marítimo de mercadorias como também do transporte marítimo de passageiros e de pessoas. Adicionando isso também às intervenções do porto da Calheta, que vai fazer com que após o navio de substituição do navio “Mestre Simão” estar concluído, se possa retomar a 100% a Linha Lilás, garantindo assim também essa ligação histórica importante que o Partido Socialista retomou, e neste caso por um motivo de infortúnio terá novamente que retomar, garantindo também a acessibilidade de São Jorge à Ilha Terceira por essa via.

Sr. Deputado António Pedroso, de facto foi bastante seletivo nos seus números, e também fez ali umas contas de três simples. Portanto, o senhor só se refere aos cinco mil passageiros que chegam de avião. Esqueceu-se dos 12 mil que chegam de barco.

Deputado António Pedroso (PSD): Não esqueci não senhor!

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor disse que não tem barco!

O Orador: Tem barco sim senhor. Chegam 12 mil à Ilha de São Jorge por via marítima.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: E há aqui um elemento que não percebemos. Se há tantas camas da Ilha de São Jorge, como é que continua a haver investimento em camas por parte dos nossos empresários em número de camas?

Deputado Marco Costa (PSD): O senhor fala com os empresários? Não fala com os empresário!

O Orador: E outro dado também interessante. Se há excesso de camas, como é que a hotelaria tradicional consegue subir os preços e com menos dormidas consegue aumentar os seus lucros?

Isso também não bate certo do ponto de vista da economia, mas o Sr. Deputado, nessa área, tem muito mais experiência do que eu.

Deputado António Pedroso (PSD): 21 mil camas vazias também diz muito!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Interesse!

Deputado António Pedroso (PSD): Não é no seu negócio senão não falava assim!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado António Pedroso (PSD): Perdi bastante, o suficiente. Estou falando do meu negócio!

Deputada Maria Graça Silva (PS): Mas o senhor é Deputado!

Deputada Sónia Nicolau (PS): Conflito de interesses!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado António Pedroso (PSD): Qual é o seu problema com o meu negócio?

O Orador: Para finalizar a intervenção, também gostava de apresentar os proveitos totais da hotelaria tradicional nos Açores, em que nós vemos ...

Deputado António Pedroso (PSD): Não é família!

O Orador: ... os proveitos totais na Região Autónoma dos Açores em 2012 e vemos os proveitos totais na hotelaria em 2018. Este é o reflexo também das políticas de transporte deste Governo do Partido Socialista, apoiado por esta bancada.

Muita coisa foi dita nesta Assembleia, mas há números que não conseguem ser desmentidos. Temos mais mobilidade, temos mais acessibilidade, temos mais companhias a voar para os Açores, temos mais voos e mais passageiros desembarcados.

No turismo, fizemos um trabalho de melhorar a notoriedade e a colocação do produto turismo de natureza à frente de todos os outros, garantindo uma boa promoção, garantindo rendimento a todas as ilhas.

E voltamos a dizer: queremos mais e melhor para todas as ilhas. Um desenvolvimento económico sustentável com melhor emprego, com uma atenção também específica e particular para cada uma das nossas ilhas. Continuaremos a fazer esse trajeto de adequar a oferta à procura, onde todas as ilhas têm que ter a capacidade de crescer.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Marco Costa (PSD): Sr. Deputado, as suas contas sobre os números do PIB estão erradas!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional dos Transporte e Obras Públicas, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para responder a uma das questões colocadas pelo Sr. Deputado Jorge Paiva e à qual eu não me lembrei de responder, até porque foi dirigida ao Sr. Presidente do Governo Regional.

Refere-se à promoção do porto da Calheta anunciada durante o Conselho de Ilha. Não é do seu conhecimento, não podia ser, mas a Portos dos Açores promove todos os portos sediados na Região Autónoma dos Açores nas feiras que mencionou e até noutras. Já o faz alguns anos e incluiu neste pacote agora o porto da Calheta.

Gostava ainda, a título de curiosidade, de dizer-lhe que um dos painéis dessa promoção é precisamente uma fotografia das fajãs da Ilha de São Jorge.

Portanto, é comprovável pela publicidade que a Portos dos Açores faz.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo:

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Jorge Paiva, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando me referi à questão da promoção nas feiras, referia-me ao porto das Velas como porto de escala de navios de cruzeiro. Não me referi ao porto da Calheta, neste caso.

Obrigado.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*): Mas são os dois!

Deputado Bruno Belo (*PSD*): É tudo! Começa nas Velas e acaba na Calheta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS-PP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sras. Secretárias, não sei qual delas vai responder, mas ficarei igualmente contente com a resposta de uma das senhoras.

Já que se falou em promoções de portos, há um grande evento em Genebra agora de 21 a 23 de maio que se chama EBACE e que é exatamente a promoção dos aeroportos a nível internacional.

Eu gostaria de perguntar se o Governo Regional vai estar presente nesse evento, “Aviation Promotion Interational EBACE” em Genebra, e se vai estar a promover, por exemplo o aeroporto das Lajes já está certificado para aviação civil e se vai constar dessa promoção, e se também vai promover todos os aeroportos e aeródromos da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sra. Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo** (*Marta Guerreiro*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para esclarecer o Sr. Deputado Artur Lima que, pelo menos da parte da Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo não estando prevista a participação nesta feira, dar nota que estivemos presentes segunda, terça e quarta na Routes, a feira mais importante onde se negociam rotas para as regiões.

E posso também dizer que foi uma presença muito importante onde se abriram várias oportunidades, e, portanto, sobre as quais tenho esperança de num futuro próximo poder partilhar convosco os resultados.

É a feira mais importante nesta matéria e sim, estivemos presentes.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Governo esgotou o seu tempo para o debate.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

E como o Governo esgotou o tempo para o encerramento do debate, dou a palavra ao Sr. Deputado Alonso Miguel para encerrar este debate de urgência.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando o Grupo Parlamentar do CDS-PP decidiu trazer este debate de urgência a este Parlamento, fê-lo porque considera que o turismo e as acessibilidades são uma matéria de fundamental importância para os açorianos e para o desenvolvimento da nossa Região.

Fê-lo porque está preocupado com os resultados do turismo nas ilhas do Grupo Central, e em especial com os resultados alarmantes que se têm verificado na Ilha Terceira, tendo em conta os impactos que tem nas restantes ilhas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Credo! Isso já estava escrito, Sr. Deputado!

Deputado José San-Bento (PS): Oh Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: Fê-lo ainda porque tinha grandes expectativas de que este debate servisse para que o Governo Regional apresentasse um conjunto de soluções e de medidas para inverter este cenário.

Porém, saímos deste debate com as nossas expetativas defraudadas, uma vez que o que se verificou é que não só o Governo Regional não apresentou soluções para estes problemas e uma estratégia bem definida para melhorar as perspetivas de turismo na Terceira a curto prazo, ...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: ... como aparentemente se sentiu incomodado com o facto de o CDS trazer a debate este tema de incontornável importância.

Deputado José San-Bento (PS): Seja rigoroso, Sr. Deputado!

O Orador: O que nós trouxemos a esta Casa teve por base a auscultação dos açorianos, do tecido empresarial, dos parceiros sociais. E, portanto, nós não inventamos nada.

Portanto, não entendo o aparente desconforto.

Em vez de soluções, choveram críticas. Em vez de obtermos respostas, fomos acusados de revirar estatísticas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em vez de um debate sobre os desafios já ultrapassados no que diz respeito às estatísticas do turismo nas diferentes ilhas, o Governo Regional preferiu fazer tábua rasa dos números que aqui trouxemos e apresentar dados globais numa tentativa de disfarçar os resultados insatisfatórios verificados em muitas das nossas ilhas.

É pena. Isso não serve os açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: No final deste debate fica a certeza de que o Governo Regional não tem sabido lidar com esta realidade e que continua a não ter uma estratégia definida para potenciar o desenvolvimento do turismo em todas as ilhas dos Açores de forma proporcional e equilibrada.

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade! Não apoiado!

O Orador: Os açorianos continuarão a contar com o CDS para trazer este tema fundamental a esta Casa, ficando a garantia de que o CDS manterá sempre a sua postura crítica e rigorosa, mas também construtiva e com propositura, como ainda hoje ficou patente com o anúncio da apresentação de um Projeto de Resolução para que seja nomeado um Delegado de Turismo para a Ilha Terceira ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que esperamos que possa dar um contributo significativo para a melhoria da gestão e do planeamento do setor turístico na Região Autónoma dos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos, assim, este nosso ponto da agenda.

Vamos continuar os nossos trabalhos no ponto que encerrámos ontem.

Sras. e Srs. Deputados.

Vamos fazer as votações, que foi onde ficámos ontem à noite, relativas ao ponto sete.

Pergunto se há inscrições para o debate na especialidade.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra, para o debate na especialidade.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não terminou na generalidade. Eu pedi o intervalo antes de terminar.

Presidente: O senhor pediu o intervalo quando eu perguntei se havia inscrições e disse: “Não havendo, vamos passar à votação” e o senhor pediu o intervalo.

Foi o que eu deduzi.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Oh Sra. Presidente, eu inscrevi-me no debate na generalidade. Ou seja, se nós temos centenas de vídeos em que isso sucede aqui, em que há inscrições, isso já aconteceu uma vez com ...

Presidente: Sr. Deputado, eu tenho aqui a folha de inscrições. Não há nenhuma inscrição depois do Sr. Deputado Alonso Miguel, que foi a última pessoa que falou.

Portanto, mesmo que o senhor se tivesse inscrito, depois podia ... mas vamos lá ver uma coisa. Estamos no debate da especialidade. O senhor pode ter alguma coisa a dizer sobre a especialidade deste diploma.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, é evidente que quero colaborar com vossa excelência para a melhor condução possível dos trabalhos. Se a Sra. Presidente considera que estamos no debate da especialidade, pois eu da minha parte obviamente não prolongo a questão e, portanto, faço a minha intervenção agora.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo: Em relação a todos os artigos que vamos agora debater no âmbito da especialidade, e dando uma visão global sobre o conjunto de artigos que vamos agora debater na especialidade, eu devo dizer que considero que esta entidade (o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável) não tem sido eficaz. É excessivamente burocrática, pouco flexível, funciona com pouca eficácia, tem resultados muito pouco palpáveis no âmbito da sociedade açoriana, inclusivamente nem sequer há notícia da sua intervenção no âmbito de vários episódios.

Vou-lhe dar dois exemplos. Por exemplo, destrói-se uma praia e o Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável não diz nada, não existe. Estou a falar de uma praia na Ilha do Corvo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Está cheia de areia já!

O Orador: Dou-lhe outro exemplo. Por exemplo, deixa-se uma ilha sem água porque essa água é utilizada para obras a troco de permutas, que ainda estamos por identificar, no âmbito de um acordo de cavalheiros, e o que acontece é que quando se pergunta, porque também tem competências no âmbito da gestão dos

recursos hídricos, e termino já Sra. Presidente, o que acontece é que vamos verificar qual foi a intervenção desta entidade no âmbito ... era público que a ilha estava sem água, era público que os agricultores estavam sem água, era público que haviam cortes de água, é público que houve problemas na gestão da água, ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: ... é público que essa água foi utilizada no âmbito de acordos de cavalheiros. Qual é a intervenção da cidade ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço desculpa de interrompê-lo, mas o senhor sabe que não está a intervir no âmbito do debate da especialidade.

E, portanto, nós não vamos fingir que aquilo que eu disse há pouco não é válido.

O debate na especialidade, ao abrigo do artigo 137.º do Regimento, diz: “O debate e votação na especialidade versam sobre cada artigo”.

E, portanto, ou o Sr. Deputado vai-se referir a artigos concretos do diploma ou às propostas de alteração que já todos têm conhecimento, ou então não posso permitir que o senhor continue.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, muito obrigado. Não vou também prolongar-me. Já disse tudo o que queria dizer.

Mas referindo-me especificamente ao artigo 41.º, nós podemos aqui verificar que estamos a falar, portanto, de uma entidade burocrática sem uma intervenção real em relação aos problemas que surgem na sociedade.

Dei apenas estes dois exemplos, noutra contexto poderia dar mais uma dezena de exemplos em que não há nenhuma intervenção por parte desta entidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela sua paciência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Chegados a este ponto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou propostas de alteração ao diploma que deu entrada e que discutimos no dia de ontem, diga-se, *en passant*, que essas alterações não representam alterações de conteúdo relativamente ao diploma, mas tornam a sua formulação mais escurrita e diga-se o mesmo, *mutatis mutandis*, para a proposta apresentada pelo Partido Social Democrata que desde já também referimos ou reiteramos tal qual tínhamos dito ontem que concordamos.

As alterações que propomos têm a ver com a eliminação da alínea g), do n.º 2, do artigo 35.º, que também tivemos oportunidade de, no dia de ontem, explicar à Sra. Deputada Catarina Furtado que seria uma norma redundante mantê-la face à introdução do artigo 40.º-A. Portanto, propõe-se que seja eliminada.

Também a eliminação da alínea d), e passar a ter a redação de “aprovar o seu plano atual de atividades e correspondente relatório anual de forma a ser coerente com as normas das alíneas d) e e), do n.º 1, do artigo 43.º, relativas ao plano e relatórios de atividades”.

No artigo 41.º houve aqui um lapso de redação que requeríamos que fosse depois corrigido na alínea f). Onde se diz que o dirigente máximo da Entidade Reguladora dos Serviços das Águas e Resíduos...”, acrescenta-se “dos Açores”, razão pela qual se solicita-se que seja depois acrescentada em sede de redação final.

A alínea g), do artigo 41.º passará a ter a redação “o Representante da Região Autónoma dos Açores, no Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável”.

Propomos igualmente que na alínea k) desse mesmo artigo 41.º, “um representante das Associações do Setor Florestal com sede na Região Autónoma dos Açores”.

Finalmente, na alínea h) do artigo 46.º, propomos elaborar até ao final do mês de janeiro de cada ano as propostas de relatório de atividades do ano anterior e do plano de atividades para o ano seguinte.

Igualmente se propõe a revogação do n.º 6, do artigo 47.º, e aproveito aqui também para, relativamente ao n.º 7, referir que nós requeremos, de facto, e essa explicação serve para a pergunta efetuada ontem, que seja revogado o n.º 7, uma vez que ele consta da redação do diploma que está em vigor. Embora não conste da proposta de Decreto Legislativo apresentada pelo Governo, nesta Assembleia, não fará sentido nenhum, não constando dessa proposta de alteração, mantê-lo na redação anterior.

Portanto, propomos igualmente a sua revogação.

Para já era só, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar às votações.

Está à votação o artigo 34.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 35.º da proposta com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 39.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Eu também daria um alerta à Comissão de que, em sede de redação final, todas as alíneas são as que constam da proposta do Governo e depois têm que ser remuneradas em função destas alterações.

Vamos então colocar agora à votação o artigo 41.º com esta alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 42.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 43.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 44.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD ao artigo 45.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 45.º com esta proposta que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Graça Silva, para uma interpelação à Mesa.

É para uma interpelação?

(* **Deputada Graça Silva (PS):** É sim, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(* **Deputada Graça Silva (PS):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, é só porque nos surgiu uma dúvida aqui relativamente à alínea h) do artigo 46.º da proposta de alteração do Partido Socialista, se é possível alterar a redação da alínea h).

Presidente: Vamos lá ver. Depende daquilo que pretendem. Uma coisa será algo de português que penso que o plenário não se oporá a que, em sede de redação final, seja feita uma correção ortográfica.

Agora, se é para alterar o sentido da proposta de alteração, julgo que não se poderá alterar neste momento. As propostas de alteração têm que dar entrada até ao término do debate na generalidade.

Sr. Deputado Francisco César, para uma interpelação.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** É para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Interrompemos os trabalhos por 15 minutos.

Eram 16 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

Eram 16 horas e 25 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Sra. Deputada Graça Silva, pede a palavra para?

Deputada Graça Silva (PS): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Graça Silva (PS):** Obrigada.

Sra. Presidente, à semelhança do aditamento que se requereu no artigo 41.º, n.º 1, alínea f), que ocorreu em sede de redação final igualmente e por se tratar de um lapso de escrita, se requer que no n.º 2, alínea h), artigo 46.º, *in fine*, passe a constar “presente” em vez de “seguinte”.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Deixo então o alerta à Comissão para que em sede de redação final proceda a esta correção.

Vamos então votar esta proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 46.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 46.º com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação da proposta de alteração apresentada também pelo PS ao artigo...

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma pequena intervenção porque eu há pouco, quando o Sr. Deputado João Vasco Costa apresentou as propostas de alteração do Partido Socialista, não sei se foi falha minha, mas não descortinei a justificação para a revogação do n.º 6 e n.º 7 do artigo 47.º.

Para nos situarmos, o n.º 6, e o n.º 7 também, refere que “a requerimento da maioria dos membros do CRADS, podem participar nas reuniões, em função da respetiva agenda e sem direito a voto, representantes de outras entidades públicas ou privadas, bem como especialistas ou peritos em número igual ou superior a dois em cada reunião”.

Ou seja, este número permite que haja uma participação de outras entidades por solicitação da maioria dos membros.

Eu, sinceramente, não percebi se já está previsto noutra parte do articulado e gostaria só de esclarecer para podermos votar em consciência.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Vasco Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, tem razão, eu há pouco realmente não referi a justificação para a eliminação do n.º 6 do artigo 47.º, mas tem exatamente a ver com aquilo que o Sr. Deputado pensou tratar-se.

De facto, concentra-se nas normas dos n.ºs 3 e 4 do artigo 41.º as regras relativas à participação de convidados na Comissão Regional, ainda que a requerimento de membros do conselho.

E relativamente ao n.º 7 não percebi se tinha dúvida ou se percebeu a explicação há pouco.

Percebeu? Pronto, ok. Então é isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta proposta de alteração.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o artigo 47.º da proposta com esta alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso votar em conjunto os restantes artigos deste diploma, nomeadamente dentro do artigo 1.º do 48.º ao 54.º.

Não havendo oposição, está então à votação estes restantes artigos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos mencionados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Este diploma tem ainda o artigo 2.º que propõe um aditamento ao artigo 40.º do diploma em vigor e tem ainda os artigos 3.º, 4.º e 5.º que correspondem à norma revogatória, republicação e entrada em vigor.

Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto estes quatro artigos.

Não havendo oposição, está então à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: Votação final global: foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito bem.

Concluimos assim este ponto.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos agora para o ponto oito da nossa agenda: Projeto de Resolução N.º 108/XI – “Abertura de sala de pequena cirurgia nos Centros de Saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As listas de espera para a cirurgia têm sido um dos principais problemas do Serviço Regional de Saúde no que à acessibilidade aos cuidados de saúde diz respeito.

A situação, sendo transversal aos três hospitais da Região, assume maior dimensão no Hospital do Divino Espírito Santo, onde ao longo dos últimos anos o número de inscritos se tem aproximado dos 80% do total de inscritos nos hospitais dos Açores.

Esta situação de natureza multifatorial mas em que os recursos humanos são determinantes, nomeadamente a escassez de médicos e de enfermeiros, tem sido responsável por uma espera inaceitável por parte de muitos açorianos, ultrapassando os tempos máximos de resposta garantida definidos pela Portaria n.º 166/2015 de 31 de dezembro.

A produção cirúrgica adicional, efetuada fora do horário normal de trabalho, foi uma das soluções encontradas para se iniciar um processo de recuperação de listas de espera cirúrgicas, a par de uma taxa de cirurgia de ambulatório que se deseja crescente, tudo isso no pressuposto de uma maximização da utilização das salas do bloco operatório em tempo normal.

É neste contexto que as pequenas cirurgias – cirurgias efetuadas com anestesia local - realizadas nos Centros de Saúde da Ribeira Grande e Ponta Delgada são transferidas para o Hospital do Divino Espírito Santo, encerrando-se as respetivas salas naqueles centros de saúde.

Tal determinou o aumento significativo de doentes em espera cirúrgica, agora acrescidos de centenas de doentes que eram atendidos naqueles Centros de Saúde, em tempo útil, e que no Hospital de Ponta Delgada veem o seu tempo de espera atingir tempos inaceitáveis quando comparados com os que esperavam no anterior modelo de funcionamento.

Optou-se assim por uma política de centralização na prestação de cuidados onde os mesmos cirurgiões, sobrecarregados com a prestação de serviço de urgência, para além de efetuarem cirurgia programada em salas de bloco central, têm também a seu cargo as pequenas cirurgias, em tempos semanais reduzidos, com o acumular de doentes em espera.

Embora chumbada pelo Partido Socialista em Comissão Parlamentar, achamos que esta é uma boa proposta. Uma proposta que combate uma espera que não se entende. Pretendemos retomar uma boa prática, a da resposta rápida aos doentes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que pode em 15 dias resolver-se nos centros de saúde, leva meses a resolver em meio hospitalar com o chumbo desta proposta.

Deputada Mónica Seidi (PSD): É verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Reforçamos, através da descentralização, dos cuidados e da prestação de cuidados de saúde de proximidade, o combate à desertificação. A fixação das nossas populações, nas nossas terras, não se faz só pela atribuição de subsídios de estímulo à natalidade. Faz-se por melhorar as suas condições de vida, a que não é alheia a prestação de cuidados de saúde de proximidade.

A nossa proposta é uma proposta em que se racionalizam recursos. Deixam-se os cirurgiões gerais hospitalares orientados para as atividades do bloco central, levam-se as pequenas cirurgias para os centros de saúde onde cirurgiões aposentados ou recém-especialistas têm um estímulo adicional para se fixarem na nossa terra.

Como afirma a Ordem dos Médicos: “Deverá sair do Hospital do Divino Espírito Santo tudo o que não é necessário lá fazer”.

Tendo em conta todos esses pressupostos, o Partido Social Democrata dos Açores recomenda ao Governo que seja aberta uma sala para a realização de pequenas cirurgias nos Centros de Saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande, que responda a todos os utentes abrangidos pela Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, e que o início do seu funcionamento ocorra até seis meses após a aprovação deste Projeto de Resolução.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas:

Relativamente a esta matéria agora aqui apresentada pelo Sr. Deputado Luís Maurício, nós tivemos em Comissão a oportunidade, penso que em setembro do ano passado, ter uma conversa séria e franca sobre esta temática em que cada parte colocou os seus argumentos.

Da nossa parte, aquilo que consideramos é que continuam a manterem-se os pressupostos que levaram a esta decisão em 2013 de abertura de uma sala de pequena cirurgia do Hospital do Divino Espírito Santo e a transferência para lá da realização dessas pequenas cirurgias.

O que os números nos dizem e que posso atualizar aqueles que adiantei na Comissão em setembro do ano passado, é que efetivamente ainda temos aqui uma margem para racionalizar e tornar mais eficaz a sala de pequena cirurgia. Em termos de produção, o ano de 2018 fixou no total cerca de 2061 intervenções de pequena cirurgia, o que representa um aumento de 22,5% relativamente ao ano anterior (2017), e um aumento de 40,5% relativamente ao ano de 2016. Ou seja, a sala de pequena cirurgia tem vindo a ter um aumento considerável em termos da sua produção.

A isso não será alheio o facto de nós termos vindo a aumentar o número de médicos de cirurgia geral em todos os hospitais, mas particularmente aqui no Hospital do Divino Espírito Santo, e também o número de internos que existe no mesmo hospital. Ou seja, no período que estamos a falar, de 2012 a 2018,

houve um aumento de 33% no número de médicos e temos atualmente, para além dos médicos da carreira, seis internos a trabalhar no hospital.

O horário de funcionamento desta sala de pequena cirurgia atualmente é das 8h30 à 15h, tem uma taxa de ocupação de 87%. Para além dessa margem, obviamente que tenho em conta a segurança e a qualidade da mesma, do serviço que é prestado aos utentes, há aqui a possibilidade de haver o alargamento do horário de funcionamento da mesma, o que irá permitir a realização de mais cirurgias e obviamente diminuir o tempo de espera desses utentes.

Referir também, já como também falámos na Comissão, que, por exemplo em 2018, dessas 2061 cirurgias feitas nas várias especialidade, apenas 29% é que são cirurgias relacionadas com cirurgia geral e que eventualmente parte delas poderiam ser feitas noutra local que não o hospital.

Portanto, da nossa parte continuamos a achar que existem condições para elas se manterem a ser realizadas no Hospital do Divino Espírito Santo.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de iniciar esta minha apresentação, eu queria fazer uma declaração de interesse. É que eu sou a favor da descentralização baseada em critérios de custo-benefício, de custo-eficiência e hierarquias técnicas.

E a segunda questão é que sou a favor de complementaridade sempre que o Serviço Regional de Saúde não tiver ou sempre que o Serviço Regional de Saúde optar por razões justificadas não implementar determinados serviços.

Partindo daqui, a iniciativa anunciada pelo PSD e agora em debate neste Parlamento, a abertura de uma sala de pequena cirurgia nos Centros de Saúde de Ponta Delgada e da Ribeira Grande, parecendo enquadrar-se na temática de

resolução das listas de espera, levanta várias questões que devem ser obrigatoriamente dissecadas, e passo o termo cirúrgico, de modo a entendermos o porquê da nossa discordância. Para isto, existem alguns pressupostos que passo a anunciar.

Primeiro, as pequenas cirurgias englobam atos cirúrgicos simples, atos cirúrgicos complexos e atos cirúrgicos e terapêuticos especializados com técnicas por vezes invasivas, diria mesmo por vezes muito especializados. E, portanto, juntar tudo na mesma abordagem e na mesma entidade resolutive não é correto.

O segundo pressuposto é que um hospital com idoneidade formativa, e aqui já foi afirmado, com seis cirurgiões jovens em formação, com cirurgiões vasculares em formação, com urologistas em formação, ortopedistas em formação. Portanto, toda uma série de especialidades médico-cirúrgicas que beneficiam da presença de uma valência de pequenas cirurgias no hospital, no nosso entender reforça, antes pelo contrário, a necessidade de que este serviço tenha de facto essa multidisciplinaridade e essa possibilidade no hospital que tem de facto esta capacidade formativa instalada e felizmente com grande sucesso naquilo que é a fixação de novos médicos na nossa Região.

O terceiro pressuposto é um princípio básico e fundamental da gestão em saúde, que é o da adequação e o uso racional de todos os recursos disponíveis. É mais eficaz, tem melhor custo-benefício e tem uma melhor garantia técnica. A utilização dos técnicos disponíveis em serviço com possibilidade de preenchimento dos tempos disponíveis sem desperdício é um imperativo deste princípio. A demonstrá-lo está a capacidade ainda disponível da sala de pequena cirurgia do HDES.

Um quarto pressuposto é que o HDES tem uma posição geográfica muito próxima do Centro de Saúde da Ribeira Grande, já não falando do de Ponta Delgada, mais do que qualquer outro centro de saúde de São Miguel. E,

portanto, as acessibilidades físicas não poderão ser uma razão justificativa ao seu não-acesso.

Mas há um pressuposto que nós estamos de acordo. O Serviço Regional de Saúde existe para dar respostas aos utentes e esta resposta tem sido enorme face aos recursos disponíveis, por vezes limitados, em áreas muito específicas e deve sempre adequar-se à melhor racionalização destes meios para obtenção dos melhores resultados.

Eu penso que nenhum de vós discordará destes pressupostos.

Na sequência da formulação deste Projeto de Resolução, o que nós encontramos foram algumas contradições.

Primeiro, o regresso ao passado. Em medicina não existe regresso ao passado, nem a cirurgia geral resolve todos os problemas da pequena cirurgia. Existem histórias por detrás desta história relacionadas com o encerramento desta valência nos antigos serviços médico-sociais e depois Centro de Saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande que não serão aqui contadas porque envolvem de facto opções pessoais de pessoas que não nos mandataram para isso. De qualquer das maneiras, eu queria aqui dizer que os generalistas do passado e os super cirurgiões a quem devemos grande respeito pela polivalência das suas práticas médicas e cirúrgicas também já não é possível existir. Fiz parte talvez dos últimos grupos de generalistas que ficaram, digamos, com esta tarefa múltipla até ao quinto ano da sua pós-formatura.

Segundo o colega, Dr. Luís Maurício, havia aqui uma argumentação de que os enfermeiros da pequena cirurgia são frequentemente deslocados para o bloco operatório por diversos motivos levando a um aumento das listas de espera por cancelamentos e supostamente diminuição da produção na pequena cirurgia. Mas não falou naquilo que foi um fenómeno em 2018: as greves, a redução do tempo de trabalho dos enfermeiros para 35 horas, o absentismo por doença que atingiu o hospital de Ponta Delgada nalguns anestesistas, aliás, num número

bastante razoável de anestesistas em relação ao número que nós temos, e outros cancelamentos óbvios que acontecem em relação à área cirúrgica.

Portanto, seria, como disse, aqui importante realçar que o cancelamento não se deve só por este motivo.

E a Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores, Dra. Isabel Cássio, em resposta vem dizer que o programa cirúrgico tinha diminuído as listas de espera. Caros deputados, se algo diminuiu é porque a produção aumentou. Aumentou a produção do CIRURGE com 700 cirurgias em 15 meses. Portanto, obviamente que tudo o que disse (as greves, os absentismos verificados) ocorreram em 2018 e fizeram com que de facto em 2018 houvesse uma diminuição das cirurgias programadas e das cirurgias do programa de recuperação, mas compensadas em larga escala pelo aumento da resposta no CIRURGE.

Também foi dito, e está na base deste requerimento, que a cirurgia geral, pela Dra. Isabel Cássio, era a que tinha maior lista de espera para pequenas cirurgias, o que não corresponde à realidade. Já aqui foi dito, e a cirurgia geral do HDES tem cerca de 38% dos utentes em lista de espera e é a que mais produz nesta valência. Portanto, ela produz por ano o equivalente à sua lista de espera, sendo que todos os restantes utentes estão distribuídos por sete especialidades médico-cirúrgicas cujos procedimentos são mais complexos e, com raras exceções, não serão realizáveis fora do meio hospital por falta de recursos técnicos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Também foi dito que haveria mais doentes tratados por mais médicos se a sala estivesse disponível. Nova contradição, porque ou faltam meios técnicos, ou faltam meios humanos. Se há mais médicos e se a sala tem uma ocupação média pelas diferentes especialidades entre os 47% e os 92%, há que rentabilizar melhor estes recursos face à diversidade de procedimentos, o

que aliás, está a ser feito a avaliarmos pelo aumento da produção desta área e que agora foi referenciada pelo Sr. Secretário Regional.

Na justificação deste Projeto de Resolução outras afirmações se fizeram, e agora repetidas pelo colega Dr. Luís Maurício, que por serem polémicas, nomeadamente o ter-se afirmado que trazer as pequenas cirurgias para o HDES teve um efeito negativo que não era de todo saudável que este volume de doentes se passassem em frente do bloco operatório e que deveria sair do hospital de Ponta Delgada tudo o que não é necessário lá estar, não acrescentam valor justificativo. Antes levantam outras questões que podem colidir com os reais interesses dos utentes do Serviço Regional de Saúde e com a capacidade e idoneidade formativa do hospital de Ponta Delgada.

Uma outra contradição é que estando vetado aos médicos de medicina geral e familiar procedimentos simples de pequena cirurgia por diretiva da Ordem dos Médicos, se tenha justificado que estes não o fazem porque têm outras coisas para fazer.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

A adequação dos meios existentes, a racionalização dos recursos disponíveis face às respostas em saúde, é um imperativo de boa gestão e garantia de qualidade assistencial e porque não também uma oportunidade formativa em hospitais com idoneidade académica e formativa profissional com serviços organizados, com potencial de aumento das respostas nesta e noutra área. Assim, entendemos que as respostas assistenciais neste momento devem seguir este percurso, entendendo-se que os casos de maior espera estão relacionados precisamente com áreas específicas em que os nossos recursos técnicos são mais reduzidos e para os quais o HDES deve equacionar as melhores respostas. Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários, Sra. Secretária:

O Grupo Parlamentar do PSD traz-nos uma iniciativa sob a forma de Projeto de Resolução que visa recomendar o Governo Regional que proceda à abertura da sala de pequena cirurgia nos centro de saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Eu não tive oportunidade de assistir à apreciação desta iniciativa em Comissão. Tive oportunidade de consultar, sim, o relatório emitido a partir dessa Comissão, e dessa forma pude fazer aquela que é também uma avaliação genérica de tudo o que se passou nestas reuniões da Comissão e nas várias audições que foram feitas.

E daquilo que tive oportunidade de constatar e de ler, há aqui de facto algumas dúvidas que persistem e até mesmo algumas incoerências, como o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia referiu. Apesar de não partilhar de algumas das incoerências, penso que algumas que se colocam que são importantes para esclarecer o debate.

A Ordem dos Médicos acaba por nos dizer que a sala de pequena cirurgia do hospital de Ponta Delgada não funciona essencialmente porque há a contingência de partilhar recursos entre esta sala de pequena cirurgia e aquela que é a sala de cirurgia geral. O Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia em Comissão acabou por dizer, e para a citar, mas pode ter havido aqui por ventura algum entendimento menos correto do que foi dito, mas o Sr. Deputado Dionísio Maia referiu que “a sala de pequenas cirurgias do HDES poderia estar a ser mal aproveitada, estando muitas horas sem ocupação”.

Por sua vez, e pelo que eu depreendi da intervenção inicial do Sr. Secretário Regional da Saúde, o Sr. Secretário Regional da Saúde acaba por dizer que esta

sala de pequena cirurgia tem uma taxa de ocupação em atividade que ronda os 87%, mas poderei ter percebido mal, mas se percebi mal então se calhar o Sr. Secretário Regional da saúde é capaz de confirmar, ou não, que os problemas subjacentes ao não-funcionamento desta sala de pequena cirurgia devem-se essencialmente ao facto de esta sala se encontrar desocupada com poucas horas de ocupação, tal como referiu o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia em Comissão. Se assim é, porque é que isso ocorre? Porque é que esta sala de pequena cirurgia não é mais utilizada?

Em Comissão, o Sr. Secretário Regional da Saúde também deu outra explicação para o porquê de continuarmos a ter uma lista de espera para cirurgia ainda muito extensa e principalmente no que diz respeito às pequenas cirurgias que fazem 30% do total das cirurgias que estão em lista de espera, portanto, tem um peso significativo, e o que o Sr. Secretário na altura em Comissão teve ocasião de explicar é que apesar de, de facto, ter havido um aumento na produção cirúrgica, esse aumento da produção cirúrgica foi acompanhado por um aumento da referenciação, não dando aqui espaço que haja uma maior rentabilização da produção e dessa forma os resultados da produção se fazerem refletir na lista de espera através, claro, de um menos número de pacientes integrados na lista de espera.

Havendo, então, recursos suficientes para viabilizar as duas salas do hospital, que essa é uma das críticas feitas pela Ordem dos Médicos, não existem recursos suficientes para prover e viabilizar estas duas salas de cirurgia, mas havendo esses recursos, será que o proponente manteria a sua pretensão de abrir as salas de pequenas cirurgias nos centros de saúde da Ribeira Grande e de Ponta Delgada? Parece-me que não, porque a intenção do proponente ainda é outra.

A pretensão do proponente visa essencialmente descentralizar aqueles que são os cuidados de saúde, e neste caso muito concreto a realização de pequenas

cirurgias, e não tanto até mesmo numa lógica de descentralização por proximidade de serviços, por proximidade de prestação de cuidados de saúde neste caso, até porque o Centro de Saúde de Ponta Delgada fica a poucos metros do hospital de Ponta Delgada e o Centro de Saúde da Ribeira Grande fica a 12/13 quilómetros do hospital de Ponta Delgada, portanto, também não seria por aí.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): A 20 minutos!

Deputado Luís Maurício (PSD): E o dos Fenais da Ajuda?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não conhece!

O Orador: O proponente penso que o que procura é uma descentralização dos serviços de cirurgia, que é um bocadinho diferente e com o qual nós concordamos, esse princípio da descentralização dos serviços de pequena cirurgia por outros centros de saúde.

Basta lembrar que, ao contrário do que o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia nos acabou por dizer que a aprovar este Projeto de Resolução nós estaríamos a recuar naquelas que são as boas práticas de medicina na Região, a pequena cirurgia é feita, por exemplo, por unidades de saúde familiar no Continente, e isso não é visto de certeza como um retrocesso na prestação de cuidados de saúde em Portugal e também não seria de certo aqui também na Região.

Esta medida de descentralizar os serviços de prestação de cuidados de saúde, e mais especificamente da pequena cirurgia, tem várias consequências muito positivas para os nossos utentes.

Em primeiro lugar, é mais confortável para o próprio paciente.

Em segundo lugar, permite aliviar de facto as listas de espera porque a realizar estas pequenas cirurgias em centros de saúde, iríamos flexibilizar todo o sistema e seria mais rápida a programação destas pequenas cirurgias.

Claro que dentro das pequenas cirurgias englobam-se, inclusive, procedimentos que não são mais do que exames complementares de diagnóstico e isso

permitiria também reduzir o tempo máximo de espera para a realização destes exames se fosse possível descentralizar este tipo de prestação de cuidados de saúde, neste caso aos centros de saúde da Ribeira Grande e de Ponta Delgada.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar eu queria felicitar o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia pela posse de tão detalhados dados que mais nenhum açoriano tem, porque ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): E isso é bom ou mau?

O Orador: O que isso significa, Sr. Deputado André Bradford, que falou em aparte, é que há privilegiados e há não privilegiados. E sabe quais são os não privilegiados, Sr. Deputado?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: São todos os açorianos e os Srs. Deputados aqui desta Casa que não são do Governo, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): É verdade!

O Orador: ... porque devia ter vergonha de afirmar aquilo que afirmou.

Deputado Bruno Belo (PSD): Não tem!

O Orador: Sabe desde há quanto tempo o SIGICA não publica os dados dos doentes em espera cirúrgica? Desde maio de 2018, Sr. Deputado!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Que vergonha!

Deputado Carlos Silva (PS): É igual aos pagamentos da Ribeira Grande, desde maio de 2018!

O Orador: É por isso que nós não temos acesso aos dados.

E o Sr. Deputado Faria e Maia tem acesso por via do Governo a dados que nós não temos!

Deputado Francisco César (PS): Isso é falso!

O Orador: E, portanto, aquilo que o Sr. Secretário vem sempre anunciar de que é já agora, é já para o mês que vem, a plataforma está quase pronta, na verdade isso não se verifica!

E, portanto, os dados a que os senhores têm acesso não são os dados que os outros têm acesso nem tão pouco os açorianos.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Aliás, e num parêntesis que se situa um pouco à parte da discussão deste tema mas que com ele está correlacionado, o Governo relativamente a essa matéria faz o que quer e lhe apetece, porque criou a legislação que dizia: “O doente receberá por SMS a sua posição na lista de espera cirúrgica” também na pequena cirurgia. Onde é que isto acontece? Nunca!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O doente, no âmbito da Carta dos Direitos dos Doentes do Serviço Regional de Saúde publicada como anexo à Portaria n.º 166 de 2015, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Interessa é desviar o assunto!

O Orador: ... teria direito, extinto ou concluído o prazo de tempo máximo de resposta garantido, a ter acesso a um serviço de igual qualidade ...

Deputado João Paulo Ávila (PSD): E sala de pequena cirurgia?

O Orador: ... noutra instituição de saúde ou em regime de convencionado. Quando é que isso acontece? Nunca!

Os doentes reclamam e não vêm os seus direitos reconhecidos.

Mas recentremo-nos no debate, e reconhecendo a mais-valia que o Sr. Deputado Faria e Maia e os Srs. Deputados do Partido Socialista relativamente a acesso a dados que mais ninguém tem e em relação aos quais os senhores seriam obrigados a publicar e não os publicam.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: E ainda mais uma! É que não basta os senhores dizerem na legislação que o doente tem livre acesso ao hospital onde quer ser tratado. Ora, como é que um doente pode escolher o hospital onde deve ser tratado se não tem conhecimento, tal e qual como os senhores o prometeram, do tempo médio de espera pela consulta ou pela cirurgia em cada um dos hospitais?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Bem lembrado! Uma vergonha!

O Orador: Nem o doente escolhe nem o médico pode escolher nem sugerir ao seu doente! Portanto, entre aquilo que o Governo promete fazer e aquilo que realmente o Governo faz, vai uma distância muito grande, Sr. Deputado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sr. Secretário Regional, os números que aqui apresentou relativamente ao número de cirurgias efetuadas nas salas de pequena cirurgia referem-se a toda a prática da sala de pequena cirurgia. Ora, como o Sr. Secretário sabe, essas salas de pequenas cirurgia são ocupadas por sete especialidades distintas. O que eu queria que o senhor viesse aqui dizer era qual tinha sido o aumento da produção da cirurgia geral, porque é a cirurgia geral que está incluída no Projeto de Resolução que o PSD aqui apresenta e não a oftalmologia que faz injeções intraoculares, não a urologia que faz outro tipo de procedimentos nem o otorrino que faz outro tipo de procedimentos.

Portanto, dizer que a produção da pequena cirurgia aumentou 22,5% em 2017 e 40,5% em 2016 diz respeito à plêiade toda de especialidades que ocupa aquele espaço e não propriamente ao da cirurgia geral.

Sr. Secretário Regional, a pergunta sacramental é essa. A pergunta de um milhão de dólares é aquela que lhe vou fazer. Então, perante tamanho

crescimento de produção, perante tanta capacidade de resposta, porque é que a lista de espera aumentou e o tempo de espera por uma simples pequena cirurgia passou de 15 dias (como era o modelo anterior) para meses de espera? O senhor é capaz de me responder a isso?

Deputada Mónica Seidi (PSD): Muito bem!

O Orador: Eu não consigo compreender!

Deputado Bruno Belo (PSD): É um mistério!

O Orador: Então os senhores dizem que as salas produzem muito mais, que se opera muito mais, que se fazem muito mais pequenas cirurgias, mas então a pergunta é essa! Quando nos centros de saúde da Ribeira Grande e Ponta Delgada as pequenas cirurgias eram lá feitas, em 15 dias drenava-se um abcesso ou se desencravava uma unha. Agora, os senhores centralizaram tudo no hospital de Ponta Delgada e o que levava 15 dias a fazer, leva meses a concluir. Levam meses os doentes à espera!

Portanto, responda-me a esta pergunta! Com todos esses dados tão favoráveis, não sei como consegue explicar ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: ... o aumento do tempo de espera por parte dos doentes.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Depois, Sr. Deputado Faria e Maia, e relativamente aos pressupostos. Em primeiro lugar, queria corrigi-lo. O senhor atribuiu a mim afirmações que a Presidente da Secção Regional da Ordem dos Médicos proferiu e que estão em relatório. Foi ela que disse que trazer as pequenas cirurgias para o hospital de Ponta Delgada era colocar num corredor, num corredor em frente ao bloco operatório, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Foi o senhor que disse isso, não foi ela!

O Orador: ... dezenas e dezenas de doentes. Foi ela que disse, não fui eu!

Deputado João Paulo Ávila (PS): Ela não falou em dezenas e dezenas!

O Orador: Não fui eu que afirmei em Comissão que a medicina geral e familiar jamais faria pequenas cirurgias porque no seu plano de formação isso não está contemplado! Foi a Ordem dos Médicos que o disse!

Portanto, o senhor, até como conhecedor dessas matérias e já assumiu responsabilidades nesses áreas, deveria saber que a Ordem dos Médicos é a ordem reguladora do exercício da profissão.

E, portanto, é a própria ordem que está contra essa ...

Deputado André Bradford (PS): E o senhor concorda com isso?

O Orador: Claro, Sr. Deputado André Bradford, que eu concordo com isso! Naturalmente! Ou o senhor pensaria que eu iria discordar?

Deputado André Bradford (PS): Eu não penso nada!

O Orador: Eu sou médico de base e de profissão, conheço muito bem quais são as regras da minha profissão, Sr. Deputado.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado Faria e Maia citou não foram afirmações minhas, são afirmações da Dra. Isabel Cássio que se mostrou favorável a este Projeto de Resolução e que afirmou, tal e qual como está em relatório, e passo a citar novamente: “Tudo aquilo que possa não estar no Hospital do Divino Espírito Santo, não deve lá estar”. É isso que está aqui transcrito, não fui eu que o disse, Sr. Deputado.

Deputado Carlos Silva (PS): E o senhor concorda?

O Orador: Depois deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Faria e Maia. “Retorno ao passado, nunca! A medicina nunca regressa ao passado”.

Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus! E porque não regressarmos ao passado que resolvia o problema das pessoas? Essa é que é a questão!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ora bem! Isso é que é!

Deputado Bruno Belo (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É que o passado, reforçado agora pelas condições logísticas que o Centro de Saúde de Ponta Delgada tem e que o Centro de Saúde da Ribeira Grande com pequenas adaptações teria, esse passado é que permite resolver e dar resposta às pessoas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é o que o senhor acha!

O Orador: Esse passado é que nos fazer alegrar ...

Deputado Carlos Silva (PS): Quem são os médicos?

O Orador: ... porque nessa altura, repito, as pessoas em 15 dias resolviam a sua situação e agora levam meses à espera! E estão afuniladas numa lista de espera do hospital de Ponta Delgada engrossando a lista.

Portanto, o seu pressuposto, Sr. Deputado Faria e Maia, está errado porque o investimento necessário no Centro de Saúde de Ponta Delgada e na Ribeira Grande era mínimo para que essas salas de pequena cirurgia fossem reabertas e as pessoas fossem atendidas com rapidez e tivessem o seu problema resolvido.

E mais! A racionalização de recursos está é a da nossa parte, não está no seu conceito. Sabe porquê? Porque os cirurgiões gerais em vez de estarem na sala de pequena cirurgia do hospital de Ponta Delgada, deveriam estar no bloco central a operar mais!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Exatamente!

O Orador: E em vez de estarem a ver esses doentes que são referenciados pela medicina geral e familiar à consulta de cirurgia geral do hospital, ocupando lugares de outros, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Então quem é que fazia as cirurgias?

O Orador: ... eram rastreados no seu próprio centro de saúde e atendidos no seu centro de saúde! Nem chegavam ao hospital!

E mais! Como a própria Ordem dos Médicos também referiu, e eu volto aqui a afirmar, há disponibilidade de cirurgiões aposentados e há disponibilidade de

recém-especialistas, constituindo isso até, como foi afirmado em Comissão, um estímulo acrescido à fixação de profissionais na Região, há disponibilidade, dizia, para que os centros de saúde contratem esses profissionais e deem resposta aos doentes. É isso que está aqui em causa!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O que está aqui em causa é outra coisa!

O Orador: Portanto, o que nós estamos aqui preocupados não é com a produção nem com os números! Estamos preocupados com os números, sim, mas por aquilo que esses números representam. Esses números representam pessoas. São doentes que estão à espera, Sr. Deputado! Não é o Sr. Deputado nem eu que estamos aqui confortavelmente sentados e que temos a facilidade de resolver os nossos problemas.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Que demagogia!

O Orador: É o cidadão anónimo, que não tem voz, e que carece de alguém que os defenda e venha defender aquilo que nós estamos aqui a defender!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Depois, Sr. Deputado, não me diga que defende que as pequenas cirurgias devam ficar centralizadas num hospital de Ponta Delgada para que os internos, ou seja, os médicos em formação da ortopedia, da urologia, todas as especialidades cirúrgicas pudessem drenar uns abscessos e fazer uns cortes porque isso era muito importante para o seu currículo.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Quem é que disse isso?

O Orador: Eles têm necessariamente na sua formação de ortopedistas, de urologistas, de oftalmologistas, oportunidade de fazerem tudo isso. Não precisam de uma sala de pequena cirurgia centralizada num hospital para poderem concretizar essa componente da sua formação.

Por último, nesta minha segunda intervenção, sublinhar aquilo que o Sr. Deputado Paulo Mendes afirmou. Na verdade, não se tratam aqui no âmbito da cirurgia geral apenas e só de atos terapêuticos. Também de atos diagnósticos, e aí ai, ai, Sr. Deputado Faria e Maia, todos nós temos conhecimento. Sabe quantos dermatologistas o hospital de Ponta Delgada tem ao seu serviço? É que há biopsias cutâneas que são feitas a tarde e a más horas. Se elas fossem feitas no tempo e no modo adequado, poderia ser que tivesse evitado aos próprios muitas situações desagradáveis.

Para que não me acuse de diabolizar o discurso, eu fico-me por aqui.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paiva.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tem sido uma preocupação do CDS apresentar propostas com vista a redução das listas de espera cirúrgicas, apresentando desde há muito tempo a esta parte medidas inovadoras como Vale Saúde e mais recentemente o CIRURGE, este que veio diminuir consideravelmente as listas de espera na nossa Região.

Atendendo que existe dificuldades em cumprir com os tempos máximos de resposta garantidos em vigor na Região definidos na Portaria n.º 166/2015 de 31 de dezembro, ultrapassando mesmo os tempos de espera limite aqui referenciados.

De salientar que na audição com a Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores, da Ordem dos Médicos, refere que a necessidade

formativa para enfermeiros desempenharem funções na sala de pequena cirurgia é mínima e haveria mais médicos se as salas estivessem disponíveis. Refere também que com pouco investimento será possível colocar em funcionamento as pequenas cirurgias no Centro de Saúde de Ponta Delgada e no Centro de Saúde da Ribeira Grande.

Deputado João Paulo Ávila (PS): E porque não na Povoação?

O Orador: Esta descentralização e conseqüente deslocação dos médicos cirurgiões aos respetivos centros de saúde salvaguarda os utentes ao ambiente hospitalar, evitando assim a circulação desnecessária de pessoas junto ao bloco operatório do Hospital Divino Espírito Santo.

Neste sentido, é fundamental também que a pequena cirurgia, nomeadamente a cirurgia dermatológica, assim como outras cirurgias, seja reforçada para as ilhas sem hospital pelas mesmas razões, permitindo também reduzir também o tempo de espera, reduzir os custos e evitar mais uma vez a deslocação dos utentes das suas ilhas de residência.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Como tal, consideramos positivo todas as iniciativas que visam melhorar os serviços de saúde aos açorianos, neste caso específico reduzir os tempos de espera para pequenas cirurgias, sejam elas através de serviços públicos ou privados.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Caro colega Deputado Luís Maurício, eu se apresentei aqui números não foi pedindo favores. Fiz trabalho de casa, o senhor também podia ter feito.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Deputado Luís Maurício (PSD): A questão é que o senhor tem acesso a números que mais nenhum açoriano tem!

O Orador: Agora, a questão que eu ponho aqui é o seguinte: se o senhor tivesse acesso a estes números, modificava este Projeto de Resolução?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Mónica Seidi (PSD): Como é que os tem?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não diz onde é que os foi buscar!

O Orador: Eu tenho as minhas fontes de informação, o senhor tem as suas fontes de informação e o senhor não tem que insinuar que as minhas fontes de informação da parte do Governo não são mais oficiais do que as que os senhores também têm.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Colega Luís Maurício, eu vou só dizer uma coisa. O senhor conhece tão bem o sistema como eu, ou devia conhecer, e sabe muito bem que basta falar com um diretor de serviços de cirurgia geral para saber qual é a sua performance em relação à sua área.

A questão que se põe aqui é a seguinte. Nas audições, aquilo que eu afirmei aqui, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Eu queria começar esta minha segunda intervenção, de facto, não pegando na lógica da diabolização do discurso, claro que não, embora eu recuse sempre essa história do coitadinho.

Nós estamos a falar de coisas muito sérias, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): Ah, pois estamos!

O Orador: ... nós estamos a falar aqui de uma rentabilização e racionalização de serviços e estamos a falar de um contexto de recursos humanos e de recursos técnicos que pode mudar-se em qualquer altura conforme as circunstâncias.

Neste momento, nós temos de facto uma sala de pequena cirurgia que precisa de ser mais rentabilizada, nós temos uma plêiade de especialistas que lá trabalham, e dizer-se aqui que o coitadinho do abcesso não é tratado, não é verdade! Os abcessos são situações de urgência e são tratados na urgência. E neste momento, de facto, todas as situações urgentes têm sido tratadas e não existem reclamações dos utentes do Serviço Regional de Saúde acerca disso. Se nós tivéssemos acesso, e isso sim, Sr. Deputado, às patologias que estão em lista de espera, podíamos ter outro tipo de discussão aqui. Mas eu também não tenho nem o senhor terá, provavelmente, porque essas são confidenciais e só poderiam ser libertadas por outra forma.

Agora, o que eu quero dizer é o seguinte. A questão da dermatologia é um imperativo, claro que é. Mas o que é que tem acontecido com o sistema? São especialidades que têm uma apetência muito grande para o privado porque, felizmente, ou infelizmente, é muito bem pago e saem do público. O público forma-os, o público investe neles e saem do público. O que é que o senhor quer fazer? Acorrentá-los?

(Aparte inaudível do Deputado Luís Maurício)

Ah sim, mas um médico de medicina geral e familiar não pode tirar um sinal. É proibido, não tem tempo para o fazer.

Portanto, há aqui questões relacionadas com o sistema que nós temos que entender para não andarmos aqui para já a empurrar para a cirurgia geral tudo o que não é da cirurgia geral e tentar que se resolvam outros problemas que têm inerências próprias à falta de recursos disponíveis no mercado.

Em relação aqui ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda. É evidente que essa é mais uma das contradições. Em Portugal Continental houve de facto unidades de saúde familiar que tiveram médicos de medicina geral e familiar, formação

em pequenas cirurgias, e fizeram pequenas cirurgias, e fazem pequenas cirurgias! Nos Açores isto é proibido. A Ordem dos Médicos não lhes dá competência, foi lançada uma tentativa de formação destes médicos para um curso rápido de pequenas cirurgias para os procedimentos simples e não apareceu ninguém.

Portanto, neste momento, é evidente que o hospital de Ponta Delgada é um hospital de referenciação. Aliás, é tão de referenciação como é a própria responsável da Ordem dos Médicos que diz que é um cirurgião que vai fazer a triagem. É certamente uma centralização que ela impõe! Mais ninguém a fará!

Por outro lado, Sr. Deputado, há aqui realidades que não podem ser escamoteadas. O hospital de Ponta Delgada é um hospital que dá formação, que tem acreditação, que é extremamente importante para a nossa Região! Estes seis novos cirurgiões que lá estão têm que ter uma formação, têm que ser os melhores, têm que ficar cá. Tirar uma valência do hospital com o pretexto que tem que sair do hospital tudo o que não é do hospital ... e eu não disse que essa frase tinha sido sua. Eu disse que o senhor tinha repetido aqui esta frase, não disse que tinha sido sua.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... pode trazer prejuízo para os utentes e é polémica! Tem que ser discutida noutra abordagem que não esta que está aqui.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Isso é demagogia!

O Orador: E é por isso que nós mantemos esta situação.

Neste momento, há um imperativo de racionalização, há um imperativo de agilização, há um imperativo de resposta. Essa é a única parte que eu concordo consigo.

Obrigado.

Deputado André Bradford e Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Saúde, tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Só para recentrarmos a questão naquilo que estamos a discutir. O PSD, com toda a sua legitimidade, apresenta um Projeto de Resolução no sentido da abertura de salas de pequena cirurgia nos centros de saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Da discussão que já tivemos em Comissão, e volto a repetir, a nossa posição, porque a decisão política foi feita em 2013, é que há ainda margem de manobra para que a atual sala de pequena cirurgia possa responder às necessidades. E quem o diz não é unicamente o Membro do Governo, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Os números dizem isso!

O Orador: ... é obviamente os responsáveis do hospital e do serviço em causa. Porque, eu volto a repetir, Sr. Deputado Paulo Mendes, o que está aqui em causa é, principalmente, a especialidade de cirurgia geral. Já foi aqui falado que há cerca de sete especialidades que utilizam a sala de pequena cirurgia. Portanto, uma parte delas, cerca de 30%, no limite, é que poderiam ser feitas eventualmente num centro de saúde caso os médicos de cirurgia geral lá se deslocassem.

E, portanto, vamos então centrar nos números que eu falei há pouco, até para responder ao que o Sr. Deputado Luís Maurício me questionou há pouco, só um parêntesis sobre os números. Daquilo que eu ouvi do Dr. Dionísio Faria e Maia, ele não falou em nenhum dos números que eu por acaso tenho aqui. Com certeza há de ter outra fonte de informação, como o Sr. Deputado ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Mas onde é que estão esses números! Sr. Secretário eu só conheço os números de maio de 2018! Desde 2018 que o senhor não publica!

(Diálogo entre os Deputados das várias bancadas)

Presidente: Srs. Deputados.

O Orador: Se eu puder sair desta lista de espera que estou agora ...

Posso, Sra. Presidente?

Sr. Deputado Luís Maurício, antes de eu fechar o parêntesis, só para lhe dizer que nós estamos a falar de pequena cirurgia. As publicações do SIGICA não incluem essa informação que eu estou aqui a falar de pequena cirurgia. Nós o que vamos fazer é nas próximas publicações acrescentar toda a produção que é feita nos blocos.

Deputado Luís Maurício (PSD): Quando?

O Orador: Então vamos aos dados e que houve aqui alguma confusão relativamente àquilo que eu disse e tentar responder quer ao Sr. Deputado Luís Maurício, quer ao Deputado Paulo Mendes.

Portanto, nós temos uma sala de pequena cirurgia com sete especialidades a utilizarem em diferentes dias porque há situações que não podem ser no mesmo dia.

Em primeiro lugar, em 2018 a sala de pequena cirurgia com essas sete especialidades realizou 2061 atos cirúrgicos.

Deputado Luís Maurício (PSD): As sete especialidades? Sim ou não?

O Orador: Posso continuar, Sr. Deputado?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pode-se fazer apartes?

O Orador: Oh Sr. Deputado, seja bem-vindo. Chegou há pouco, isto tem estado calmo e agora o Sr. Deputado está a fazer aqui apartes que interferem, e, portanto, deixe-me só explicar.

Eu estou a tentar explicar, portanto, vamos então recentrar as questões.

Em 2018, a sala de pequena cirurgia com as sete especialidades realizou 2061 atos cirúrgicos, e eu frisei que isso representava um aumento de 22,5% relativamente ao ano de 2017 e de 40,5% relativamente ao ano de 2016.

Dessas sete especialidades, uma é a especialidade de cirurgia geral que faz também nessa sala um conjunto de atos cirúrgicos dos quais alguns deles poderiam ser feitos nos centros de saúde. Qual foi a produção desta especialidade? Em 2018 616 atos cirúrgicos, que representam um aumento de 32,5% relativamente ao ano de 2017 e um aumento de 41,9% relativamente ao ano de 2016. Ou seja, a especialidade de cirurgia geral teve uma produção muito maior do que a média de todas as outras especialidades. Portanto, foi o que ocorreu.

Aquilo que eu disse há bocadinho sobre a taxa de ocupação era porque como nós estamos a falar da cirurgia geral, efetivamente na cirurgia geral temos uma taxa de ocupação, em 2018, de 87%. Foi aquilo que eu referi. De 87% para 100 há aqui uma margem e também disse que isso é do horário de funcionamento das 8h30 às 15h. E aquilo que eu disse é que há disponibilidade interna para alargar este horário relativamente ao funcionamento para a cirurgia geral.

Relativamente a todas as outras especialidades, no seu funcionamento, por razões diversas, varia a taxa de ocupação. A média é 71% mas varia de 47%, por exemplo, na urologia, 58% na oftalmologia, por aí fora, a 87%, como eu disse, na cirurgia geral.

E, portanto, é esta a informação que eu queria referir há pouco.

Esta é a realidade relativamente à sala de pequena cirurgia, aquilo que os próprios profissionais entendem que pode ser o aumento da sua produção e que irá contribuir para a diminuição, obviamente, dessa lista de espera.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A RPPCP pronuncia-se favoravelmente em relação a este Projeto de Resolução, não deixando de referenciar a importância de uma política descentralizadora ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o capitalismo?

Deputado Bruno Belo (PSD): Vocês já foram mais amigos!

O Orador: ... em matéria de saúde que aproxime os serviços públicos das populações, alocando recursos, materiais e humanos, de forma racional e sustentável, mas salvaguardando sempre a urgência em servir as pessoas independentemente do local onde residam.

A saúde, enquanto função fundamental de um estado, não pode, em circunstância alguma, depender de uma mera consideração economicista, que tenda a concentrar recursos de modo a aumentar os números brutos, desconsiderando e porventura agravando a difícil resposta dos serviços públicos de saúde, tão expostos que estão a fenómenos, nem sempre controláveis ou contabilizáveis, de instabilidade social; só assim se poderá gerar um clima de confiança, tão necessário ao cumprimento do ideal que anima o serviço nacional de saúde, ou o serviço regional, se considerarmos a pertinência da discussão que aqui nos traz.

Não são raras as situações em que, no âmbito do Sistema Regional de Saúde, exames ali prescritos são depois realizados em clínicas privadas. É este apenas um dos exemplos de como qualquer política de concentração exclusiva de meios e de recursos num único hospital central tornar-se-á, mais cedo ou mais tarde, insustentável.

O PCP considera que a criação de duas salas de pequena cirurgia, uma no Centro de Saúde de Ponta Delgada e outra no Centro de Saúde da Ribeira Grande, onde se concentram os dois polos habitacionais de maior dimensão da

ilha, se inscreve na visão mais alargada da política de saúde preconizada pelo PCP.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A existência de serviços de proximidade às populações não é um mero capricho e, muito menos, uma mera reivindicação despida de possibilidades económicas; muito pelo contrário: reativar as salas de pequena cirurgia nos centros de saúde atrás referidos irá permitir, numa primeira instância, servir de forma mais imediata as populações, e permitirá uma distribuição mais racional dos recursos humanos e materiais existentes, ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é verdade!

Deputado Luís Maurício (PSD): É verdade!

O Orador: ... com custos iniciais e de manutenção relativamente baixos, se atendermos às estimativas realizadas por órgãos competentes, descongestionando o HDES.

Porque entendemos o princípio de racionalidade não o estribando numa lógica meramente economicista ou oportunista, por tender a omitir ganhos evidentes de médio-longo prazo, não podemos deixar de exprimir a nossa concordância com a urgência em empreender tal transformação. Porque entendemos a saúde numa perspetiva eminentemente social e niveladora das desigualdades, quer de acesso quer outras, afirmamos a necessidade de romper com a lógica que a encara como um negócio, espelhado, tanto na Região como no contexto nacional, no absoluto frete das parcerias público-privadas, na crescente privatização da gestão hospitalar, no encerramento de dependências que prestavam os tais serviços de proximidade.

Não há, é certo, respostas miraculosas no domínio da saúde pública, contudo, torna-se difícil prever alguma lógica que não a meramente partidária, se por parte do executivo não houver vontade em avançar na reposição de algo que

vigourou, com resultados evidenciados em relatório, até 2012, e cuja reativação não se afigura impraticável de um ponto de vista orçamental.

Em suma, a acessibilidade aos cuidados de saúde é um dos eixos de toda e qualquer política de saúde que se preze, e a esta não devem ser alheios os princípios de descentralização e de proximidade às populações. É na conjugação destes fatores que se estriba a dimensão não apenas prática, mas também ética, desse serviço. A abertura de duas salas para a realização de pequenas cirurgias – cirurgias efetuadas com anestesia local – nos centros de saúde de Ponta Delgada e da Ribeira Grande permitirá uma resposta mais eficaz e imediata, sem intermediações desnecessárias, a todos os utentes abrangidos pela Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

O PCP, no espírito da visão estrutural que defende para o sector da saúde pública, dá o seu parecer positivo ao Projeto de Resolução, incentivando à prossecução do debate numa área tão sensível e transversal a toda a comunidade, como é a da saúde.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começo esta intervenção por fazer referência a algo que é recorrente nesta Casa, que é o facto de os deputados do Partido Socialista terem de repente, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Os deputados do PS trabalham!

O Orador: ... em muitas situações, uma iluminação externa e apresentarem muitas vezes aqui uma sapiência que eu e todos os outros deputados ficamos absolutamente surpreendidos porque são dados que não estão em sítio nenhum, que não estão disponibilizados e que de repente o deputado do Partido Socialista que está a fazer a intervenção começa a debitar um conjunto de dados

que não são de acesso público. Isto tem acontecido de forma recorrente, muitas vezes ao longo das discussões parlamentares durante esta legislatura.

E, por isso, é evidente que este é um comportamento incorreto. É evidente que a informação a ser disponibilizada por parte do Governo, tem que ser disponibilizada para o conjunto do Parlamento e existem mecanismos, que são os requerimentos, em que essa informação é veiculada, e esses requerimentos são de consulta pública de todos, de todos os deputados e também do público em geral, e essa deve ser a norma. Não devem os deputados do Partido Socialista ter um acesso privilegiado à informação. Devo dizer que, por exemplo, a semana passada solicitei alguma informação a algumas escolas e as escolas, vejam bem!, estão melhor preparadas.

Diziam: “O Sr. Deputado tem que pedir isso por requerimento”.

Eu disse: “Com certeza, com certeza”.

O que quer dizer que o Sr. Secretário Berto Messias fez um bom trabalho a esse nível, mas isto não pode servir apenas para os deputados da oposição. Ou seja, esse acesso à informação tem que ser um acesso universal porque é assim que funciona a democracia.

Deputado José San-Bento (PS): Se o senhor soubesse das dificuldades que a gente tem!

O Orador: Em relação à questão em concreto, eu quero aqui referir o seguinte. É evidente que o modelo anterior era um modelo que tinha resultados objetivos e que permitia que o caso das pequenas cirurgia fosse resolvido com muito maior celeridade.

Deputado Francisco César (PS): Mas por que é que senhor diz isso?

O Orador: A verdade é que desde que se fez essa alteração, desde que se introduziu a centralização neste processo, coisa que o Partido Socialista tem vindo a fazer sistematicamente no âmbito da administração regional, as coisas não funcionam. Os períodos de espera aumentam e os recursos não são

utilizados de uma forma racional e não existe maior celeridade no âmbito da resolução dessas questões. Aliás, eu nestas questões gosto sempre de ler o que dizem os especialistas nesta área, por exemplo o que diz a Sra. Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos que é uma pessoa absolutamente avalizada. É uma especialista no setor, é alguém em quem eu confio. Eu, que sou professor e não sou especialista na área.

Deputado José San-Bento (PS): Mas o Sr. Deputado é excelente!

O Orador: Há aqui outros deputados que são especialistas de tudo, mas eu nesta matéria tenho mais alguma humildade democrática. Não é o caso do Sr. José San-Bento que sabe de tudo ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Apoiado!

O Orador: ... e é um grande especialista de saúde, que já aqui nos presenteou também com discursos inflamados em relação a essa matéria.

Mas devo dizer o seguinte. O que é que a Sra. Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Médicos disse? Reconheceu que a lista de espera tem aumentado para as pequenas cirurgias porque os recursos são partilhados com os do bloco operatório, apesar de serem em salas diferentes. A Sra. Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores não sabe do que é que está a falar? Devo confiar no que me diz a Sra. Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores ou devo confiar no que diz o Sr. Deputado José San-Bento? Eu acho que o que diz a Sra. Presidente do Conselho Médico da Região Autónoma dos Açores merece-me toda a credibilidade.

Deputado Francisco César (PS): Então estamos a fazer este debate aqui para quê?

O Orador: E mais que isso. Disse também que a falta de enfermeiros tem como consequência o fecho das salas do operatório. Disse ainda que a necessidade

formativa para enfermeiros desempenharem funções nas salas é mínima e que haveria mais doentes e mais médicos se a sala estivesse disponível.

Portanto, é um especialista neste setor que tem esta visão e que tem esta perspetiva informada, por isso eu considero que o conjunto de argumentos apresentados ao longo deste Projeto de Resolução e também aqueles que se podem recolher no âmbito do relatório, apontam para o facto de o Projeto de Resolução aqui apresentado por parte do PSD ser um Projeto de Resolução que é absolutamente racional e que iria facilitar e resolver com maior celeridade os problemas das pessoas.

E, por isso, a Representação Parlamentar do PPM irá vota favoravelmente esta iniciativa.

Deputado José San-Bento (PS): O André Ventura que acha disso?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, no seguimento deste debate, algumas questões já foram aqui levantadas, algumas não deixam de ser um pouco caricatas, nomeadamente aqui a posição do Partido Comunista em relação à descentralização porque penso que não entendeu que o que estava aqui em causa seria um método de contratualização, eventualmente de jovens cirurgiões e cirurgiões reformados à margem do circuito do Serviço Regional de Saúde. Não uma descentralização, mas uma contratualização e, portanto, um outro tipo de parceria que supostamente não está muito nas vossas proposta da nova Lei de Bases para a saúde, onde isto nem sequer é referido porque não aceitam.

Em relação ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Sr. Deputado Paulo Estêvão, não é o uso da sapiência. É trabalho. Eu usei três dados. Não é difícil obter três dados quando se conhecem pessoas, quando se conhecem diretores de serviço, não é o

Governo, e o senhor também os pode ter se os perguntar porque não são secretos e fazem parte de uma atividade assistencial.

Por outro lado, Sr. Deputado, inclusivamente parece que os meus dados não são iguais aos do Governo.

Vejam só. Quem me informou, nem sequer informou igual ao do Governo.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: Mas eu não estou preocupado por os dados não serem iguais. A mim o que me preocupa é nós entendermos o fenómeno, ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... e aqui o que é para entender é que com 30 ou com 38 ou com 40, a sala de pequena cirurgia do hospital de Ponta Delgada estava subaproveitada e que poderia ser mais rentabilizada.

E senão, vejamos o que é que disse a Sra. Presidente do Conselho Médico da Ordem dos Médicos. Ela disse assim: “A produção acrescida que existe para as cirurgias normais pode ser implementada para as pequenas cirurgias. Contudo, esta solução não resolveria o problema porque não é de todo saudável que este volume de utentes se passeie pelos corredores em frente ao bloco”.

Mas então é a sala que não dá resposta ou é o problema de as pessoas passear em frente ao bloco que não resolve o problema?

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

O Orador: Oh Sr. Deputado, é assim. Aquilo que as pessoas dizem e dizem com propriedade, a gente reconhece. Aquilo que as pessoas dizem e que é infeliz, a gente tem que dizer que é infeliz, e neste caso é uma afirmação infeliz. Não diz a bolota com a perdigota.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários:

Depois da explicação dada pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, fico cada vez mais convencido de que há aqui uma incoerência por parte daquelas que foram as afirmações feitas pelo Sr. Deputado Faria e Maia em sede de Comissão em que acaba por afirmar que a sala de pequena cirurgia do hospital de Ponta Delgada está muitas horas sem qualquer tipo de ocupação, e depois perante os dados dados pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, eu não fico pelo menos com essa impressão.

Fico com a impressão que de facto há uma grande produtividade nesta sala de pequena cirurgia, produtividade essa que tem vindo a crescer ao longo dos vários anos. Mas essa é uma incoerência que me parece aqui neste debate de menor importância.

Mas quero referir aqui e salientar um dado que foi dado pelo Sr. Secretário Regional da Saúde e que nos diz que em 2018 só na especialidade de cirurgia geral foram realizadas na sala de pequena cirurgia do hospital de Ponta Delgada 616 cirurgias, o que significou um acréscimo de 32% relativamente a 2017.

E mais. O Sr. Secretário até referiu que esta especialidade, cirurgia geral, poderia ser feita nos centros de saúde, que era uma possibilidade. E parece-me que haveria aqui um ganho se estes médicos de cirurgia geral se pudessem fazer deslocar aos centros de saúde, e neste caso conforme a proposta feita pelo Grupo Parlamentar do PSD, aos centros de saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande, para fazer cirurgias porque isso permitiria uma agilização de todo o processo, levaria menos tempo para que o utente pudesse ser assistido, pudesse ser intervencionado e ganharia não só o utente mas também todo o sistema, que ficaria, assim, mais leve e teríamos listas de espera também menos pesadas.

Também fiquei aqui com a ideia que de facto o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia não é propriamente contra a possibilidade de se realizarem pequenas

cirurgias nos centros de saúde. O que o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia acaba por dizer é que há aqui uma impossibilidade que é transmitida pela Ordem dos Médicos que, pelo que eu percebi, proíbe na Região que médicos de clínica geral possam efetuar pequenas cirurgias.

Também é verdade que o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia acabar por assumir que o próprio Serviço Regional de Saúde chegou a abrir formação para médicos de clínica geral poderem realizar pequenas intervenções cirúrgicas e que simplesmente não houve qualquer interesse pelos médicos de clínica geral em atender essa oferta formativa.

Fico aqui na dúvida se de facto o problema é a falta de interesse dos médicos de clínica geral ou se é uma impossibilidade que é imposta, digamos assim, pela Ordem dos Médicos na Região.

E, portanto, fico com a ideia de que o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia não é perentoriamente contra a possibilidade de se realizarem pequenas cirurgias nos centros de saúde. Se fosse possível realizá-las, logo que fosse por um cirurgião geral. Não vejo qualquer problema de aproveitar aqueles que são os cirurgiões gerais que neste momento prestam o seu serviço no hospital de Ponta Delgada e que pudessem prestar esse serviço nos centros de saúde da Ribeira Grande e de Ponta Delgada.

Agora, eu penso que este Projeto de Resolução do PSD até podia ser mais abrangente, mais ambicioso. Em vez de ser somente nos centros de saúde de Ponta Delgada e Ribeira Grande, porque não noutros centros de saúde de São Miguel, por exemplo?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as casas do povo!

O Orador: Faria todo o sentido. Quem sabe?

Essa é a pergunta que deixo no ar.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma intervenção muito rápida para questionar o Sr. Secretário Regional de uma forma muito simples. Dos 616 doentes que efetuaram pequenas cirurgias pela cirurgia geral em 2018, qual a data de inscrição do doente mais antigo para a pequena cirurgia e qual a data de inscrição na consulta hospitalar de cirurgia geral que, por sua vez, o referenciou para a pequena cirurgia?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, obviamente que relativamente a essa questão não tenho aqui informação para lhe dar. Tenho informação estatística, foi aquela que eu revelei. Portanto, relativamente a essa situação, nem qual é a data, nem qual é nome dessa pessoa, nem qual foi o médico que a referenciou na consulta, nem o que operou, nem quem foi o enfermeiro que assistiu (se assistiu) a essa operação.

Aquilo que eu sei é que em 2018 houve 616 atos cirúrgicos na sala de pequena cirurgia feitos por médicos de cirurgia geral.

Mas relativamente a questões que vieram aqui há bocadinho à baila, eu retiraria da intervenção do Sr. Deputado João Paulo Corvelo apenas uma coisa, se ele me permite, que é a palavra proximidade. Proximidade porque é aquilo que efetivamente se tem vindo a fazer nos cuidados de saúde primários porque os cuidados de saúde primários têm atualmente outra organização apontando,

obviamente, para essa proximidade, que é a que com mais profissionais de saúde e valências agirem no âmbito daquela que é efetivamente a sua missão.

E efetivamente, ao longo destes últimos dois anos, temos vindo a contratar mais enfermeiros e mais médicos para estarem ao serviço dos cuidados de saúde primários. Aliás, é de referir, já que estamos aqui a mencionar um dos centros de saúde, que é o da Ribeira Grande, frisar que no final de 2018 foi alcançada a cobertura por médico de família porque conseguimos a contratação de mais médicos de família.

Essa proximidade, e ao longo desse período de 2012/2018, onde foram alteradas a localização das pequenas cirurgias, permitiu que os centros de saúde atuassem naquela que é a sua missão principal: a prevenção, educação e promoção da saúde.

Por exemplo, posso citar que nesse período de 2012 a 2018, no Centro de Saúde da Ribeira Grande, nós aumentámos 71,8% das consultas dos médicos de família, e isto ao nível de saúde de adulto, da mulher, do planeamento familiar e da vigilância da gravidez, e na saúde infantojuvenil. Foi isso que os médicos de família fizeram durante este período.

Mas também aumentámos as consultas de medicina dentária, em 3,9%, de psicologia, que duplicaram durante esse período, de nutrição, de enfermagem também.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Sra. Presidente, isto são completamente fora do âmbito deste diploma!

O Orador: Portanto, proximidade é isso mesmo. É os cuidados de saúde primários, fazerem aquilo que efetivamente estão destinados a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional não me respondeu à pergunta que lhe coloquei, porque é evidente que ao senhor não lhe dá jeito dar essa informação. Se o senhor respondesse à pergunta que eu lhe fiz, nós iríamos chegar à conclusão que o tempo decorrido entre a consulta do médico de família ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): O senhor sabe a resposta?

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor tem esses dados?

O Orador: ... e a consulta de cirurgia geral no hospital de Ponta Delgada e o intervalo a que se deveria adicionar da consulta de cirurgia geral que determinou a realização da pequena cirurgia até à realização da pequena cirurgia, ...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Como é que sabe a resposta?

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor tem informação privilegiada! Rasgam-se as vestes!

O Orador: ... isso não lhe dá jeito dizer, Sr. Secretário. São os tais meses que as pessoas estão à espera muito superiores aos tais 15 dias do passado barroco que o Sr. Deputado Faria e Maia não quer que volte atrás!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputada Sónia Nicolau (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: Essa é que é a questão!

Portanto, o senhor vem aqui com números absolutos, 616 cirurgias realizadas.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que o senhor sabe esses números?

O Orador: Aumentou a produção relativamente ao ano anterior de 40%.

Sr. Secretário Regional, quanto tempo levaram estes doentes à espera?

Responda-me.

O senhor não responde porque não lhe dá jeito responder.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, tem a palavra

(*) **Secretário Regional da Saúde (Rui Luís):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, caros colegas Membros do Governo:

Sr. Deputado Luís Maurício, eu posso convidá-lo a vir aqui à minha secretária verificar se nestes documentos eu tenho essa informação.

Eu respondi ao Sr. Deputado a dizer: “Não tenho essa informação”.

Deputado Luís Maurício (PSD): Como é que o senhor não tem essa informação!

O Orador: O Sr. Deputado quer vir aqui ver? Venha sentar-se um pouco ao pé de mim para ver.

Essa informação não a tenho. Não é a questão de dar jeito ou não dar jeito.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Dava jeito ao senhor, eu não tenho essa informação. Estou a ser ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Dá jeito aos doentes! Não dá jeito a mim, nem ao senhor, dá jeito aos doentes!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção para clarificar alguns aspetos que eu acho que se impõem serem clarificados, atendendo à latitude, o que é saudável, que o debate teve, mas que penso que poderá ter corrido o risco de introduzir aqui alguma confusão.

Em primeiro lugar, nós não podemos aceitar, de forma alguma, que se tente transformar o trabalho competente, diligente e conhecedor de um deputado sobre estas matérias com um qualquer privilégio no acesso a informação confidencial.

Isso é falso, isso não é verdade. Esses dados que foram aqui apresentados resultam do trabalho empenhado, dedicado e que eu várias vezes pude testemunhar do meu colega Dionísio Faria e Maia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Tenho que reconhecer que o senhor foi perspicaz!

O Orador: E, portanto, isso tem que ficar absolutamente claro.

Em segundo lugar, convém dizer que a Ribeira Grande é um conselho, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já cá faltava!

Deputado Luís Maurício (PSD): Nem os jornalistas já pegam!

O Orador: ... à semelhança dos outros conselhos da Ilha de São Miguel, para falar na ilha que está em causa, que tem várias valências na área da saúde, valências da maior importância e que têm constituído um grande reforço na acessibilidade ao sistema e na cobertura por cuidados de saúde da população do concelho da Ribeira Grande.

E vejo agora, inclusivamente, que o Sr. Presidente da Câmara está muito interessado em contratar.

Deputado Luís Maurício (PSD): Nessa os jornalistas não caem!

Deputado Francisco César (PS): Nós não trabalhamos para os jornalistas!

O Orador: Oh Sr. Deputado, deixe-me concluir. Eu estou a tentar esclarecer a situação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Sra. Presidente, eu registo essa hipersensibilidade do PSD quando se fala no Presidente da Câmara da Ribeira Grande.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Pode ser da Câmara da Praia da Vitória ou de Angra! Pode dar exemplos!

O Orador: A proposta do PSD visa o concelho da Ribeira Grande, não sou eu que estou a puxar o assunto. Ora bem.

Mas é bom que se diga que a preocupação em contratar médicos, uma notícia de 2013, de medicina geral e familiar para o concelho foi algo que a Câmara da Ribeira Grande nunca conseguiu cumprir, mas a Região já está, como já foi aqui aliás debatido recentemente, em vias de completar a cobertura de cuidados primários de saúde através da contratação de vários médicos, precisamente de medicina geral e familiar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quando?

O Orador: A muito breve trecho, Sr. Deputado. Já foi aqui dito. Eu não lhe posso precisar. Não irei fazer a demagogia que a sua colega já fez aqui há alguns meses de que arranjará assim sete anestesistas e até hoje nenhum deles apareceu.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Já disse que arranjo, mas o Sr. Secretário recusou!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Arranjo! Arranjo!

O Orador: Está bom, mas não aponte.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Arranjo sim senhor!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Presidente de Câmara é que disse que conseguia!

O Orador: Sra. Deputada, a senhora pode não apreciar a minha pessoa, as minhas intervenções, ma há uma coisa que eu lhe queria dizer.

Eu sou sempre sério nas intervenções que aqui faço e procuro estudar-me e informar-me sobre os assuntos. E, portanto, não vale a pena, Sra. Deputada, nós baixarmos o nível da intervenção porque até sei que não é esse o seu timbre.

Em terceiro lugar, eu gostava de dizer que nós não devemos confundir pequenas cirurgias feita em ambulatório, ou seja, que não carecem de internamentos, com cirurgias especializadas, que essas sim carecem de internamento e até de trabalho prévio especializado.

(Aparte inaudível)

Sr. Deputado, não esteja a brincar porque esta confusão foi lançada aqui, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde?

O Orador: Se o Sr. Deputado estivesse com atenção às intervenções que foram aqui feitas, tinha percebido que foi feita essa confusão.

Em quarto lugar, eu gostava de dizer que quando nós falamos de descentralização, obviamente o meu colega aqui disse e também nós todos concordamos, em princípio a questão da descentralização é uma questão que apoiamos, mas nós temos que ter em conta que o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada tem capacidade para responder ao aumento da procura e nós estamos a concentrar a otimização de recursos e a racionalização de meios nessa unidade hospitalar e isso está a ter resultados concretos, aliás, já foi aqui falado num acréscimo de produção de 40%.

E, portanto, é isso que interessa e é isso que traz melhoria na cobertura da saúde e na resposta do sistema aos cidadãos, quando ainda mais estamos a falar de uma distância de 20 quilómetros, de 15 minutos.

E, portanto, esta estratégia que tem sido seguida de otimizar os recursos, de racionalizar os meios, as estatísticas indicam isso, está a ter resultado, está a servir os açorianos, está a melhorar a saúde dos açorianos e por isso mesmo é uma boa estratégia que deve continuar a ser seguida, sem excluir que no futuro, ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Coitado de quem espera!

O Orador: ... com outras circunstâncias, noutra fase, seja possível proceder a outras medidas de descentralização.

Mas neste momento, a estratégia que o Governo está a seguir é a estratégia correta, é a estratégia certa, e consequentemente o PS não aprovará esta proposta do PSD.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Posso ter saído numa altura ou outra do debate e não ter ouvido uma ou outra expressão, mas não acredito que o Sr. Deputado, e também médico, Luís Maurício, não saiba distinguir entre uma cirurgia e o grau de dificuldade de especialidade, etc., etc..

O Sr. Deputado José San-Bento acaba de dizer que há cirurgias feitas em ambulatório que não são de especialidade e, portanto, não precisam de internamento.

Deputado José San-Bento (PS): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Foi isso que o senhor disse.

Oh Sr. Deputado, há cirurgias altamente especializadas, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor leu a proposta do PSD?

O Orador: ... feitas em ambulatório, que o doente entra de manhã e à noite vai para casa. Cirurgias altamente especializadas que não têm que ser feitas em ambiente hospitalar. São cirurgias altamente especializadas que o doente tem alta, feitas em ambulatório, que o senhor diz que não existem. Existem, ainda bem que existem para o conforto dos doentes, para diminuir o internamento, para poupar em custos e era isso que devia ser feito sempre que possível. Até por laparoscopia, cirurgias bem complicadas que são feitas em ambulatório. Pequenas hérnias, laparoscopia, etc., etc., em que o doente entra de manhã e sai à noite.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, leia o diploma!

O Orador: E, portanto, se o senhor não sabe, fica a explicação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu não respondi à pergunta que me tinha sido colocada pelo Sr. Deputado Paulo Mendes. Naturalmente que nós aqui propomos a reabertura em dois centros de saúde que concentram 80% da população de São Miguel. Portanto, a Ribeira Grande receberia Vial Franca, Povoação e Nordeste, e Ponta Delgada recebia o próprio concelho de Ponta Delgada e Lagoa.

Isso sim, é racionalização. Isso sim é pensar devidamente na otimização dos recursos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado João Paulo Ávila (PS): O senhor inventou isso agora!

Deputado José San-Bento (PS): Onde é que está a proximidade?

O Orador: Mas oh Sr. Deputado José San-Bento, eu não resisto em poder responder-lhe sobre aquilo que vossa excelência procura fazer que é a desvalorização da nossa proposta, dizendo que o concelho da Ribeira Grande fica a 20 quilómetros de Ponta Delgada. Isto é o centro da Ribeira Grande, Sr. Deputado. Sabe quanto tempo leva um cidadão dos Fenais da Ajuda, que fica no extremo do concelho da Ribeira Grande, a chegar a Ponta Delgada?

Deputado Francisco César (PS): E do Nordeste?

Deputado Carlos Silva (PS): E do Nordeste para a Ribeira Grande?

O Orador: É o mesmo que os senhores fizeram pelas suas políticas, fazer esta gente perder dias de trabalho. Sabe para quê? Para colher sangue para fazer análises porque os senhores encerraram o laboratório de análises clínicas na Ribeira Grande.

Deputada Mónica Seidi (PSD) e Deputado Bruno Belo (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Para fazer uma ecografia porque os senhores encerraram a valência das ecografias no centro de saúde da Ribeira Grande.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Para fazer um raio-x depois das oito da noite, um cidadão dos Fenais da Ajuda chega ao Centro de Saúde da Ribeira Grande, caiu, há suspeita de fratura, urgência do hospital de Ponta Delgada. Os senhores acabaram com o raio-x da Ribeira Grande.

Os senhores acabaram com a valência das mamografias, havia lá um técnico, olhe, por acaso tio do anterior Secretário Regional da Saúde, que as fazia no Centro de Saúde da Ribeira Grande, os senhores acabaram.

Portanto, se há alguém que acabou e desmantelou os centros de saúde, nomeadamente da Ribeira Grande, foram os senhores! Não foi mais ninguém!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, nós estamos aqui para defender as pessoas, defender a celeridade da resposta e do tratamento às pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, Sr. Secretário Regional, folgo muito em saber que a taxa de ocupação da cirurgia geral na sala de pequena cirurgia é de 87%. Isto quer dizer que em cada 10 tempos cirúrgicos, só um não é utilizado. O senhor quer fazer-me acreditar que uma taxa de utilização de 100%, que nunca é atingida em termos teóricos, resolverá a lista de espera? Não me faz acreditar nisso.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: E mais uma vez lhe digo, Sr. Secretário Regional, o senhor não respondeu à minha pergunta. Quanto tempo esperaram os doentes mais antigos dos 616 que foram operados em 2018 para a realização da pequena cirurgia? O senhor não diz não é porque não lhe dá jeito a si nem a mim, sobretudo não dá jeito ao doente, que esperou muitos meses quando antes esperava 15 dias e resolvia o seu problema!

Essa é que é a verdade, Sr. Secretário, e que lhe custa reconhecer.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS)**: Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente, queria também corresponder aquilo que foi aqui dito.

Oh Sr. Deputado, obviamente que nós somos sensíveis a essas questões de acessibilidade. O senhor faz-me aqui uma pergunta, quanto tempo é que leva uma pessoa do extremo do concelho.

Deputado Luís Maurício (PSD): Dos fenais da Ajuda!

O Orador: Sr. Deputado, nós fizemos novas infraestruturas rodoviárias e para lhe dizer a verdade não sei quanto é que é essa tempo, mas é óbvio que essas realidades alteraram-se profundamente!

E é preciso também percebermos ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Por isso é que colocaram uma ambulância SIV no concelho da Ribeira Grande! É por causa da acessibilidade!

O Orador: Isso é urgência pré-hospitalar. Oh Sr. Deputado, não vamos agora ... isso é que não vale a pena, isso é que é uma confusão completamente desnecessária. Isso é um argumento que só ilude as pessoas, Sr. Deputado. Sabe que estamos a falar de situações completamente distintas. Urgência pré-hospitalar, Sr. Deputado.

Estamos a falar de casos potencialmente muito graves e com certeza que aí a abordagem é diferente.

Deputado Luís Maurício (PSD): Absolutamente!

O Orador: Não estamos a falar de pequenas cirurgias, Sr. Deputado. Francamente!

Deputado Luís Maurício (PSD): É que a SIV para a Ribeira Grande devia ser disponibilizada para o Nordeste também!

O Orador: Não estava à espera desse argumento. E é preciso que se perceba que nessa lógica nós estamos a otimizar recursos, a racionalizar meios. Nós

estamos numa fase em que algumas medidas de descentralização podem fazer baixar a eficiência. Nós também já tivemos essa discussão aqui no passado, Sr. Deputado. O senhor não quer, de forma nenhuma, convencer-se disso. Mas não quer convencer-se por razões políticas, por razões eventualmente político-partidárias.

Deputado Luís Maurício (PSD): Sr. Deputado, não me acuse disso!

O Orador: É o que parece, Sr. Deputado. Porque o senhor sabe perfeitamente que algumas medidas a esse nível de descentralização podem fazer baixar os índices de eficiência. Admito que não os padrões de qualidade mas os índices de eficiência na capacidade de resposta instalada no setor público, portanto, no Serviço Regional de Saúde, e isso é uma questão que também nos preocupa. Por isso é que o disse, Sr. Deputado.

Ninguém aqui desvalorizou a vossa proposta do ponto de vista do mérito que ela possa vir a ter numa situação futura, com outras circunstâncias.

Deputada Mónica Seidi (PSD): A gente já estamos habituados a isso!

Deputado Luís Maurício (PSD): A gente já sabe como é que isso funciona!

O Orador: Não é questão de estar habituado a como isso funciona, Sr. Deputado. Também não vale a pena ter o complexo da perseguição, não é disso que se trata.

Deputado Luís Maurício (PSD): Não! É da otimização dos blocos operatórios!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: Nós abordamos as vossas propostas como as propostas de qualquer partido da oposição, fazendo um juízo de mérito, um juízo de oportunidade, com todo o cuidado, uma ponderação em que envolvemos vários colegas nossos nesse processo.

Portanto, ninguém está aqui a querer fugir daquilo que é a realidade e da ponderação cuidadosa que estas questões nos merecem. É bom que isso fique absolutamente claro.

O que eu estou a dizer, Sr. Deputado, para não me repetir face à minha última intervenção, é que no ponto em que as questões estão, com essa capacidade de resposta que o HDES ainda tem, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... nós achamos que essa medida que o PSD aqui propõe, não deve ser aprovada por essas razões. Eu já tive oportunidade de explicar e o meu colega aqui também fez uma explicação até muito mais detalhada do que a minha, Sr. Deputado. É disso que se trata.

Portanto, não vale a pena esse argumento de que nós chumbamos uma proposta porque ela vem do PSD, Sr. Deputado. Ninguém acredita nisso. Aliás, nós aqui já tivemos um debate em que ficou claro. O PS já aprovou propostas de todos os partidos da oposição nas mais diversas circunstâncias, incluindo no debate do plano e orçamento.

Sejam essas propostas meritórias e nós estaremos aqui para as analisar e para votar a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PS esgotou o seu tempo para este debate.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários, Sra. Secretário Regional:

O debate já se vai alongando no tempo, e o debate começou e prosseguiu mediante um princípio que pareceu, e é fundamental, que é da prestação de cuidados de saúde de proximidade.

Aqui a proximidade só pode querer dizer que as pessoas possam ter, independentemente da ilha onde residem, acesso a esses mesmos cuidados.

Mas no caso da pequena cirurgia, de facto, fizeram-se aqui algumas confusões, sendo que qualquer tipo de intervenção cirúrgica, incluindo pequenas cirurgias, mesmo aquelas que são prestadas em regime de ambulatório, todas a cirurgias

têm um risco associado. E por isso é que a realização de qualquer tipo de cirurgia, mesmo as pequenas cirurgias, devem estar sempre cobertas por um hospital de referência que possa prestar o devido cuidado se alguma coisa correr mal, porque toda a cirurgia tem sempre um risco associado.

Por isso, até se pode compreender a dificuldade, por exemplo, na realização de pequenas cirurgias em ilhas como nas Flores, em São Jorge, em Santa Maria, poderão haver algumas dificuldades à realização dessas cirurgias.

A proposta do Grupo Parlamentar do PSD poderá ser um bom princípio para começarmos a pensar na descentralização da prestação deste tipo de cuidados, e dessa forma também prosseguir aquela que é uma política de proximidade na prestação destes cuidados.

Mas quero-me referir a um centro de saúde ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... que quando foi inaugurado, foi inaugurado com a perspetiva de vir a prestar mais cuidados de saúde do que neste momento presta. Um centro de saúde como o centro de saúde da Madalena que tem um hospital de referência (o Hospital da Horta) a poucos minutos de distância. E na altura em que foi inaugurado pelo ex-Presidente do Governo Regional, Carlos César, o ex-Presidente do Governo Regional disse que se tratava de um investimento de 10 milhões de euros que representava um compromisso de honra para com os Picoenses.

Já há muito que se esperava, e que se espera, uma unidade de saúde que pudesse dar resposta às pequenas e médias cirurgias, assim como aos partos. Ou seja, quando foi inaugurada esta estrutura de saúde, era para atingir outros cuidados de saúde para além até mesmo das pequenas cirurgias.

A minha questão, Sr. Secretário, é simples. Porque é que dadas as circunstâncias, dadas as condições que neste momento existem no Centro de Saúde da Madalena e dada a proximidade do Hospital da Horta, ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Mendes, esta questão já não tem nada a ver com o assunto que está aqui a ser debatido.

O Orador: ... porque é que não se realizam pequenas cirurgias no Hospital da Horta?

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo também para este debate.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Luís Maurício, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sei que o Sr. Deputado José San-Bento já não tem mais tempo para intervir, portanto, não o vou interpelar.

Deputado José San-Bento (PS): Pode interpelar! Só não pense que nós votamos contra por ser do PSD!

O Orador: Só vou dizer-lhe o seguinte. Já não é a primeira vez que o Partido Socialista se mostra contra propostas do PSD e que depois mais tarde as vem reconhecer como válidas e implementa-as.

Queria só recordar-lhe aquilo que se passou em janeiro de 2014 com uma proposta nossa segundo a qual a única via para se iniciar o processo de recuperação dos doentes que estavam em espera cirúrgica, era iniciar-se o processo de produção adicional. Isto é, fora do horário normal de trabalho, utilizando as instalações.

Deputado José San-Bento (PS): E o que é que nós dissemos na altura?

O Orador: Na altura, os senhores não aceitaram, disseram que era uma cópia daquilo que o Governo estava a fazer, e sempre com o mesmo princípio, que, perdoem-me a expressão e sem qualquer tipo de intenção secundária, era quase

uma mensagem bíblica. Primeiro temos que maximizar a utilização dos blocos operatórios dos hospitais ...

Deputado José San-Bento (PS): Disse isso várias vezes!

O Orador: ... e só depois é que partimos para a produção adicional.

Olhe, nessa altura, a exemplo do que se passa agora nas pequenas cirurgias, a taxa de ocupação dos blocos operatórios em tempo normal já tinha ultrapassado em muito a sua capacidade, e os senhores não quiserem reconhecer isso na altura. Vieram a reconhecer dois anos mais tarde, implementaram a produção cirúrgica adicional, primeiro até um teto de 25% sobre aquilo que se produzia em tempo normal e depois aumentando para 50%.

Portanto, eu só desejo, Sr. Deputado José San-Bento, que a exemplo do que se passou com essa proposta do PSD, que também se venha a passar com a proposta que agora aqui apresentamos.

Deputado José San-Bento (PS): Veremos!

O Orador: Os senhores vão chumbar esta proposta. Esperemos que dentro em breve os senhores venham a reconhecer o erro dessa decisão porque não há maximização jamais possível das salas de pequena cirurgia que responda a esses doentes.

Nós pacientemente esperaremos. Temos é apenas e só muita pena daqueles que sofrem e que sofrem sobretudo com o atraso do processo de decisão que nós entendemos que deveria ser tomado desde já.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor acha que alguém acredita nisso?

O Orador: Lamentamos isso em nome dos doentes que esperam. Esperemos por melhores notícias quando os senhores entenderem dá-las.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Resolução foi rejeitada com 29 votos contra do Partido Socialista, 19 a favor do PSD, quatro do CDS-PP, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um do PPM.

Deputado Bruno Belo (PSD): Orgulhosamente sós!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Encerramos assim este nosso ponto da agenda.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional da Saúde e restantes Membros do Governo: O PSD trouxe a esta Casa este Projeto de Resolução convicto de que está a defender os interesses dos doentes. Dos doentes que até 2013 tinham uma solução que lhes permitia resolver as suas pequenas cirurgias num espaço de tempo curto, aquilo a que durante este debate eu disse por diferentes vezes. Aquilo que se resolvia em 15 dias com o funcionamento das salas de pequena cirurgia nos centros de saúde da Ribeira Grande e Ponta Delgada resolvem-se

agora em meses com a centralização que o Governo Regional entendeu fazer deste tipo de procedimentos no hospital de Ponta Delgada.

E se melhor prova houvesse, ela verificou-se neste debate: a incapacidade que o Sr. Secretário Regional da Saúde teve de responder a uma questão que de forma repetida lhe coloquei. Não foi capaz de me dizer o prazo de inscrição ...

Presidente: Sr. Deputado Luís Maurício.

O Orador: ... dos doentes operados em 2018.

Queria também dizer que nós apresentámos esta proposta cientes de que estávamos a resolver o problema dos doentes, cientes que estávamos a racionalizar recursos porque os cirurgiões e os enfermeiros que trabalham na sala de pequena cirurgia do hospital de Ponta Delgada trabalham também no bloco operatório do mesmo hospital, e entendíamos que essa tarefa devia ser centralizada no bloco central e as pequenas cirurgias que pudessem ser realizadas nos centros de saúde deveriam ser descentralizadas pelos centros de saúde, racionalizando recursos e fazendo com que esses centros de saúde através da contratação de pessoal médico que está disponível para o fazer, respondesse às necessidades dos doentes.

Temos pena que na ausência do conhecimento de números oficiais, mas na certeza, porém, de que a decisão de 2013 de concentração das pequenas cirurgias no hospital de Ponta Delgada foi uma decisão errada, o PSD tem a sua consciência tranquila perante os açorianos, mas sobretudo perante os doentes que esperam à demasiado tempo para serem atendidos e verem resolvidos problemas de saúde tão simples que, repito, poderiam ser resolvidos em 15 dias quando agora são resolvidos em meses.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio Faria e Maia.

(*) **Deputado Dionísio Maia (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra este Projeto de Resolução, relendo os motivos invocados, porque defendendo, e como foi aqui demonstrado, de início uma descentralização baseada em estudos, baseada em relações custo-benefício e nas possibilidades que o sistema tem ainda de resposta a esta questão, porque não ficou demonstrado que não seja possível a racionalização dos recursos técnicos e humanos ainda disponíveis.

E, portanto, nós somos defensores da adequação dos meios existentes, somos defensores da racionalização dos recursos, somos defensores das respostas necessárias e estamos a trabalhar para isso.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18h45.

Eram 18 horas e 12 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, peço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalho.

Eram 18 horas e 53 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto nove da agenda: Proposta de Decreto Legislativo Regional N.º 36/XI – “Décima terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A, de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril, 1/2018/A, de 3 de janeiro e 6/2019/A, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo para apresentar o diploma.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional visa dar cumprimento aos princípios definidos e aprovados no último orçamento da Região, nomeadamente no que concerne ao aumento da remuneração complementar da administração pública regional.

Conforme aprovámos no último orçamento, a remuneração complementar será aumentada 12% nos Açores e esta proposta visa operacionalizar esse mesmo aumento.

Mas como esse aumento implicaria que, conjugado com o facto de a remuneração mínima da administração pública regional ter passado de 580 para 635 euros, e para que os funcionários públicos com menor rendimento beneficiassem na íntegra da remuneração complementar, também fizemos alterações nos escalões da remuneração complementar. Assim, passando a ter o direito de auferir 100% da remuneração complementar, que até agora eram os

rendimentos até 580 euros, passou para os 635 euros, beneficiando também aqueles que têm um rendimento entre os 619 e os 669 euros, passam a beneficiar de 90% da remuneração complementar, introduzindo, por essa via, uma benefício adicional em termos de remuneração complementar a quem ganha até 669 euros.

Com a conjugação desta medida, o aumento da remuneração complementar e com o aumento da remuneração mínima na administração pública, assegura-se que os funcionários públicos com menor rendimento tenham em 2019 um acréscimo de 62 euros por mês da sua remuneração, o que representa um aumento de 868 euros de remuneração anual nos funcionários públicos com menor remuneração, ou seja, um aumento de 10% da sua remuneração bruta, o que é, sem dúvida, o maior aumento de remuneração na administração pública para quem tem menos rendimentos de há muitos anos a esta parte.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Com esta medida, não só cumprimos um compromisso assumido nesta Assembleia, mas particularmente asseguramos um crescimento da remuneração complementar, valor muito superior àquele que se tinha verificado em anos anteriores, assegurando por essa via uma reposição clara do rendimento disponível daqueles que têm menos rendimentos.

Com esta medida, asseguramos também que os funcionários públicos da Região, aqueles que tenham menor nível de remuneração, mas não só, porque o acréscimo da remuneração complementar e esse aumento de 12% abrange na componente da remuneração complementar todos os funcionários que ganham até 1300 euros por mês, é um contributo para o aumento do seu rendimento disponível na senda de outros contributos e de outras medidas tomadas para que o rendimento disponível das famílias nos Açores continue a crescer de forma sustentável e continue a crescer de forma muito positiva, beneficiando assim

também o consumo interno e a ativação por essa via da atividade económica na nossa Região.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O combate permanente pela alteração das políticas que não contribuam para o progresso e desenvolvimento da nossa Região deve ser tarefa exigida a todos nós e pela parte do PCP não deixaremos de assumir as nossas responsabilidades, quer quanto à denúncia das políticas em nosso entender desajustadas e prejudiciais para os Açores e os açorianos, e como sempre o fizemos, quer a apresentar e propor as políticas e as medidas que em nosso entender melhor sirvam a Região.

Foi o que fizemos em relação a esta proposta inserida no Plano e Orçamento de 2019.

Além da proposta aqui hoje discutida não deixámos de apresentar um vasto conjunto de alterações e de afirmar as nossas expectativas para que em sede de debate na especialidade a mesma proposta de Plano e Orçamento pudesse vir a ser alterada de modo a contemplar medidas e políticas que desde logo considerávamos e consideramos fundamentais para a recuperação de rendimentos dos trabalhadores e dos açorianos de um modo geral.

Propostas como esta têm um imediato, significativo e direto impacto positivo na vida de todos os açorianos.

Assim, defendemos a coragem de fazer diferente e reafirmamo-lo aqui: o crescimento económico e o combate ao desemprego passam forçosamente por aumentar o rendimento disponível das famílias, por aliviar os sacrifícios sobre

os trabalhadores, por aumentar o poder de compra dos açorianos, para que as nossas empresas voltem a vender, a crescer e a contratar.

Esse é o rumo que defendemos, é neste sentido que intervimos, esse é o sentido de todas as nossas propostas. Assim, destacamos pelo seu alcance e importância, as propostas pelas quais o PCP continuará a batalhar:

- Atualização para 7,5% do montante do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida;
- Aumento do complemento regional de pensão;
- Eliminação das taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde;
- Redução da taxa normal do IVA para 16%, dando pleno uso ao diferencial previsto na Lei de Finanças Regionais;
- Defesa da manutenção no setor público da SATA e da Santa Catarina.

Sendo certo que continuaremos a lutar para que medidas justas sejam inseridas na vida de todos os açorianos. Por ação do PCP foi possível introduzir medidas que respondem a justas reivindicações dos trabalhadores e da população açoriana, mas é preciso fazer muito mais.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta proposta aqui apresentada, no fundo, corresponde e concretiza aquele que foi o aumento de 12% da remuneração complementar aprovada em sede de plano e orçamento com o apoio do PCP, é justo reconhecer. Infelizmente não foi possível ter o mesmo diálogo com os outros partidos, não foi possível ter essa atitude responsável, mas com o PCP felizmente conseguiu-se chegar a um acordo e esse acordo tem uma finalidade muito concreta e um objetivo que é importante realçar, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual diálogo? Houve alguma tentativa de diálogo?

O Orador: ... que é garantir a melhoria das condições de vida dos trabalhadores açorianos, neste caso dos funcionários públicos.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, esta é uma excelente medida, diga-se, e é uma excelente medida por três principais razões.

Em primeiro lugar, evidencia aquele que foi um compromisso assumido pelo Partido Socialista em criar sempre melhores condições para os seus trabalhadores. Isso é agora aqui concretizado.

E também, desta forma, vem permitir aumentar o rendimento disponível das famílias, rendimento este que nos Açores já é superior à média nacional e tem aqui mais um contributo importante.

É uma medida que tem uma alcance muito vasto, abrange cerca de 7500 beneficiários e vem, no fundo, repor um nível de rendimentos mais adequado para os funcionários públicos.

Como foi aqui realçado pelo Sr. Vice-Presidente, vem permitir adequar os escalões da remuneração complementar àquele que é um novo salário mínimo, diga-se, na função pública, alarga e ajusta os escalões. Assegura também um aumento mensal de 62 euros e que no final do ano atinge um aumento próximo dos 900 euros, e garante, assim, uma remuneração mínima, contemplando salário base e remuneração complementar próxima dos 700 euros. Este é um valor importante, é um patamar mínimo que deve servir de exemplo a outros setores de atividade como forma de contribuir para a melhoria do rendimento dos trabalhadores e de forma a dignificar também aquele que é o seu trabalho e que é muito importante.

E para concretizar, o Governo dos Açores, e o Partido Socialista, demonstra aqui que através do diálogo e da concertação social é sempre possível criar mais

e melhores condições de vida e é sempre possível assegurar um aumento digno dos salários dos funcionários públicos, sobretudo daqueles que têm rendimentos mais baixos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários, Sr. Vice-Presidente:

Esta proposta que o Governo Regional hoje aqui nos traz merecerá, com certeza, a aprovação do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda. Aliás, não faria sentido que o sentido de voto fosse outro, até porque dá corpo àquela que foi uma proposta feita em sede de plano e orçamento para 2019.

Agora, não podemos confundir o que não pode ser confundido. Eu sei que as confusões em torno deste aumento, desta atualização da remuneração complementar, esteve envolto em algumas confusões, confusões essas que servem para o Governo Regional, e particularmente o Partido Socialista, tentarem recolher os louros e os méritos de opções políticas que não são ...

Deputado Carlos Silva (PS): E o PCP!

O Orador: ... exclusivamente da sua responsabilidade, que são também responsabilidade de um Governo da República, um Governo da República que por sua vez está condicionado ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor faz parte do Governo da República?

O Orador: ... naquelas que foram as suas opções políticas pela ação do Bloco de Esquerda, do PCP e do Partido Ecologista “Os Verdes”.

E, portanto, se não fosse todo esse cenário, todo este contexto, não sei se o Partido Socialista, e o Governo aqui na Região, teria tido a mesma opção política de atualizar a remuneração complementar e, dessa forma, garantir que os funcionários públicos ganhassem poder de compra relativamente ao passado. Digo que é uma confusão que tem servido e tem dado muito jeito ao Partido Socialista e ao Governo Regional aqui na Região porque permitiu, por exemplo, ter manchetes nos jornais da Região deste género: “Nenhum funcionário público regional ganhará menos do que 700 euros por mês”.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): Mas vai votar a favor ou contra?

O Orador: Ora, como é que isso é possível?

E ainda bem que o Sr. Vice-Presidente, em sede de Comissão, teve o discernimento de distinguir como é que se chegará a este valor.

Deputado Carlos Silva (PS): 55 mais 7!

O Orador: Exato. Este valor só é possível por 55 euros de aumento que se deve ao Governo da República e sete euros que se deve, esse valor sim, da exclusiva responsabilidade do Governo Regional.

Portanto, a este aumento na remuneração complementar, com a vantagem de atualizar os escalões remuneratórios, só é possível graças à ação e à pressão de um Governo da República ...

Deputada Maria Graça Silva (PS): Do Partido Socialista!

O Orador: ... da responsabilidade do Partido Socialista mas altamente condicionado pelo Bloco de Esquerda e pelo PCP.

Se não fosse esse condicionamento, nem sabemos se neste momento na República se teria operado tal aumento na função pública.

Ora, e à laia de simples curiosidade, e somente simples curiosidade, devo recordar que precisamente a 18 de outubro do ano passado estive aqui nesta

Casa em debate e votação duas propostas. Um Projeto de Resolução, creio eu, da responsabilidade do Grupo Parlamentar do PSD ...

Deputado Carlos Silva (PS): Eram só 10%!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não! A do PSD não falava em percentagens! A vontade era tanta!...

O Orador: ... e um Projeto de Decreto Legislativo Regional da responsabilidade da Representação Parlamentar do PCP.

Estas duas propostas visavam essencialmente proceder à atualização da remuneração complementar. À época, o Sr. Vice-Presidente deu-nos uma explicação do porquê de isso não ser possível, de atender tanto a uma como a outra proposta. E deu uma explicação que nos pareceu muito lógica porque é uma explicação que residia no desconhecimento que à época nós tínhamos sobre aquele que seria o aumento dado aos funcionários públicos na República porque ainda não se conhecia qual seria esse aumento e como é que se iria proceder a esse aumento e atualização das tabelas salariais da administração pública.

Sinceramente, eu comprei a sua justificação. À época também disse que o Projeto de Resolução do PSD dava margem e era compatível com aquela que foi a sua explicação, e, portanto, também não se compreende o porquê da desaprovação por parte do Governo Regional da argumentação e do Projeto de Resolução do Grupo Parlamentar do PSD.

É curioso porquê? Porque só a 24 de janeiro é que em Conselho de Ministros se aprovou o salário mínimo de 635 euros para a função pública. 24 de janeiro. E, por alguma razão, a 23 de novembro, ou seja, antes de se ter conhecimento nas mesmas circunstâncias que estávamos a 18 de outubro, há um anúncio por parte do Governo Regional da atualização da remuneração complementar correspondente ao consumidor nos Açores face ao país, de 2012 a 2018, desconhecendo esta circunstância, ou seja, desconhecendo que tipo de

atualização haveria nos vencimentos para a administração pública central, coisa que só foi conhecida a 24 de janeiro.

E, portanto, pela sua mesma argumentação, não teria sido possível a 29 de novembro fazer qualquer tipo de anúncio, e no entanto fizeram.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Bruno Belo, tem a palavra.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar importa recordar aqui aquilo que foi a história da remuneração complementar, e a 18 de outubro de 2018 foram discutidas aqui duas iniciativas que visavam a revisão da remuneração complementar. A do PSD recomendava o Governo que “proceda à atualização da remuneração complementar” num dos pontos resolutivos, e no segundo ponto que “proceda à revisão da atualização da tabela dos valores da remuneração complementar.

Deputado Carlos Silva (PS): Aquela data não era possível!

O Orador: Ora, o Sr. Deputado Carlos Silva vem fazer aqui uma história como se essa proposta de Decreto Legislativo Regional fosse uma inovação. Não é uma inovação.

Deputado Carlos Silva (PS): Não sou criativo!

Deputada Maria Graça Silva (PS): Mas a que é que o senhor chama inovação?

O Orador: E a diferença é que naquela altura tudo serviu para chumbar a proposta do PSD. Aliás, o Partido Socialista foi o único partido que votou contra a proposta do PSD.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas o senhor está a favor ou não da proposta?

O Orador: E há aqui mais uma questão, Sr. Deputado. É que naquela altura a vontade de chumbar a proposta do PSD era tão grande, tão grande, que os senhores até inventaram que o PSD só defendia 10%.

Deputado Carlos Silva (PS): Disse que concordava com os sindicatos!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado, aquilo que o senhor hoje está a dizer é completamente falso. O PSD apresentou uma proposta responsável, séria, a pensar nas pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista falhou e não estava ao lado do PSD naquele dia, mas hoje o PSD vai estar ao lado dessa proposta de Decreto Legislativo Regional a aprovar por causa dos trabalhadores.

Deputada Maria Graça Silva (PS): Porque é boa!

Deputado Francisco César (PS): Hoje o PSD vai estar ao lado o PS?! Está bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Dos trabalhadores!

O Orador: Oh Sr. Deputado, nós procuramos sempre servir da melhor forma que é possível. Nós procuramos a complexidade das coisas a favor das pessoas, mas nós não nos arvoramos de que temos sempre a única solução certa para os problemas, e é aqui que nos diferencia.

Portanto, o PS naquela altura poderia muito bem ter aprovado a nossa proposta, mas não. O PS preferiu colocar o Partido Socialista à frente dos açorianos e por isso chumbou a nossa proposta, e agora vem o governo, e bem!, apresentar uma proposta de Decreto Legislativo Regional que vai rever a remuneração complementar.

Mas há mais. Mas mesmo que até nós tivéssemos apresentado uma proposta de 10%, tal qual como o Sr. Deputado falava, é que naquela altura era impossível aprovar 10%, mas um mês depois já foi possível anunciar 12%.

Deputado Carlos Silva (PS): 12 é melhor que 10!

O Orador: Oh Sr. Deputado, repare uma coisa. O que está aqui em causa são as pessoas, são os funcionários da administração pública que justamente teriam que ver a sua remuneração complementar revista.

Mas há mais. Essa vitória não é uma vitória do PSD, não é uma vitória de nenhum partido, é uma vitória deles, porque também é uma derrota deles os anos todos que o Partido Socialista não reviu a remuneração complementar.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós no CDS, independentemente aqui de quem tem a camisola amarela, quem apresentou primeiro, todos nós temos a razão de queixa de o PS às vezes nos ter, a nós já nos aconteceu, chumbado propostas e a seguir ter apresentado. Chama-se política.

E, portanto, o PSD apresentou uma proposta, e bem, o PS chumbou, e agora vem uma proposta que vem a favor das pessoas. Vem aumentar o rendimento disponível dos açorianos. Para nós, é o que interessa. Sempre que haja uma proposta que venha trazer mais rendimento, melhorar as condições de vida dos açorianos, seja a favor dos açorianos, podem sempre contar connosco. Foi sempre esta a nossa postura, quer a proposta viesse do PSD, quer viesse do PS.

E nesse sentido, parece-me que hoje é um diploma bastante positivo e que sobretudo numa Região que tem um custo de vida superior ao do Continente, também se corrige, que eu presumo que a do PSD não corrigia, o diferencial de

que havia funcionários públicos que ganhariam menos do que o ordenado mínimo regional da privada, por exemplo os hospitais queixavam-se disso.

Com esta proposta fica tudo corrigido e ficam todos a ganhar um pouco mais de rendimento, um pouco mais de disponibilidade e, sobretudo, aumenta a remuneração complementar. Parece-nos que é um diploma bastante positivo.

Agora, o que é engraçado é esta postura do Bloco de Esquerda. Fiquei a saber hoje que o Bloco de Esquerda afinal tem influência no Governo da República, que afinal só foi aprovado na República porque foi o Bloco de Esquerda porque se não tivesse sido o Bloco de Esquerda, não havia aumentos para ninguém.

Mas oh Sr. Deputado, então o senhor exerça as suas influências e obrigue o Governo do Partido Socialista na República a fazer aquilo que tem que fazer, e que o senhor aqui quando lhe dá jeito é do Governo, e quando não lhe dá jeito o senhor não é do Governo!

Portanto, os senhores decidam-se de quando é que são do Governo porque é preciso definir quando é que o Bloco de Esquerda é do Governo, quando é que o Bloco de Esquerda influencia o Governo da República e quando é que o Bloco de Esquerda diz: “Estes? Não, não. Nós não temos nada a ver com estes senhores. Estes são socialistas e muitas vezes de direita”, como os senhores já lhes chamaram.

E, portanto, os Srs. Deputados, e sobretudo o Sr. Deputado Paulo Mendes, faz aqui uma “mesclazinha” para trás, para a frente, para a frente, para trás numa “amálgamazinha”.

Deputado Paulo Mendes (BE): O Sr. Deputado agora é que fez uma “mesclazinha”!

O Orador: Portanto, ficamos aqui a saber que foi devido ao contributo do Governo do Bloco de Esquerda na República que também foi possível esses aumentos e essas continhas de um dá “X” e outro dá “X”.

Deputado António Lima (BE): Se fosse pelo CDS não davam nada!

O Orador: O que interessa é que efetivamente as pessoas vão ter um aumento substancial no seu rendimento, e é por isso que nós achamos esta medida muito positiva e estaremos sempre ao lado dos açorianos e a favor dos açorianos, seja com uma proposta do Bloco de Esquerda razoável, como já votámos várias, Sr. Deputado, se bem se lembra, seja de qualquer partido.

Nós estaremos aqui sempre a favor e a votar medidas que melhorem a vida das pessoas. Isto para nós é uma questão de honra, somos democratas cristão.

Deputado Paulo Mendes (BE): Isso que disse é muito importante!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta medida é uma medida que já aqui foi proposta, só que o Governo Regional tem em relação à administração pública uma ideia de propriedade. É seu, só eles é que podem aumentar.

E, portanto, tendo em conta esta perspetiva estratégica, política e ideológica de vossas excelências, é evidente que tem um sentimento de paternidade. E, portanto, este tipo de medidas só podem ser vossas.

É evidente que com este sentido de paternidade prejudicaram os trabalhadores ao longo de todo este tempo em que não fizeram as atualizações que deveriam ter feito.

Qualquer das formas, a Representação Parlamentar do PPM irá votar favoravelmente esta iniciativa, mas não posso neste momento deixar passar em claro este exercício não de política, ia-lhe chamar política, não é um exercício de política, é de malabarismo da parte do Bloco de Esquerda porque o Bloco de Esquerda quando não lhe interessa desenvolve aqui o número do Pilatos, “não tenho nada a ver com isso, o Governo é só o Governo da República, não tem

uma maioria parlamentar graças ao apoio do Bloco de Esquerda e do PCP, e, portanto, estas medidas não têm nada a ver connosco”.

Olha, o superavit que o Sr. Ministro Centeno quase consegue atingir, o Bloco de Esquerda em relação a essa matéria é corresponsável. O desinvestimento público que se realizou ao longo do país nestes anos todos em termos de infraestruturas também é da vossa responsabilidade. E, por exemplo, o desinvestimento nos serviços públicos também é da vossa responsabilidade.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): E isto tem a ver com o diploma em?

O Orador: Mas aí o Bloco de Esquerda já não quer. Aí é o número do Pilatos. Agora veio o Sr. Deputado Paulo Mendes com o número da Eva, porque agora o Sr. Deputado Paulo Mendes é a Eva que deu a maçã ao Adão socialista e que o faz devolver estes contributos para os trabalhadores.

Isto é um maniqueísmo atroz. Isto não é política, isto não é a sério da parte do Bloco e Esquerda. Tem que ser evidentemente desconstruído do ponto de vista político porque o Sr. Deputado está a enganar os açorianos porque o senhor não pode fazer este número aqui. Não pode! Não pode porque isto é ofender a inteligência do povo.

Devo dizer também que da parte do Partido Socialista e da parte do Governo, foi aqui montado também um espetáculo em relação a esta matéria, porque a verdade é que o funcionário público regional que não terá um vencimento inferior a 700 euros é muito precário, e o senhor esqueceu-se de dizer do aumento da remuneração mínima da função pública, e é daí que resulta a grande contrapartida e a grande fatia desse aumento. E vossa excelência, na comunicação que saiu para a comunicação social ...

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): Exagerou um bocadinho!

O Orador: ... é que se arrogou a paternidade deste aumento e deste arredondamento dos vencimentos dos funcionários públicos regionais.

Qualquer das formas, apesar da hipocrisia, tanto de uns como de outros, o PPM votará favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem agora a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate tem sido verdadeiramente *sui generis*. Eu vim para aqui para este debate pensando: “Bem, acho que é uma matéria que terá unanimidade”, mas há sempre um esforço para tentar encontrar questões ...

Deputado Carlos Silva (*PS*): Para desvalorizar!

O Orador: ... para desvalorizar ou com timings de propostas ...

Deputado Luís Maurício (*PSD*): Como eu o compreendo!

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... ou com de quem é a paternidade ou maternidade de algumas destas matérias.

Vamos aos dados concretos, objetivos e ao rigor que esta matéria deve ter.

Sr. Deputado Paulo Mendes, disse, e muito bem, que no dia 24 de janeiro foi aprovado o aumento da remuneração mínima da administração pública, e esta proposta foi apresentada a 27 de fevereiro, aprovada em Conselho de Governo, ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): E o anúncio quando é que foi feito?

O Orador: ... e não poderia ter sido antes de 24 de janeiro porque se aprovassem qualquer proposta de aumento da remuneração complementar antes de 24 de janeiro e a operacionalizassem, não teriam em conta ...

Deputado Bruno Belo (*PSD*): E o anúncio quando é que foi feito?

O Orador: ... o aumento da remuneração da administração pública e faria com que quem recebesse 100% da remuneração complementar passasse a receber

80% da remuneração complementar, e em termos práticos em vez de ter um aumento, teria uma redução do seu rendimento da remuneração complementar. A questão de ser apresentado agora não é uma questão de timings políticos. É com rigor e com objetividade um momento único onde é possível apresentar uma proposta que assegura duas coisas: um aumento de 12% para todos na remuneração complementar e que ninguém perca um cêntimo da remuneração complementar pelo aumento de vencimento mínimo na administração pública, que foi aprovado a 24 de janeiro.

Portanto, é essa a razão objetiva da operacionalização neste momento com efeitos retroativos em janeiro. Quem quis aumentar a remuneração complementar em termos práticos antes desta altura, não estava a aumentar a remuneração complementar. Teria como consequência a redução da remuneração complementar para os funcionários com mais baixos rendimentos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Ora aí está!

O Orador: Esta é a verdade e a realidade todos factos.

Segundo ponto que para nós é essencial. Sim, é verdade e orgulhamo-nos muito. A partir de agora, nenhum funcionário público da administração regional terá uma remuneração abaixo de 700 euros por mês, mais precisamente 699 euros e 84 cêntimos. O acréscimo da remuneração mínima na administração pública ao longo dos últimos tem sido, sem dúvida e efetivamente, uma medida concreta de aumento do rendimento de quem mais precisa, de quem menos tem.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E isso todos podem ter o mérito ou por terem proposto “A”, “B”, “C”, o que propuseram. Mas uma coisa é certa: os açorianos sabem que é com o Governo do Partido Socialista na Assembleia da República e é com o Governo do Partido Socialista na Assembleia Regional que foi possível chegar a um valor que há poucos anos ninguém pensava que se conseguia atingir: uma remuneração mínima de 700 euros na administração pública regional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

De quem é o mérito? Os açorianos julgarão serenamente.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: De quem é o benefício? De todos os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, esqueceu-se também de qual é o mérito do Partido Socialista: a maior carga fiscal da história deste país!

Não reconhece? É que tem que reconhecer os filhos todos. Tem que ter uma paternidade responsável. Não é só os bonitinhos. E os “feinhos” não são seus também, não são do Partido Socialista? Tem que ser uma paternidade solidária e equilibrada e reconhecer toda a gente! Eu considero é que vossa excelência se esquece disso.

E depois diga-me o seguinte.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, o que é que isto tem a ver com o diploma?

O Orador: O Ministro Mário Centeno apresenta resultados maravilhosos na Europa que lhe permitem continuar no cargo. O que eu lhe pergunto ...

(Aparte inaudível)

Não, pergunto-lhe a si. Então disse: “Os governos do Partido Solista. O Governo do Partido Socialista daqui e o Governo de lá”.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a arranjar desculpas para não falar amanhã!

O Orador: O senhor quis adotar essa paternidade. Então também tem que adotar a outra parte, que é a responsabilidade pela pressão fiscal que existe hoje em Portugal.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Está a ficar sem voz, Sr. Deputado!

O Orador: Eu fico aqui até que a voz ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Me doa! Grande fadista!

O Orador: ... me doa! Ainda tenho mais quatro ou cinco minutos e eu estou convencido que é o suficiente para conseguir dizer em 30 segundos o que queria dizer.

Queria falar da pressão fiscal, já ficámos conversados, que é para o senhor reconhecer essa paternidade também.

E também queria, já agora, que o senhor reconhecesse a degradação dos serviços públicos, nomeadamente na saúde. Também reconhece essa paternidade? Também reconhece esse filho? Isso é que é fundamental.

Deputado Carlos Silva (PS): Sra. Presidente, este diploma dá para tudo!

O Orador: E só mais uma coisa, penso que a voz ainda aguenta para lhe dizer mais uma coisa. Também reconhece a paternidade da questão da degradação das infraestruturas do estado ao longo deste período todo também?

Deputado Carlos Silva (PS): Agora é infraestruturas! E remuneração complementar?

O Orador: Também reconhece essa paternidade? Eram só estas três coisas.

Tinha mais coisas, mas não tenho mais voz. Basta-me fazer-lhe essas referências.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários:

Bem, já é habitual o Sr. Deputado Paulo Estêvão, e até mesmo o Sr. Deputado Artur Lima, aproveitar-se daquela que é uma confusão que fazem sistematicamente de entre o que é exercer a atividade governativa, o que é participar numa governação ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que faz!

O Orador: ... e o que é apoiar numa Assembleia, neste caso a Assembleia da República, e viabilizar dessa forma um Governo, que não é do Bloco de Esquerda. É um Governo que, para todos os efeitos, é da responsabilidade política do Partido Socialista. São sinais completamente distintos.

Mas, deixando essa explicação e essa confusão, seria interessante conhecer, por exemplo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, qual era o programa do seu, digamos, companheiro de coligação, o CDS-PP, à altura das últimas eleições legislativas quanto a atualizações nas remunerações dos funcionários públicos. Seria interessante conhecer o que é que constava do programa do CDS e do PPM para esse campo.

Voltando ao que é essencial, ao que é realmente importante, e quanto à proposta que nos fizeram chegar, uma proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a esta proposta apresentada pelo Governo Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Demagogia! Demagogia populista!

O Orador: Eu gostaria, e penso que é mais do que compreensível, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ou seja, o proponente desta proposta de alteração, nos explicasse o verdadeiro alcance do que pretende alcançar com

esta proposta de alteração, principalmente a proposta de alteração que faz o artigo 10º.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva, tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Mendes, eu iria explicar em nome do Partido Socialista a proposta de alteração na especialidade, porque acho que era como fazia sentido, mas o seu entusiasmo leva-me a que explique já então.

A proposta que é apresentada visa abranger, e é muito simples, os trabalhadores que estejam em situação de pré-reforma, e isso acho que é bem evidente na redação.

E no artigo seguinte, visa adequar e adaptar a legislação que fica desatualizada com a alteração que é apresentada, e na sua parte final também contempla uma alteração que era aplicável aos trabalhadores do setor público empresarial regional que visava compensar os cortes aplicados e que agora também deixa de fazer sentido.

São essas as alterações que são propostas.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo;:

Muito rapidamente, é só para também, não acrescentando muito áquilo que o Sr. Deputado Carlos Silva disse, a matéria que está aqui na proposta de alteração é de muito relevância, que é: tendo sido criado um decreto regulamentar à pré-reforma e não estando previsto na legislação da

remuneração complementar a sua aplicação para esse feito, que na altura não havia essa situação de possibilidade de pré-reforma, é fundamental, está aqui clara, que os funcionários que tiverem direito à pré-reforma também beneficiem da remuneração complementar. Se não ficasse aqui expresso como está aqui referido, não teriam direito a essa componente da sua remuneração, que é efetivamente uma componente da remuneração até à situação de aposentação. E, portanto, não foi incluída obviamente na proposta inicial porque quando foi apresentada a proposta inicial, não havia ainda esse enquadramento da pré-reforma.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária, Srs. Secretário:

Sim, nós percebemos em parte o alcance desta proposta de alteração ao artigo 10º. Só gostaríamos de nos certificar se nestes acordos de pré-reforma se está contemplada já esta atualização que vamos votar referente à proposta, ou se aquilo que será usufruído por esta população de pré-reformados se não será mais do que a remuneração complementar nos anteriores moldes. Ou seja, os atuais, antes da votação e aprovação desta proposta.

Vão usufruir desta atualização?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente, tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Sr. Deputado, para que possam beneficiar dos acordos de pré-reforma, primeiro é preciso que a lei permita esse benefício e, por isso, estamos aqui, e só podem beneficiar obviamente depois da aprovação e da publicação desta legislação.

Portanto, não pode perguntar se já beneficiaram de uma coisa que ainda não está aprovada para beneficiarem. Só após esta aprovação e publicação é que poderá ser contemplado no âmbito do cálculo da pré-reforma, a componente correspondente à remuneração complementar.

Se beneficiam do aumento que está aqui contemplado, obviamente que sim, porque como percebeu, se vir pelo articulado, nós estamos apenas a definir que também as remunerações que estão aqui definidas em termos de remuneração complementar, também passam a abranger as pré-reformas na percentagem que ficar acordada para a pré-reforma.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, só para responder aqui ao desafio do Bloco de Esquerda.

Primeiro dizer-lhe uma coisa. Nós todos compreendemos qual é a posição do Bloco de Esquerda na Assembleia da República. A posição do Bloco de Esquerda é apoiar e permitir que o Partido Socialista, que foi o segundo partido mais votado (repeto: o segundo partido mais votado) seja Governo. Se o Partido Socialista é Governo é porque o Bloco de Esquerda e o PCP apoiam ...

Deputado António Lima (BE): Ainda bem!

Deputada Mónica Rocha (PS): Em boa hora!

O Orador: ... e dão apoio parlamentar e chegaram a acordo parlamentar.

Portanto, vossa excelência, a partir do momento em que garante o apoio parlamentar, não ao primeiro partido mas ao segundo partido, vossa excelência evidentemente é responsável pelas políticas que esse Governo segue. Não pode existir outra interpretação.

Portanto, não há nenhuma confusão em relação a isso.

Em relação à segunda questão, qual é a nossa posição nesta matéria. Bem, vossa excelência tem acompanhado com certeza a atualidade política regional e sabe que em relação ao que vossa excelência disse ao meu aliado, que até é criticado, e a crítica é que é um partido assistencialista. E, portanto, a nossa proposta nesta matéria foi sempre o reforço dos vencimentos dos trabalhadores. Nunca foi outra, vossa excelência! Vossa excelência sabe perfeitamente isso!

Era só o que faltava que a esquerda parlamentar e a extrema esquerda se quisessem apropriar daquelas que são as conquistas que foram feitas por parte dos trabalhadores portugueses, porque há uma coisa que é fundamental da nossa parte, que é reconhecer a justiça de uma retribuição digna, e só com uma retribuição digna é que a nossa sociedade pode evoluir e só assim é que funciona a sociedade democrática.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste diploma.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O documento apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora a votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 1.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está agora a votação então o artigo 1.º da proposta com a alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco então agora a votação a proposta de alteração apresentada pelo PS ao artigo 2.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votamos então agora o artigo 2.º.

A Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam ao favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim este ponto da agenda.

Sr. Deputado António Lima, pede a palavra para?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE)**: Solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental.

Considerando o nosso horário, regressamos amanhã às 10 horas.

Eram 19 horas e 40 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio Bradford

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

João Paulo Ávila

Maria da Graça Oliveira Silva

Pedro Miguel Medeiros de Moura

Renata Correia Botelho

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas Belo

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Amaral da Silveira

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Transcrição efetuada por, Renata Costa.